

**PROGRAMA POLÍTICO PARA AS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE BELO
HORIZONTE
2024**



ÍNDICE

Sumário

1 — UM PARTIDO OPERÁRIO, REVOLUCIONÁRIO E SOCIALISTA.....	4
2 — A ESTRUTURA SOCIAL DE BELO HORIZONTE.....	7
a — A divisão do município em classes sociais: o exército industrial de reserva.....	8
b — A evolução do PIB e do emprego na capital mineira: o papel da indústria.....	12
c — O processo de desindustrialização relativa na Zona Metropolitana da capital.....	17
d — O quadro geral da desindustrialização.....	24
e — Os donos da riqueza: alcançando os grandes proprietários.....	28
f — A propriedade do capital: Belo Horizonte no país dos bilionários.....	31
3 — AS FINANÇAS PÚBLICAS DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE.....	36
a — Evolução da Receita Total da prefeitura de Belo Horizonte.....	36
b — Detalhamento da arrecadação da prefeitura de Belo Horizonte.....	39
c — Despesas decrescentes nos serviços públicos: os gastos com pessoal.....	40
d — Um raio-X nas despesas públicas: a questão da dívida municipal.....	42
e — Análise nas despesas em educação e saúde.....	43
4 — TERCEIRIZAÇÃO: QUEM LEVA O BOLO DAS RECEITAS MUNICIPAIS?.....	48
a — Setor privado versus setor público: o que a direita esconde.....	48
b — O crescimento da terceirização em Belo Horizonte: a serviço de quem está o Estado?.....	51
5 — AS CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA.....	56
a — Um raio-X na situação dos trabalhadores de cada subsetor.....	56
b — Os setores mais oprimidos da classe: gênero e a juventude.....	59
6 — EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE.....	64
a — A educação em Belo Horizonte.....	65
b — Descentralização dos Recursos Financeiros para as Escolas Municipais.....	68
c — Investimentos em educação e valorização dos trabalhadores em Educação.....	69
d — Programa.....	72
7 — SAÚDE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE.....	75
a — Apontamentos sobre a saúde em BH.....	75
b — A luta contra a privatização da saúde.....	76
c — As mulheres e a saúde.....	78
d — Programa.....	78
8 — ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO TRANSPORTE E TARIFA ZERO	

.....	80
a - Programa.....	82
9 - A FALTA DE MORADIA EM BELO HORIZONTE: ENQUANTO MORAR FOR	
UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO.....	86
a - Crescimento Populacional e Urbanização.....	86
b - IPTU fortemente progressivo.....	88
c - Programa.....	88
10 - POR UMA JUVENTUDE REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA.....	90
b - Programa.....	94
11 - COMBATE AO RACISMO, AO MACHISMO, À LGBTFOBIA, À	
XENOFOBIA E À EXPLORAÇÃO.....	95
a - Emprego e Educação.....	95
b - Violência.....	97
c - Direitos Reprodutivos, Sexualidade e Aborto.....	98
d - Combate à LBGTIfobia.....	99
e - Combate ao racismo.....	101
f - Trabalho e renda.....	101
g - Programa.....	102
12 - O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NA CAPITAL.....	104
a - Programa.....	105
13 - UM PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO PARA A CULTURA.....	107
a - Diversidade cultural.....	108
b - Planejamento participativo da política cultural do município.....	109
c - Emprego e Renda.....	109
d - Programa.....	109
14 - MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO BÁSICO E CAPITALISMO.....	111
a - O problema em nossa cidade.....	112
b - Abastecimento de água.....	113
c - Saneamento básico e limpeza urbana.....	114
d - Minderação e a Serra do Curral e do Gandarela.....	115
e - Rodoanel.....	115
f - Áreas verdes.....	116
g - Programa.....	116
15 - INTERNACIONAL.....	118
16 - CONSELHOS POPULARES.....	119



1 — UM PARTIDO OPERÁRIO, REVOLUCIONÁRIO E SOCIALISTA

O PSTU é um partido diferente. Você já deve ter ouvido essa frase muitas vezes. Mas por que dizemos que somos realmente diferentes? Primeiro, a nossa atuação não gira em torno das eleições. Participamos desse jogo de cartas marcadas para apresentar as nossas propostas e denunciar essa farsa, mas não depositamos nenhuma ilusão nelas. Só ganha quem é bancado pelos grandes bancos e empreiteiras e que, depois de eleitos, vão governar para eles. Para nós, só a luta da classe trabalhadora pode mudar a vida, não as eleições.

O PSTU não é mais um desses partidos que aparecem nas eleições somente para pedir votos. Nossas campanhas são a continuidade da nossa ação permanente para levar a classe trabalhadora ao poder. Não temos políticos profissionais nos moldes das grandes agremiações. Nossas candidaturas são de trabalhadores e trabalhadoras comuns, que enfrentam duras jornadas no serviço, pegam transporte público lotado e vivem na periferia. Metroviários, professores e estudantes, que se dispõem a doar seu tempo para representar o projeto coletivo de acabar com o capitalismo. Temos enorme orgulho de estar conectados a trabalhadores de todo o mundo através da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI). Essa união de forças é decisiva para responder à altura a um sistema que, por natureza, não reconhece fronteiras para explorar e oprimir nossos irmãos e irmãs de classe. Sempre ligados às lutas dos setores mais oprimidos e explorados da classe trabalhadora, acreditamos que o combate ao machismo, ao racismo, à LGBTIfobia, à xenofobia e todas as formas de opressão é parte fundamental da luta pelo socialismo desde já. Seguindo um caminho completamente diferente do PT e do PSOL, defendemos o socialismo e a revolução como os únicos meios realistas para resolver cada problema sério do nosso povo. Com os pés bem firmes no presente, olhamos para o futuro.

Isso não quer dizer que não queremos eleger parlamentares. É muito importante termos representantes revolucionários nesses espaços da burguesia, por uma única razão: eles serão pontos de apoio para as lutas e, uma vez lá dentro, denunciarão por dentro, de forma implacável, essa democracia dos ricos, defendendo os direitos dos trabalhadores. Os candidatos do PSTU tem esse compromisso e se recusarão a viver com os altos salários e privilégios das Câmaras de Vereadores ou prefeituras.

Essa é a principal diferença que temos com grande parte da esquerda que está aí. Para eles, eleger parlamentares é o objetivo central e para isso vale tudo. Vale receber dinheiro das empresas, vale fazer coligação com partidos da burguesia e tudo o mais que seja necessário para ganhar. Foi esse o caminho que se embrenhou o PT e, hoje, vemos onde no deu.

Para o PSTU, a independência de classe é um princípio. Não aceitamos



dinheiro da burguesia nem fazemos alianças com partidos dos patrões. E isso por um motivo bem simples: ganhar com base nesse tipo de aliança não vai mudar nada. Exemplos não faltam, no Brasil ou no mundo.

Segundo, temos um programa revolucionário e socialista. Não acreditamos num "capitalismo humano" ou em transformações lentas nesse sistema até acabarmos com todas as mazelas que nos afligem, como o desemprego, a carestia e a fome. Nossa estratégia é uma só: destruir o capitalismo e colocar a classe operária no poder. Quem produz as riquezas desse país é quem deve governar. Isso só pode ser obra da própria classe operária através de sua própria mobilização. No PSTU, são os militantes quem definem sua política, discutem o que fazer e, após um amplo debate, a maioria aprova que caminho seguir.

O PSTU é o partido dos operários, dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, das negras e negros, LGBT's, indígenas, sem-terras, sem-tetos, que lutam pelo fim do capitalismo e de toda forma de exploração e opressão. Venha com a gente! Ajude na nossa campanha! Ajude a construir o PSTU!



Apresentamos agora uma análise da cidade de Belo Horizonte que fundamenta nossa política, bem como eixos que norteiam nossa visão da cidade e necessidades da classe trabalhadora do município. Ao final de cada tópico encontram-se nossas propostas e reivindicações

2 — A ESTRUTURA SOCIAL DE BELO HORIZONTE

Determinar a estrutura social da população de Belo Horizonte, assim como de outros municípios brasileiros, é uma tarefa desafiadora. As estatísticas disponíveis, e os critérios em que se baseiam, não visam expor a desigualdade e exploração presentes na sociedade, mas administrar a sociedade capitalista sob a abstração de que todos são cidadãos iguais, com os mesmos direitos e deveres. Nessa visão, não importa que grande parte da população de Belo Horizonte não tenha emprego formal ou dependa de atividades informais e autônomas instáveis para sobreviver.

O foco está nas variáveis que valorizam as grandes empresas capitalistas, cuja propriedade permite a uma minoria viver de rendas produzidas por meio dos juros, lucros, dividendos e rendas de todos os tipos, sem precisar trabalhar. Nessas estatísticas, os trabalhadores, em sua diversidade, são considerados unicamente como um número, mais ou menos adequados ao mercado de trabalho e a demanda das respectivas empresas.

Nessa concepção, a desigualdade social é vista como um detalhe ou fruto do mérito individual. Ainda que a maioria dos ricos herdem suas riquezas e continuem a viver dessa renda sem se dedicar a atividades produtivas, perpetuando essa condição para as gerações futuras.

Apesar dos limites encerrados na compreensão estreita e parcial dos Institutos que produzem os dados estatísticos, neste capítulo, nos esforçaremos para encontrar e indicar esta estrutura social com base em outros critérios.

No primeiro item do capítulo, apresentamos a distribuição de toda a população do município conforme a posição social que ocupam, em particular, estimar, com base nos dados disponíveis, a dimensão do exército industrial de reserva: isto é, trabalhadores sem emprego e informais. No caso da informalidade, foi possível apenas apontar para os indícios de sua dimensão e crescimento, já que os dados disponíveis não permitem seu cálculo por município.

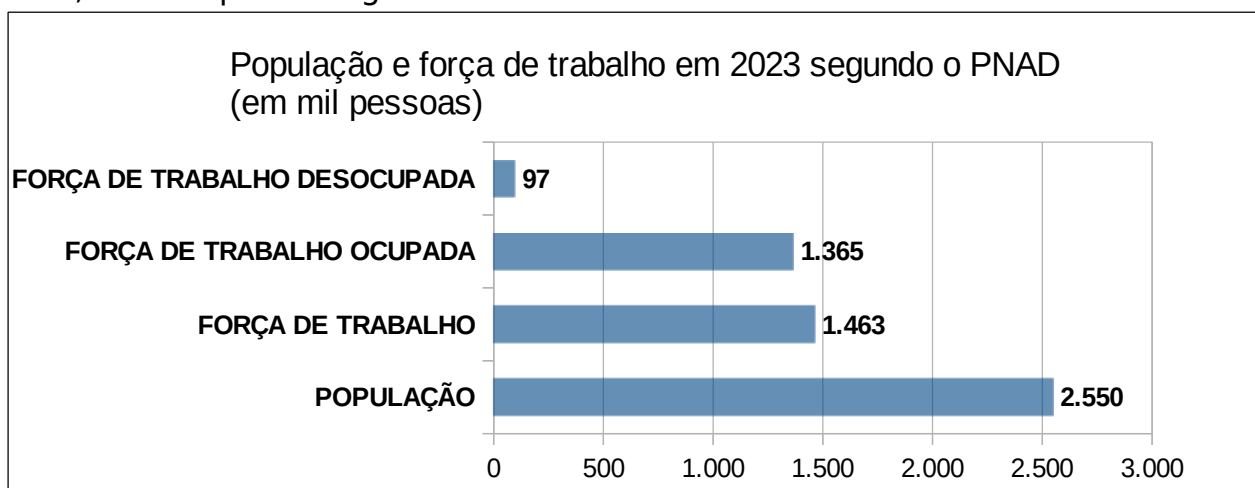
Na sequência, o exame da capital de Minas Gerais passa para a ótica daqueles que são os proprietários de toda a riqueza produzida no município, apropriando-se do excedente produzido: a classe capitalista. Indicamos a dimensão diminuta dos grandes bilionários que controlam a maior parte dessa riqueza e seu vínculo com o processo de desindustrialização em curso no país. A situação geral é ilustrada com algumas das maiores empresas sediadas ou operantes em Belo Horizonte e sua região metropolitana. Por motivos que se tornarão mais transparentes mais adiante, agregaremos a essa análise, em muitos casos, a região metropolitana de Belo Horizonte.

a - A divisão do município em classes sociais: o exército industrial de reserva

Como assinalado em muitos dos estudos realizados pelo ILAESE e metodologicamente em nossos Anuários Estatísticos (2017, 2019 e 2021), o que é indicado com maiores detalhes nos dados estatísticos disponíveis é apenas a fração da população de trabalhadores assalariados formais com os distintos níveis de qualificação e distintos ramos de atuação: isto é, aqueles que participam diretamente da produção do capital. No máximo, aqueles que estão a procura de emprego em um determinado período.

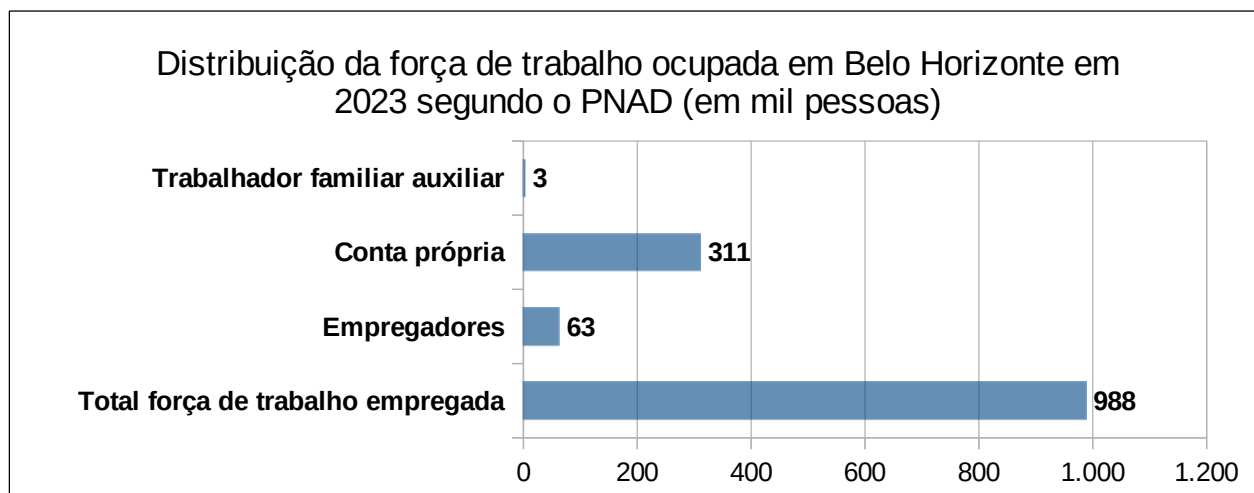
Tanto é assim que não existem estatísticas que explicitem a divisão de toda a população de Belo Horizonte conforme a posição social que ocupam. O que faremos abaixo é uma tentativa de alçar essa divisão com base nos dados disponíveis, sempre insuficientes. Sobretudo no caso dos municípios¹.

Uma primeira aproximação da estrutura social de Belo Horizonte pode ser alcançada na PNAD contínua do IBGE, que indica o total da população e da força de trabalho ocupada e desocupada. Os dados, correspondentes ao ano de 2023, são os que se seguem:



Fonte: PNAD Contínua. **Elaboração:** ILAESE

¹ A PNAD contínua do IBGE, por exemplo, principal órgão de produção de estatísticas no Brasil não estima os trabalhadores informais por município, tampouco a remuneração dos trabalhadores formais e informais por setor nos municípios. O faz apenas ao nível estadual e nacional.



Fonte: PNAD Contínua. **Elaboração:** ILAESE

Assim apresentados, tais dados indicam que Belo Horizonte tem 97 mil desempregados ao fim de 2023: 3,8% da população. Teríamos, então, 1,365 milhão de trabalhadores ocupados. No interior desse grupo de trabalhadores classificados como ocupados, 72,38% ou 988 mil seriam trabalhadores assalariados: formais e informais. Já 22,78% ou 311 mil trabalhariam por conta própria, ou seja, autônomos. Restariam 4,62% ou 63 mil empregadores: os donos de seu próprio negócio e 3 mil trabalhadores familiar auxiliares que trabalhariam nos negócios da família, sem remuneração².

Nada mais falso. Os principais erros (metodológicos) dessa estatística são os seguintes:

- 1) Consideram como trabalhadores desocupados apenas os que procuraram emprego nas 4 últimas semanas. Com isso, 697 mil indivíduos ficam de fora de qualquer índice, sendo computados simplesmente como “fora da força de trabalho”.
- 2) Na contabilidade dos que trabalham por conta própria, encontram-se 311 mil trabalhadores. No entanto, nessa contabilidade está tanto o profissional liberal qualificado, quanto o vendedor ambulante, que não passa de um trabalho precarizado e informal.
- 3) Além disso, um trabalho Pejotizado, um pequeno empreendimento que não emprega ninguém ou apenas um restrito grupo de trabalhadores são considerados indistintamente como empregadores.

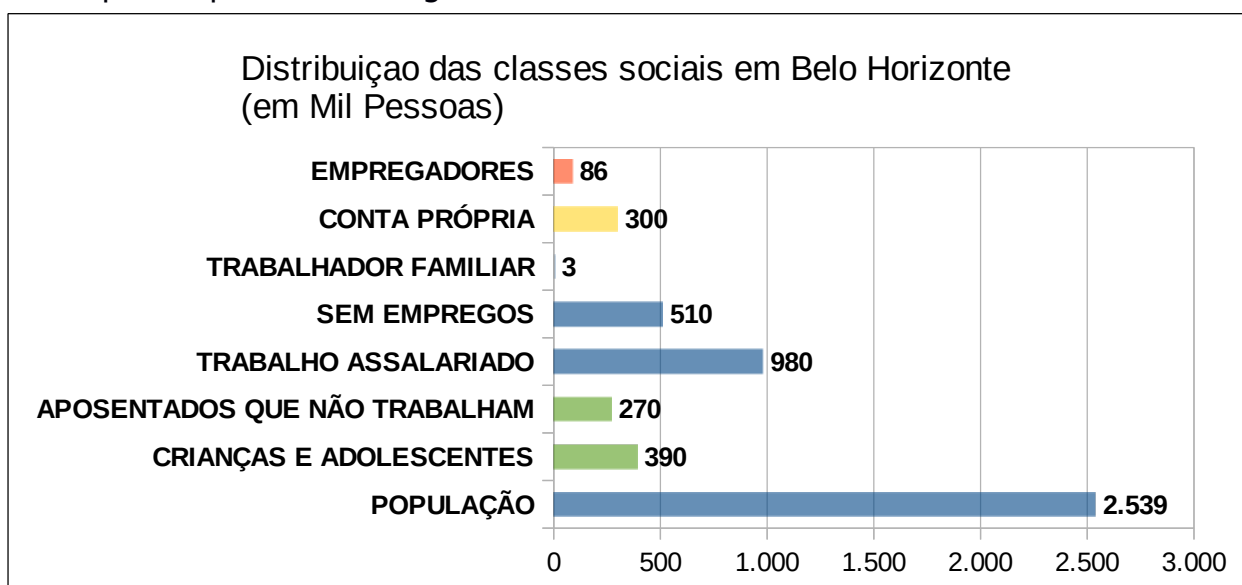
Na sequência, na medida do possível, isto é, dos dados disponíveis, procuraremos superar esses limites. Neste capítulo, faremos algumas revisões metodológicas indicando os índices em conformidade com as críticas anteriormente levantadas, a começar pelo real índice dos trabalhadores sem emprego.

² Ressaltamos que tais dados referem-se a população residente em Belo Horizonte. Não englobam portanto, trabalhadores que residem na zona metropolitana e trabalham na capital.

Na análise que se segue, utilizaremos o ano de 2022 como base, já que possuímos os dados de trabalhadores aposentados apenas até esse ano. Como veremos, ele é decisivo para determinar o número real dos trabalhadores sem emprego, já que das 674 mil pessoas em 2022 computadas como ‘fora da força de trabalho’, a grande maioria não está aposentada, estando, portanto, sem emprego.

Em 2022, segundo a previdência social, temos um total de aposentados no município de 359.913 pessoas. Se considerarmos que 25% do total de aposentados continuam trabalhando³, temos que dos 270 mil belo-horizontinos classificados como fora da força de trabalho. Isso significa que das 674 mil pessoas classificadas como fora da força de trabalho, 404 mil não estão nem trabalhando e nem aposentadas. Esses, somados aos desempregados oficiais do município em 2022: 107 mil, contabilizam um total de 510 mil pessoas sem emprego. Isto é, em idade para trabalhar, mas que não estão trabalhando. **O índice real dos trabalhadores sem emprego, portanto, representa 20% da população belo-horizontina ou mais de MEIO MILHÃO DE PESSOAS.**

Temos, assim, uma nova conformação da divisão social da população do município, explicitada a seguir.

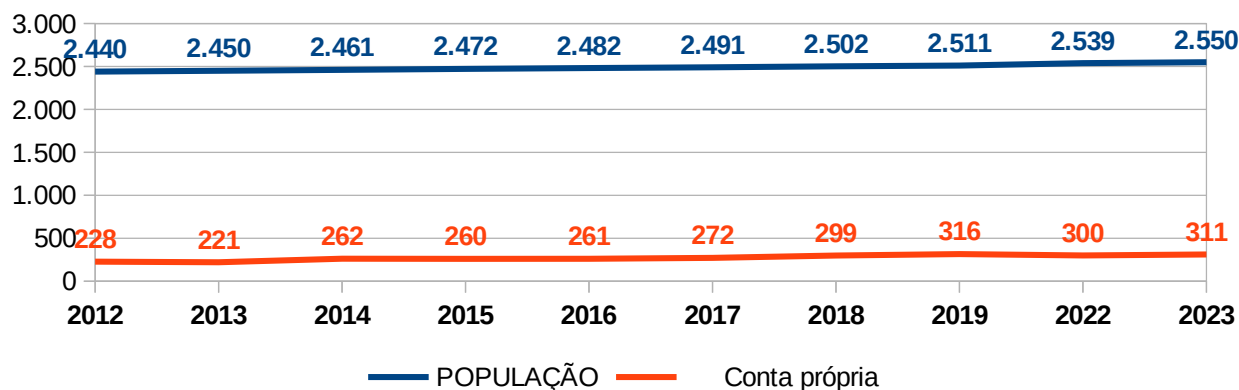


Fonte: PNAD Continua. Boletim Estatístico da Previdência Social. **Elaboração:** ILAESE

Tal distribuição, contudo, ainda camufla os trabalhadores informais os quais, nessa estatística, estão misturados aos trabalhadores por conta própria, empregadores e assalariados. Infelizmente, não dispomos de dados que nos permitam alçar o número real da informalidade no município. Apesar disso, o crescimento dos trabalhadores ditos “por conta própria” é um claro indicador do avanço da informalidade no município.

³ Em 2022, uma pesquisa realizada em conjunto entre o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), apontou que 33,9% dos brasileiros aposentados com mais de 60 anos continua trabalhando. Assumimos esse percentual em Curitiba como sendo de 25% devido a condição econômica do município ser melhor que a média nacional.

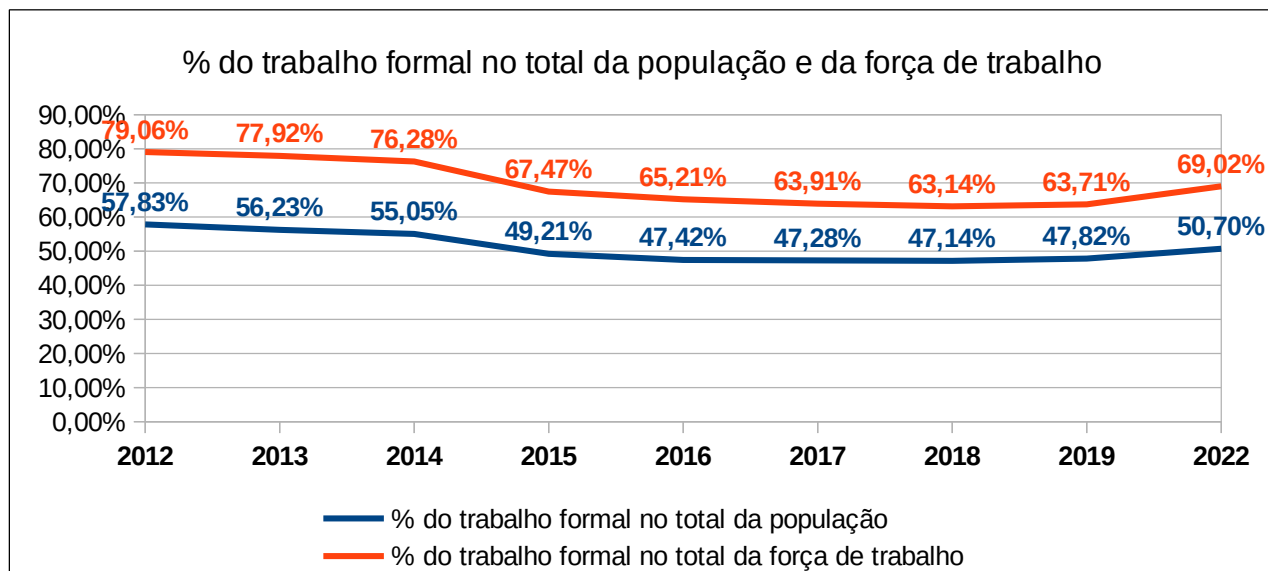
Total da população e trabalhadores por conta própria em Belo Horizonte (em mil pessoas)



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração: ILAESE

Se entre 2012 e 2023 houve um crescimento da população belo-horizontina de 4,5%, os trabalhadores classificados pelo PNAD Contínua como sendo “por conta própria” cresceram 36,4%, passando de 228 mil para 311 mil trabalhadores. Seguindo as estatísticas nacionais, quando o trabalho informal é computado, é razoável supor que grande parte desse crescimento deve-se à informalidade.

Outro indicativo do crescimento da informalidade foi o retrocesso do trabalho formal em Belo Horizonte, segundo o informado pela RAIS-MTE no período. Mostramos a seguir o percentual da classe trabalhadora formal em relação ao total da população e em relação à força de trabalho disponível, segundo os critérios do PNAD.



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração: ILAESE

Como comentaremos com mais detalhes adiante, o crescimento do trabalho formal em 2022 deve-se as mudanças de critérios da RAIS-MTE. Seja como for, percentualmente, a classe trabalhadora formal é, ao fim do período

mais recente, significativamente inferior àquela registrada entre 2012 e 2015. Esse dado também atesta o avanço da informalidade no município.

Por fim, mencionamos que essa massa de trabalhadores sem emprego, 510 mil pessoas apenas em Belo Horizonte ao fim de 2022, bem como o trabalho informal, pressionam para baixo as condições de vida, remuneração e emprego de toda a classe trabalhadora, o que analisaremos com mais detalhes em outros tópicos deste estudo.

b - A evolução do PIB e do emprego na capital mineira: o papel da indústria

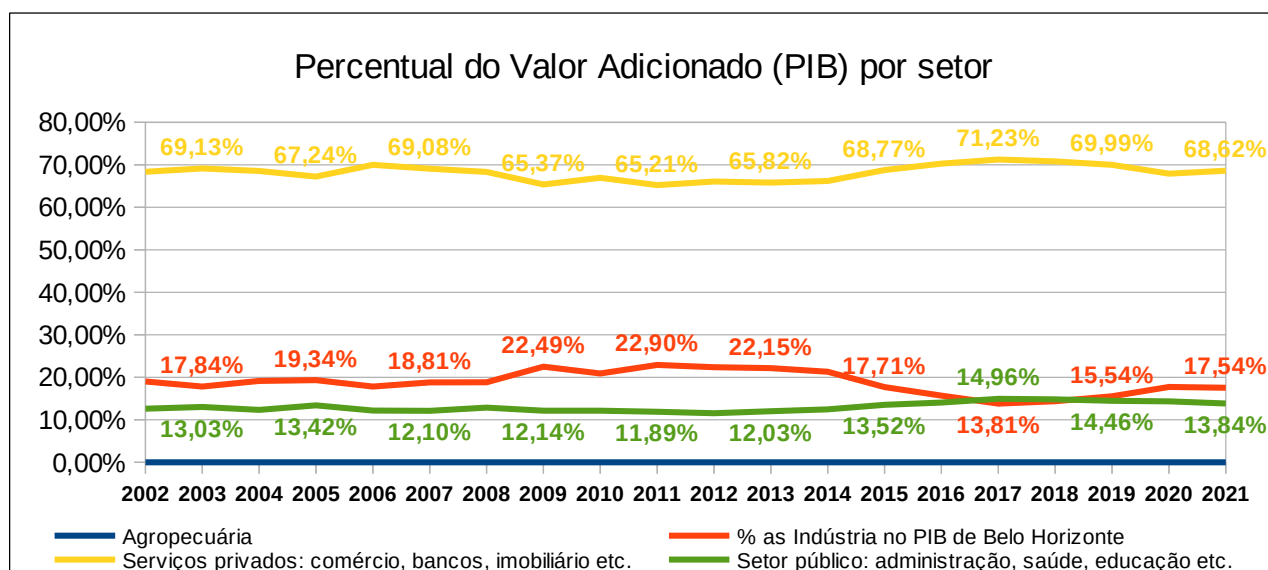
O Brasil passa, desde o começo dos anos de 1990, por um processo de desindustrialização relativa. O ILAESE desenvolve há alguns anos trabalhos a respeito do tema⁴. Argumentamos que tal processo se expressa no rebaixamento do país na divisão internacional do trabalho. De um país produtor de mercadorias com uso de tecnologia de ponta de modo a atender o mercado interno e mesmo na América do Sul, ainda que por meio de empresas estrangeiras, cada vez mais o Brasil se converte em um produtor unilateral de matérias-primas voltadas para a exportação e, com vistas ao mercado interno, produz apenas produtos com tecnologias menos intensas.

Como resultado desse processo, o país se apropria de uma massa de valores proporcionalmente menor em relação ao período anterior. Isso ocorre porque os setores de tecnologia de ponta são aqueles mais intensos, isto é, que demandam, proporcionalmente, uma quantidade maior de trabalhadores com um nível médio de qualificação mais elevado. Esse processo se deve a vários motivos, sendo os principais os seguintes:

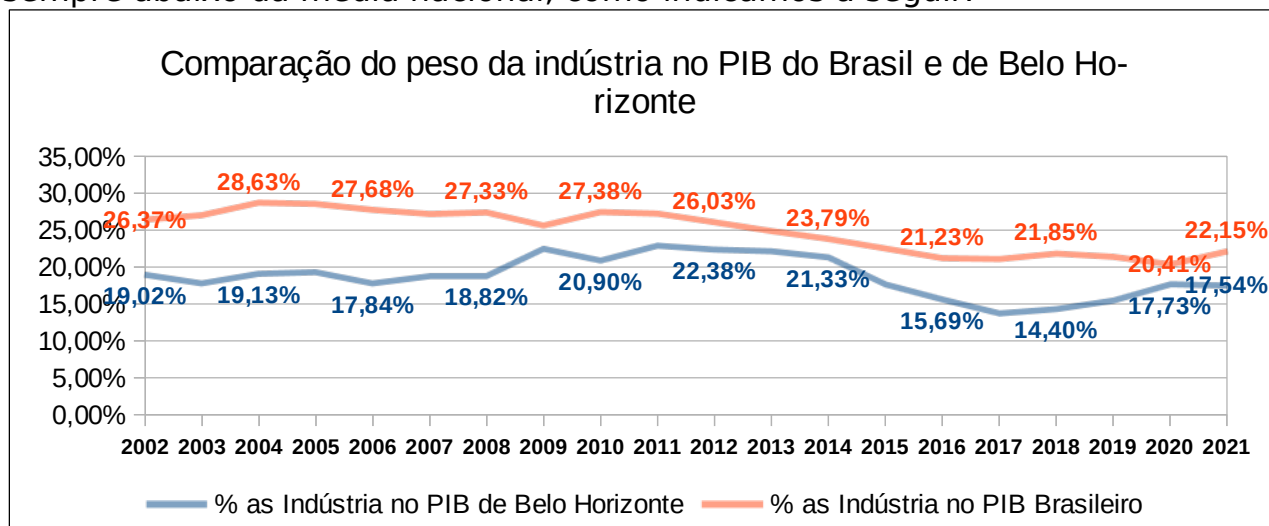
- ✓ A produção das novas cadeias de valores correspondentes a indústria eletroeletrônica e digital se direcionaram mundialmente para a Ásia, não utilizando o país como uma plataforma continental de produção e distribuição. O Brasil tornou-se fundamentalmente um consumidor desses produtos.
- ✓ Para compensar esse rebaixamento na cadeia mundial de produção de valores, o Brasil elevou seu papel na produção de *commodities* ou matérias-primas, de menor valor agregado. Produzidas, agora, quase que exclusivamente para a exportação.

Neste estudo, contudo, queremos capturar algumas especificidades da capital de Minas Gerais em meio a este processo. Começamos pela análise de seu PIB. Nesse caso, dispomos de dados até o ano de 2021.

⁴ Ver, particularmente, *Anuário Estatístico do ILAESE 2021*.



Como se nota, o peso da Indústria no PIB de Belo Horizonte passou de 17,84% em 2003, cresceu para o patamar de 22 a 23% entre 2009 e 2013, tendo atingido um mínimo de 13,81% em 2017. Entre 2019 e 2021 temos uma certa recuperação de modo que, em 2021, a participação da indústria no PIB da capital mineira foi de 17,54%. Apesar dessas oscilações no PIB industrial, as atividades improdutivas – como o comércio, os bancos, o setor imobiliário e demais serviços corresponderam, nos últimos 20 anos, a cerca de 70% das atividades econômicas realizadas em Belo Horizonte. Não sem razão, a participação da indústria no PIB municipal esteve, em todo esse período, sempre abaixo da média nacional, como indicamos a seguir.



Fonte: IBGE: SIDRA Elaboração: ILAESE

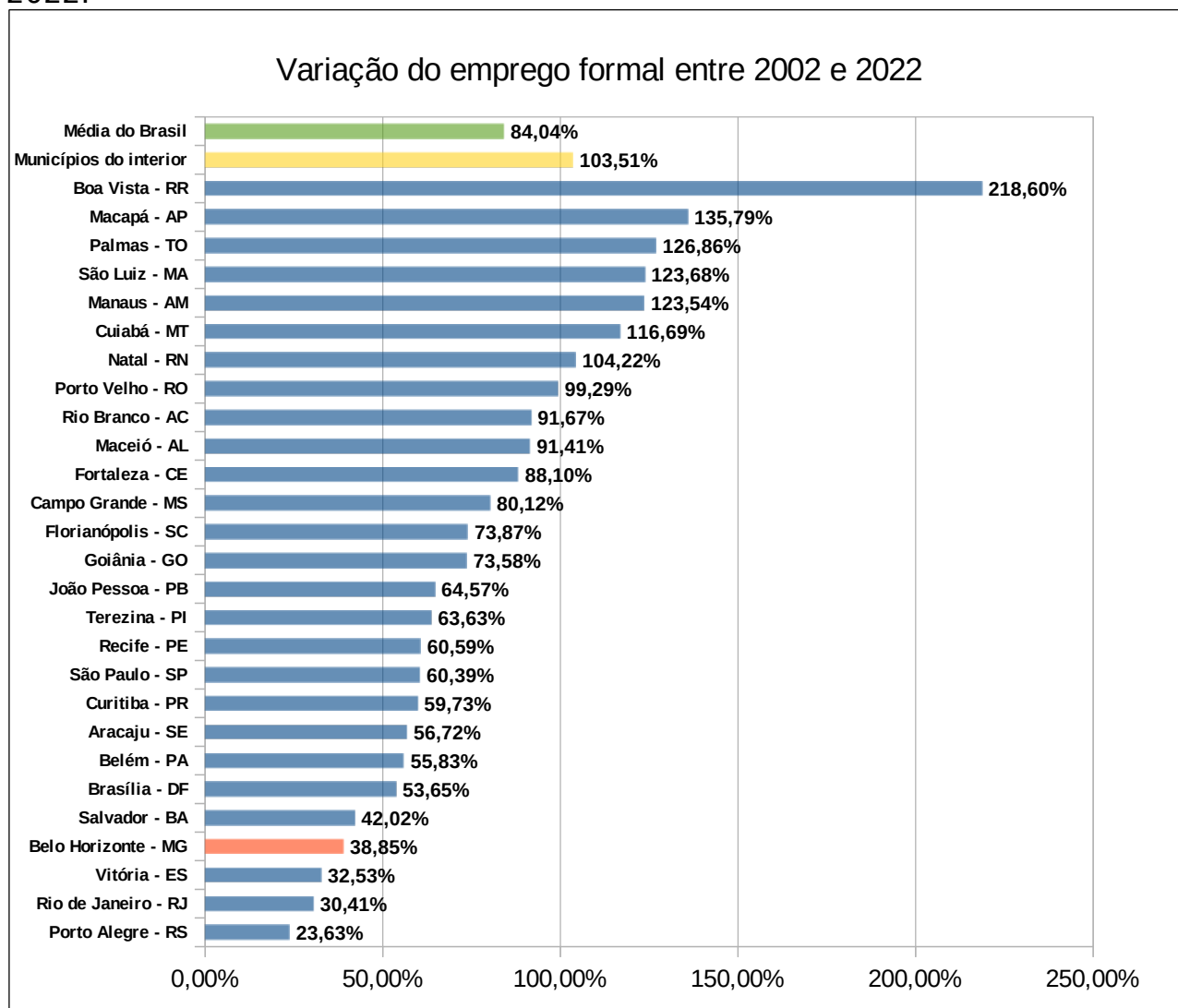
Não se trata de uma proporção qualquer. Na indústria, com todos os seus subsetores, encontra-se o coração da produção da riqueza de toda a sociedade. Essa origem é obscurecida na medida que essa riqueza, na sociedade capitalista, assume a forma indistinta de valor medido em dinheiro, apagando sua origem e sua substância na atividade dos trabalhadores

industriais. Assim, todos valores apropriados pelos setores classificados indistintamente pelo IBGE como serviços: o comércio, o setor financeiro e bancário, as atividades vendidas diretamente como serviços, bem como a fatia apropriada pelo Estado, possuem na indústria a sua origem. Somente então essa riqueza é apropriada e transferida aos demais setores por meio de relações sociais diversas, como os juros, os impostos, a renda, a elevação do preço em vista sua comercialização etc.

Esta elevada participação dos serviços no PIB da capital mineira e uma participação proporcionalmente pequena da indústria, no entanto, não se deve unicamente ao processo de desindustrialização relativa existente no Brasil, mas também a dois fatores que serão melhor desenvolvidos neste capítulo:

1. O fato da divisão social do trabalho, peculiar ao desenvolvimento de Belo Horizonte, concentrar as indústrias nas cidades da zona metropolitana: notoriamente Betim e Contagem.
2. Belo Horizonte é capital de um dos maiores Estados do Brasil: Minas Gerais. Maior tanto em termos econômicos, como em termos populacionais. O Estado é marcado por uma grande diversidade de suas atividades, sendo quase um Brasil em miniatura. Enquanto a capital desse Estado, Belo Horizonte sedia uma grande quantidade de empresas atuantes no interior de Minas Gerais, fazendo com que uma fração da riqueza produzida em outros recantos migrem para a capital na forma de divisas bancárias, além de concentrar grande parte do setor de comércio, administração e pesquisas dessas empresas.

Analisaremos esses aspectos mais adiante. Por ora, cabe constatar que essa participação proporcionalmente pequena da indústria no município de Belo Horizonte, bem como sua queda tendencial no curso dos últimos 20 anos, tem consequência direta na evolução dos empregos formais de todos os setores. Como demonstração, apresentamos abaixo a evolução dos empregos formais nas capitais de todos os Estados brasileiros, bem como a média nacional e dos demais municípios do interior de todos Estados entre 2002 e 2022.



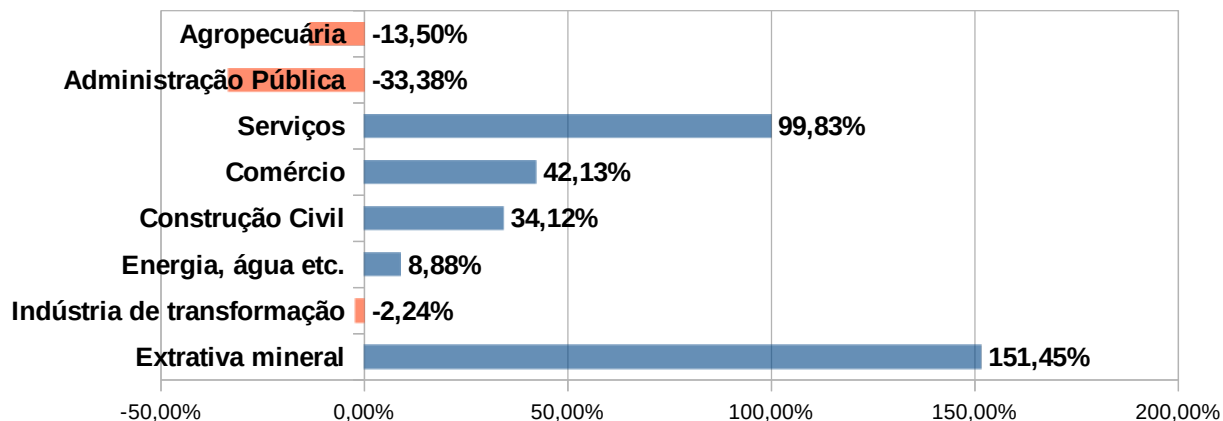
Como podemos ver, entre 2002 e 2022, enquanto o emprego formal avançou 84,04% no Brasil, em Belo Horizonte essa evolução foi de apenas 38,85%. É a quarta menor evolução do emprego formal de todas as capitais país, atrás apenas de Porto Alegre com 23,63%, do Rio de Janeiro com 30,41% e Vitória com 32,53%. Três capitais do Brasil em notória decadência nas últimas décadas. Nos municípios do interior dos respectivos Estados, o emprego formal avançou ainda mais: 103,51%.

Eis a consequência na forma mais palpável do pequeno papel desempenhado na capital pela indústria: a redução da cadeia de valores que alimenta todos os demais setores do capital, reduzindo o trabalho formal em seu conjunto.

Apresentamos, a seguir, a evolução do trabalho formal nos diversos setores no interior do município de Belo Horizonte:

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES FORMAIS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE										
IBGE Setor	2002	2004	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extrativa mineral	587	1.330	1.655	2.189	1.695	2.347	3.040	3.325	3.073	2.993
Indústria de transformação	59.263	60.196	69.008	75.426	77.332	74.784	76.524	72.303	78.938	73.459
Energia, água etc.	17.597	24.109	24.652	24.550	23.894	23.704	23.582	23.445	23.886	23.785
Construção Civil	66.245	71.009	97.705	102.045	114.685	119.844	126.513	133.146	140.933	131.321
Comércio	123.259	135.072	151.030	159.818	166.598	171.453	190.520	187.757	197.076	195.297
Serviços	373.303	409.073	436.993	475.717	509.720	531.081	570.749	591.176	621.674	611.444
Administração Pública	282.875	290.894	290.559	370.365	367.392	358.846	362.247	356.533	340.372	334.630
Agropecuária	3.992	5.590	7.642	5.047	4.000	3.549	3.594	3.257	5.195	4.753
Total	927.121	997.273	1.079.244	1.215.157	1.265.316	1.285.608	1.356.769	1.370.942	1.411.147	1.377.682
IBGE Setor	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022/2002
Extrativa mineral	2.702	1.896	1.604	5.363	864	1.410	1.343	1.527	1.476	151,45%
Indústria de transformação	71.675	63.187	58.348	56.556	57.294	53.156	49.862	52.783	57.934	-2,24%
Energia, água etc.	24.715	23.056	22.254	21.976	22.920	22.183	22.103	21.619	19.159	8,88%
Construção Civil	136.188	109.341	89.087	80.709	90.000	99.425	112.387	116.602	88.846	34,12%
Comércio	193.201	182.945	176.894	173.134	172.100	170.433	156.894	171.804	175.182	42,13%
Serviços	596.594	569.807	546.777	540.197	551.704	566.623	541.312	565.810	745.960	99,83%
Administração Pública	325.395	262.167	278.202	296.224	281.323	286.179	317.126	309.801	188.465	-33,38%
Agropecuária	4.213	4.112	3.819	3.626	3.295	1.462	2.918	4.689	3.453	-13,50%
Total	1.354.683	1.216.511	1.176.985	1.177.785	1.179.500	1.200.871	1.203.945	1.244.635	1.287.288	38,85%

Variação no emprego formal entre 2002 e 2022



Fonte: RAIS-MTE e Novo CAGED. Elaboração: ILAESE

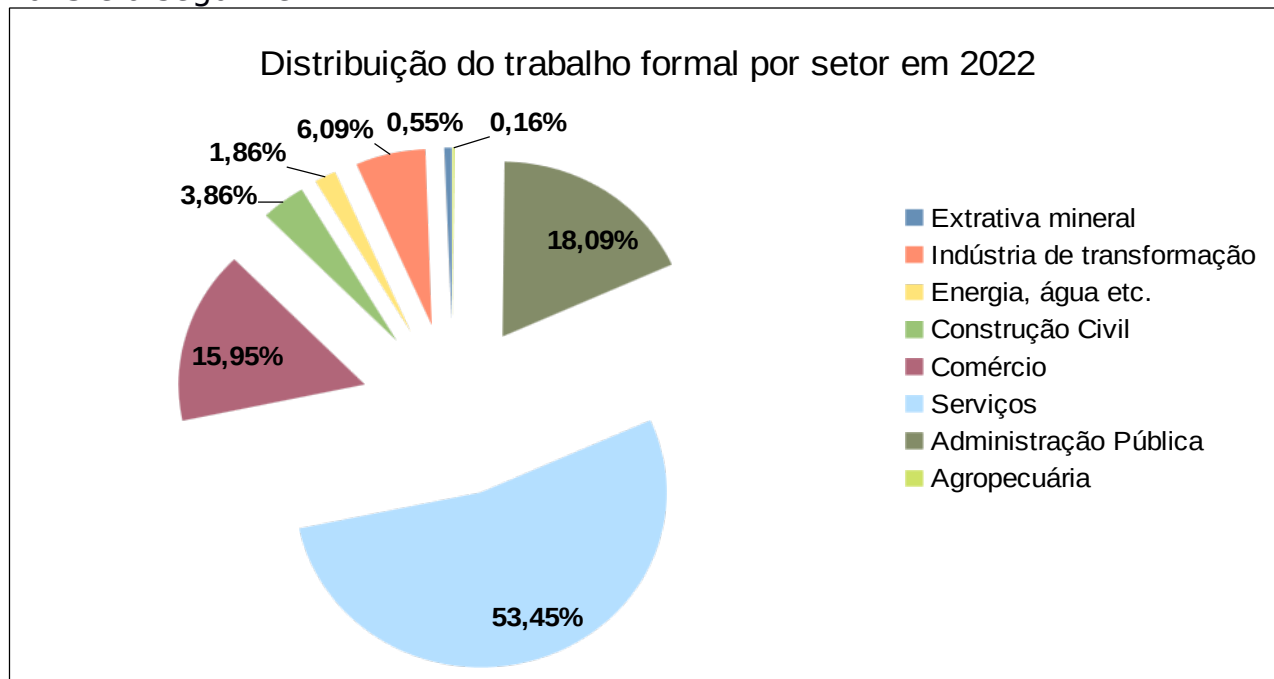
Como podemos ver, de todos os macro setores considerados, a indústria de transformação, a administração pública e o setor agropecuário foram os únicos que apresentaram uma queda absoluta no total de empregos.

No caso do setor agropecuário, o total de empregos é, no passado e no presente, insignificante. Belo Horizonte não possui uma região rural em seu município. Sendo um município construído artificialmente há pouco mais de 100 anos para ser a capital do Estado, seu território é relativamente pequeno. Este foi anárquica e totalmente ocupado a partir do processo de industrialização que se deu na segunda metade do século XX.

Há ainda uma queda de cerca de um terço no total de servidores públicos, o que trataremos com mais detalhes no terceiro capítulo deste estudo.

Afora esses dois setores, apenas a indústria de transformação apresentou uma queda absoluta no total de empregos. Eram 59,3 mil trabalhadores empregados no setor em 2002 e 57,9 mil ao final de 2022. Já o crescimento significativo do setor extrativo mineral está associado inteiramente a empresas que atuam fora do município e mantêm suas sedes na capital. É portanto, mais um sintoma do processo de desindustrialização relativa no país, marcado pela substituição da indústria de transformação pela indústria de matérias-primas e *commodities*.

A conformação da classe trabalhadora formal belo-horizontina ao fim de 2023 é a seguinte:



Fonte: RAIS-MTE e Novo CAGED. **Elaboração:** ILAESE

É verdade, portanto, que o peso relativamente pequeno da indústria de transformação na capital mineira e seu retrocesso impactou todos os demais setores. Temos a quarta capital do Brasil cuja evolução do emprego formal foi a menor nos últimos 20 anos. Ainda assim, a situação de Belo Horizonte é substancialmente diferente de outras capitais brasileiras como o Rio de Janeiro e Porto Alegre: marcadas por um processo de desindustrialização absoluta. Isso ocorre porque o coração do sistema produtivo da capital, desde o início de sua industrialização nos anos de 1960, encontra-se na região metropolitana.

Devemos, assim, melhor examinar o desenvolvimento de sua zona metropolitana, tanto internamente, como em comparação com outras existentes no país.

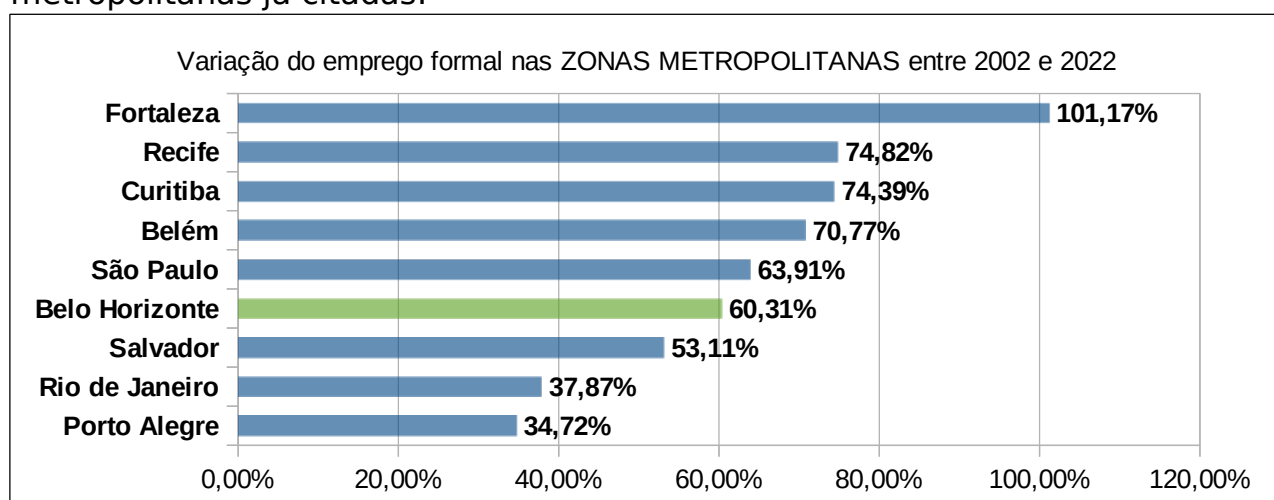
c - O processo de desindustrialização relativa na Zona Metropolitana da capital

Em meados da década de 1970, o Governo Federal institucionalizou as primeiras nove regiões metropolitanas do Brasil. São elas: São Paulo, Rio de

Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Recentemente, diante das mudanças na rede urbana brasileira, o IBGE classificou quinze arranjos populacionais do país sob a denominação de metrópole. Além das nove citadas, , foram classificadas como metrópoles os aglomerados urbanos de Brasília, Goiânia, Manaus, Grande Vitória, Florianópolis e Campinas. Apesar disso, nesta análise, consideraremos apenas as nove regiões metropolitanas citadas no início, pois somente elas são discriminadas na base da RAIS-MTE, que aqui utilizaremos como referência.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte é atualmente composta por um conjunto total de 34 municípios, incluindo o município de Belo Horizonte. Compreende os seguintes municípios: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Nova União, Juatuba, Lagoa Santa, Mario Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão Das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim De Bicas, São José Da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu De Minas e Vespasiano.

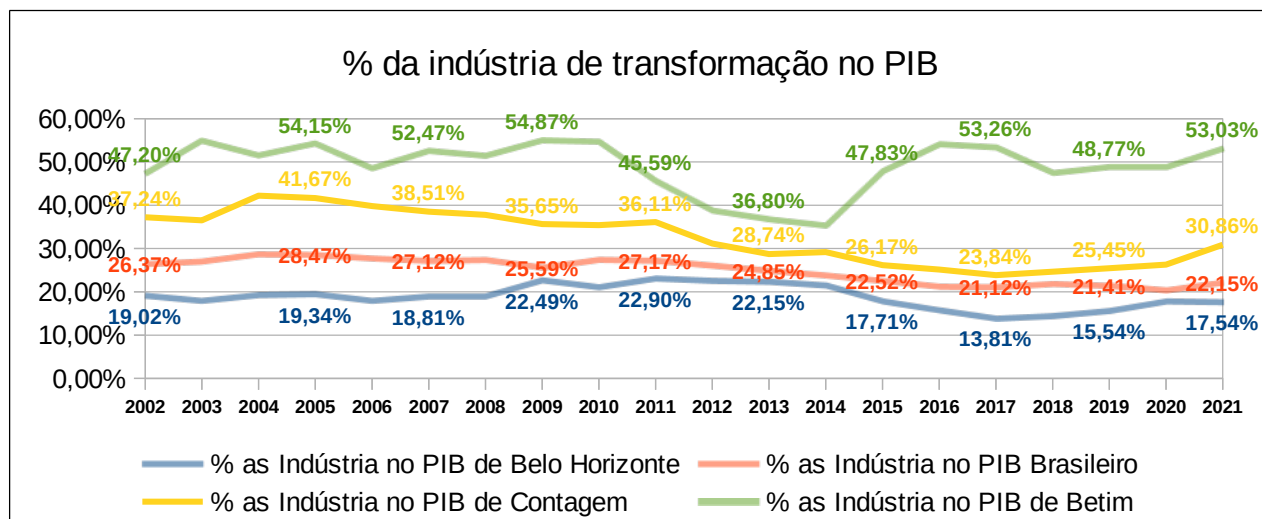
Diante disso, vejamos a evolução do emprego formal nas nove regiões metropolitanas já citadas:



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Quando consideramos o conjunto da região metropolitana, vemos que a situação de Belo Horizonte se diferencia daquela verificada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre que, como dissemos e convém repetir, encontram-se em um processo de desindustrialização absoluta. O emprego formal na zona metropolitana da capital mineira avançou 60,31% entre 2002 e 2022. Trata-se de uma posição intermediária, situando o desenvolvimento social de Belo Horizonte mais ou menos na média das grandes capitais brasileiras.

Não é para menos. Como já mencionamos, o percentual ocupado pela indústria de transformação nos respectivos PIBs dos municípios da Zona Metropolitana é muito superior à de Belo Horizonte. É o que indicamos abaixo com a participação da indústria de transformação nos PIBs de Belo Horizonte, Contagem e Betim; os três maiores municípios dessa Zona Metropolitana:

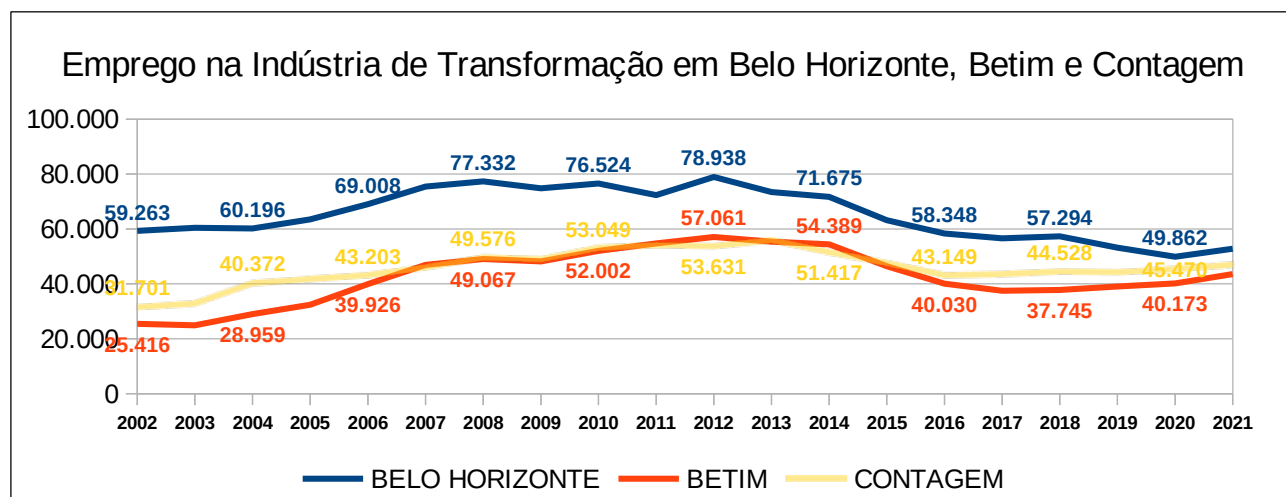


Fonte: IBGE: SIDRA **Elaboração:** ILAESE

Nessa evolução do PIB, Contagem ilustra bem que o processo de desindustrialização relativa existente no país se manifesta, igualmente, em Minas Gerais. O município chegou a ter, em 2005, 41,67% do seu PIB originado na indústria de transformação. Esse percentual chegou a ocupar apenas 23,84% de seu PIB em 2017. Ao mesmo tempo, Betim ilustra a grande vulnerabilidade de um município quase mono-industrial. Isto é, dependente da montadora de automóveis italo-americana FIAT(Stellantis) e sua cadeia de produção. Apesar de ter, via de regra, mais de 50% de seus trabalhadores empregados na indústria de transformação, esse percentual variou bruscamente entre 2010 e 2015.

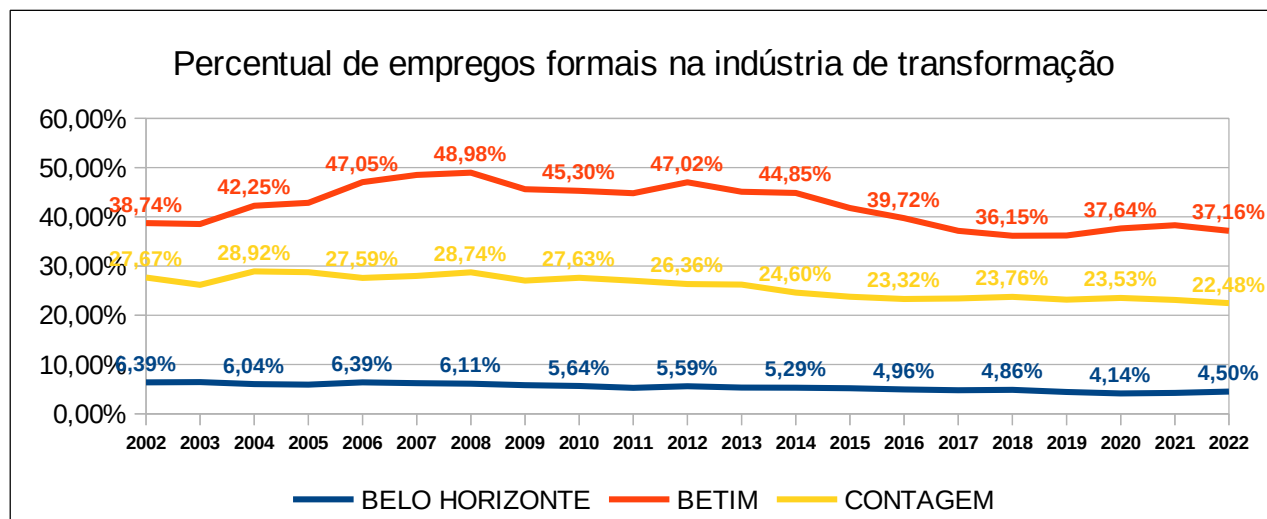
A melhor forma, no entanto, de capturar a evolução da indústria na Zona Metropolitana de Belo Horizonte é por meio da classe trabalhadora nela empregada. O PIB reflete outros aspectos, como, por exemplo, a variação dos preços dos produtos siderúrgicos e minerários, uma das principais atividades industriais existentes na Zona Metropolitana.

Quando consideramos o total de empregos na indústria de transformação, vemos que nos três municípios considerados houve retração dos empregos desde, pelo menos, 2012.



Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

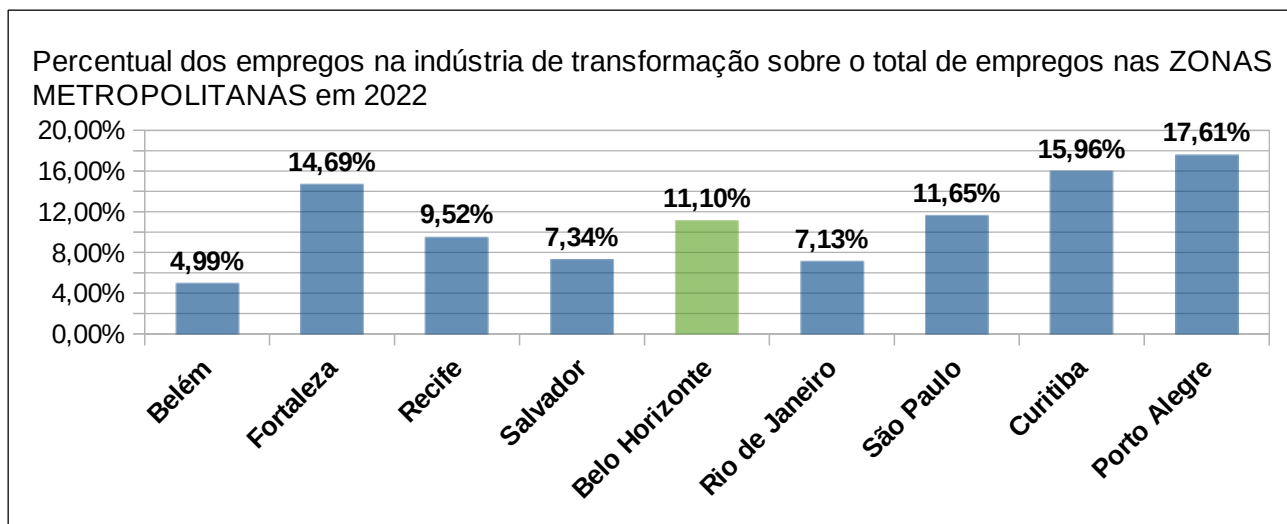
Em Belo Horizonte temos a queda mais acentuada. O emprego na indústria de transformação, nesse período, caiu 33,13%. Em Contagem a queda foi, também, bastante significativa: 23,64% e 12,36% em Betim. Nesse contexto, a participação dos empregos na indústria de transformação sobre o total de empregos formais nos três municípios é a seguinte:



Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

Torna-se evidente, somente então, que embora Betim e Contagem mantenham-se como cidades industrializadas e o coração da indústria de transformação na Zona Metropolitana, todas elas passaram por um acentuado processo de desindustrialização nos últimos 10 anos. Esse processo se iniciou com a crise de 2008, tendo 2012, início da crise brasileira, como um ponto de inflexão importante. Tais processos não foram de modo algum revertidos nos anos seguintes, ainda que, na contabilidade do PIB, fora muitas vezes mascarados pela elevação dos preços dos respectivos produtos.

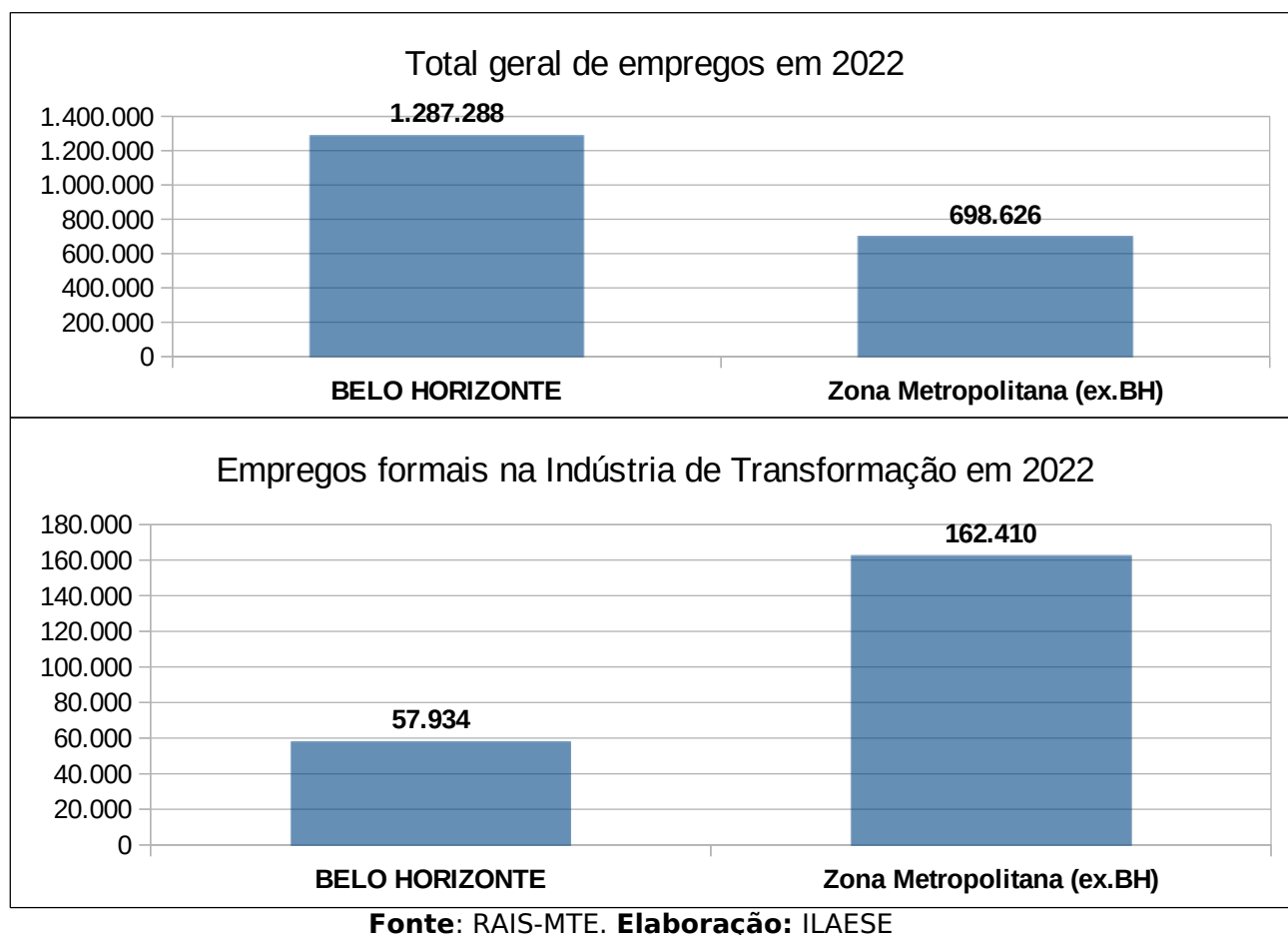
Não devemos nos esquecer, contudo, que todo desenvolvimento é relativo: trata-se de um crescimento em relação a um cenário anteriormente dado. Se, como vimos, Porto Alegre e o Rio de Janeiro e suas respectivas Zonas Metropolitanas apresentam o quadro mais acentuado de decadência entre as capitais brasileiras, a situação de ambos os municípios é bem distinta. Porto Alegre e sua zona metropolitana partiram, 20 anos atrás, de uma indústria proporcionalmente muito maior não apenas que a do Rio de Janeiro, mas maior também que as demais zonas metropolitanas brasileiras. Da mesma forma, não se pode perder de vista que o crescimento da indústria de transformação em zonas metropolitanas como as de Belém, deu-se a partir de um grau de industrialização muito baixo. É o que indicamos a seguir com o percentual dos empregos na indústria de transformação em relação ao total de emprego nas mesmas zonas metropolitanas anteriormente indicadas.



Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

Novamente, vemos a região metropolitana e Belo Horizonte em uma posição intermediária. Apesar da enorme diversidade do Estado de Minas Gerais, sua capital não tem conseguido avançar além da média nacional. E essa média expressa uma decadência estrutural e histórica, um rebaixamento do país na divisão internacional do trabalho, uma redução relativa do peso da indústria de transformação, o qual se procura compensar com os setores do agronegócio, da mineração e da agropecuária: setores que empregam menos trabalhadores, que destroem em um ritmo inebriante a natureza, explorada em massa para atender um mercado mundial por meio de exportações massivas.

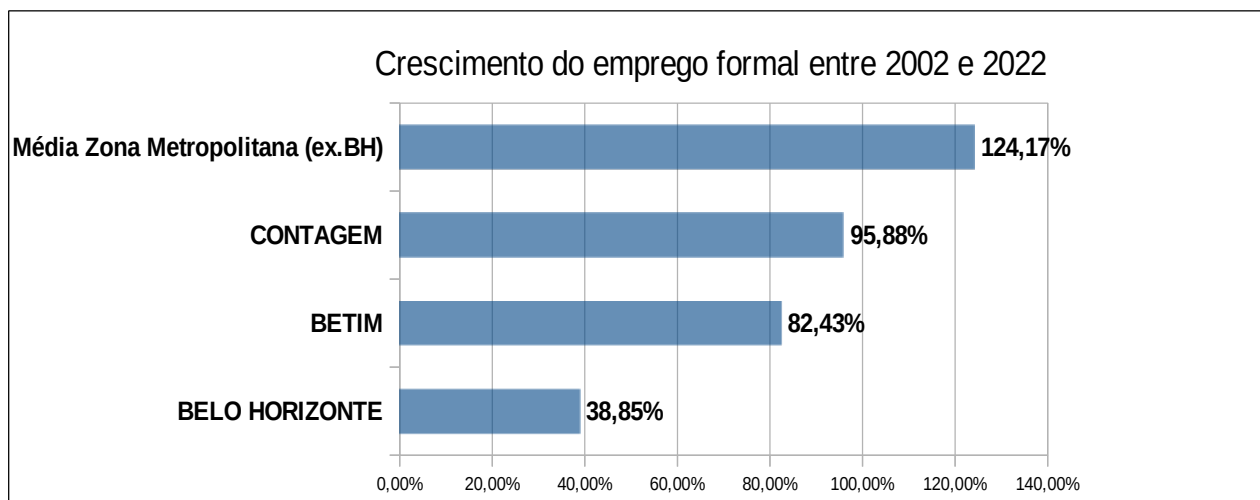
Nesse contexto, Belo Horizonte possui uma indústria significativa, mas proporcionalmente pequena em relação aos demais municípios da Zona Metropolitana, o que é tornado claro na comparação que se segue:



Belo Horizonte possui quase o dobro de empregos formais do que todos os demais 33 municípios da Zona Metropolitana. No entanto, na indústria de transformação, essa situação se inverte. Temos quase três vezes mais empregos na Zona Metropolitana do que na capital.

Isso é possível porque Belo Horizonte cumpre o papel de centro administrativo, financeiro, comercial não apenas de todas indústrias instaladas na Zona Metropolitana do Estado, mas também de todo Estado de Minas Gerais. A capital sedia empresas de grande porte, cujas unidades produtivas encontram-se instaladas em outras regiões, como a ArcelorMittal, Anglo Gold, Usiminas. É também um centro financeiro do Estado, sediando as *holdings* ou grupos econômicos de diversas empresas além de bancos de posição intermediária no país, como o Banco Inter dos Menin. Some-se a isso empresas de serviços que são potências nacionais, como o grupo educacional Cogna e a Localiza.

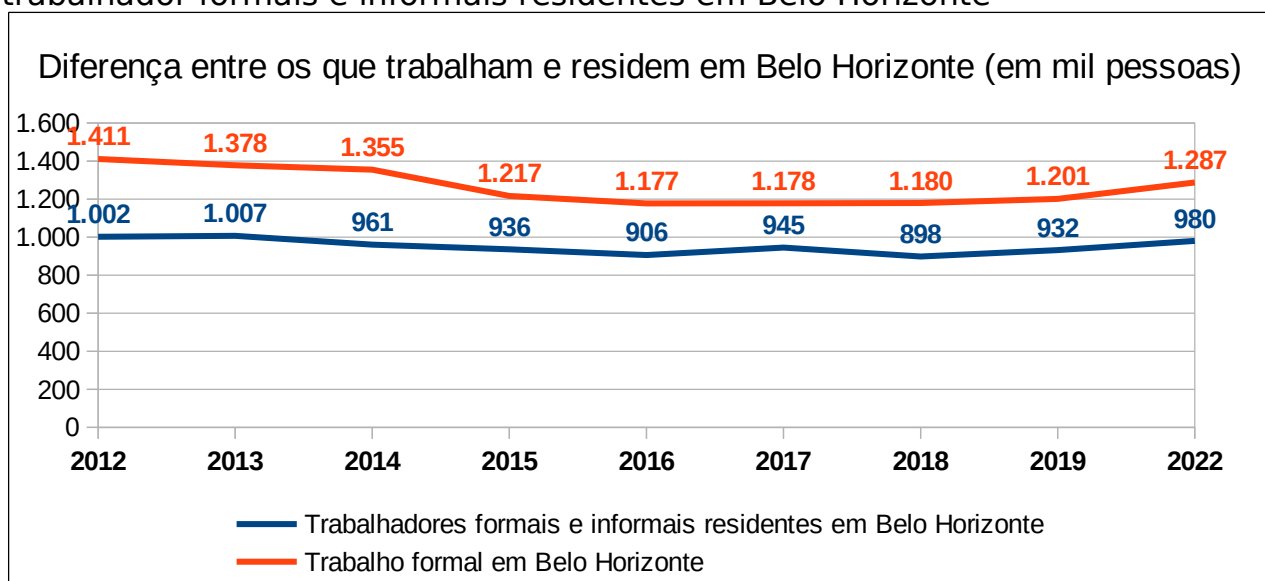
O grande limite, contudo, é que tais atividades exercidas na capital mineira – como centros administrativos, financeiros e comerciais – tendem a manter um nível geral de empregos relativamente estável, já que não crescem na proporção de suas unidades produtivas. Daí que Belo Horizonte é um dos municípios que menos avança em termos de empregos na Zona Metropolitana, deteriorando a situação geral de sua população, como indicado a seguir:



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Além da evolução tartaruga nos empregos, temos outro fenômeno social relevante, advindo da ocupação urbana anárquica em toda região metropolitana. Ao mesmo tempo que os demais municípios que a compõem centralizam a cadeia produtiva, base da produção de valor e riqueza, Belo Horizonte centraliza os empregos em todos os demais setores. Isso produz o que denomina-se movimento pendular, isto é, o deslocamento diário de pessoas entre municípios distintos, para fins de trabalho e/ou estudo e moradia. Associado a isso, temos a péssima infraestrutura da Zona Metropolitana, deteriorando ainda mais a qualidade de vida do conjunto da classe trabalhadora.

Como ilustração desse movimento pendular, apresentamos a seguir o total de empregos formais existentes em Belo Horizonte e o total de trabalhador formais e informais residentes em Belo Horizonte



Fonte: RAIS-MTE. PNAD. Elaboração: ILAESE

Apenas em 2022, Belo Horizonte tem 1 milhão 287 mil empregos formais e apenas 980 mil trabalhadores formais (e informais). Apenas em 2023, mais de 300 mil trabalhadores de Belo Horizonte residem fora do município. Isso significa que, apenas em 2022, mais de 25% dos empregos na capital são ocupados por trabalhadores residentes em outros municípios. Essa diferença tende a existir nas demais zonas metropolitanas do Brasil, mas em nenhuma delas é tão grande quanto a verificada na capital mineira.

Essa situação gera cansaço e redução da qualidade de vida em função do tempo gasto em deslocamentos, menor produtividade no trabalho, impacto na vida social, despesas adicionais tanto para os trabalhadores como para o município, impacto ambiental em função do elevado tráfego rodoviário, sobrecarregamento de infraestruturas etc. Tudo isso é produto de uma sociedade capitalista em que não existe planejamento social, mas apenas planejamento no interior das unidades produtivas. Uma evolução social que produz riquezas de forma desenfreada na mesma proporção que destrói as condições de toda riqueza: a natureza em seu conjunto e o que deveria ser a finalidade de toda produção de riqueza: o homem e, sobretudo, a grande maioria desses homens, a classe trabalhadora.

d - O quadro geral da desindustrialização

O quadro exposto acima possui, também, consequências econômicas de longo alcance em Belo Horizonte. Até 2006, o município possuía, quase sempre, uma balança comercial favorável. Isto é, exportava mais do que importava, vendia mais do que comprava. Desde então, ainda que com algumas oscilações, a balança comercial de Belo Horizonte é, predominantemente, desfavorável.

O maior problema, no entanto, não é quantitativo, mas qualitativo. Cada vez mais, o município exporta produtos ligados à indústria de base, ao mesmo tempo que importa produtos de elevada tecnologia e que demanda, por isso, maior complexidade, trabalho objetivado e valor.

Tanto em Belo Horizonte como em Contagem, o principal produto importado são dispositivos semicondutores: carro chefe da indústria eletroeletrônica, que se encontra na dianteira da atual divisão internacional do trabalho. Ao mesmo tempo, os dois municípios exportam produtos com menor valor agregado e integrantes da indústria de base de média complexidade: tubos de ferro ou aço, no caso de Belo Horizonte e transformadores elétricos, no caso de Contagem. Em ambos os casos, os valores importados superam os dos produtos exportados. No caso de Betim, todas suas operações estão associadas à atividade da FIAT-Stellantis: exportações de caminhões de carga e importações de carros, mediados pela mesma empresa.

Existe uma maior diversificação apenas nas exportações relativas às indústrias instaladas em Contagem, no entanto, toda ela diz respeito à indústria de base, de menor valor agregado. Em Betim, o caráter monoindustrial do município é atestado pelas exportações inteiramente associadas ao setor automobilístico e sua cadeia de produção.

No entanto, quando consideramos as importações, por exemplo, de Belo

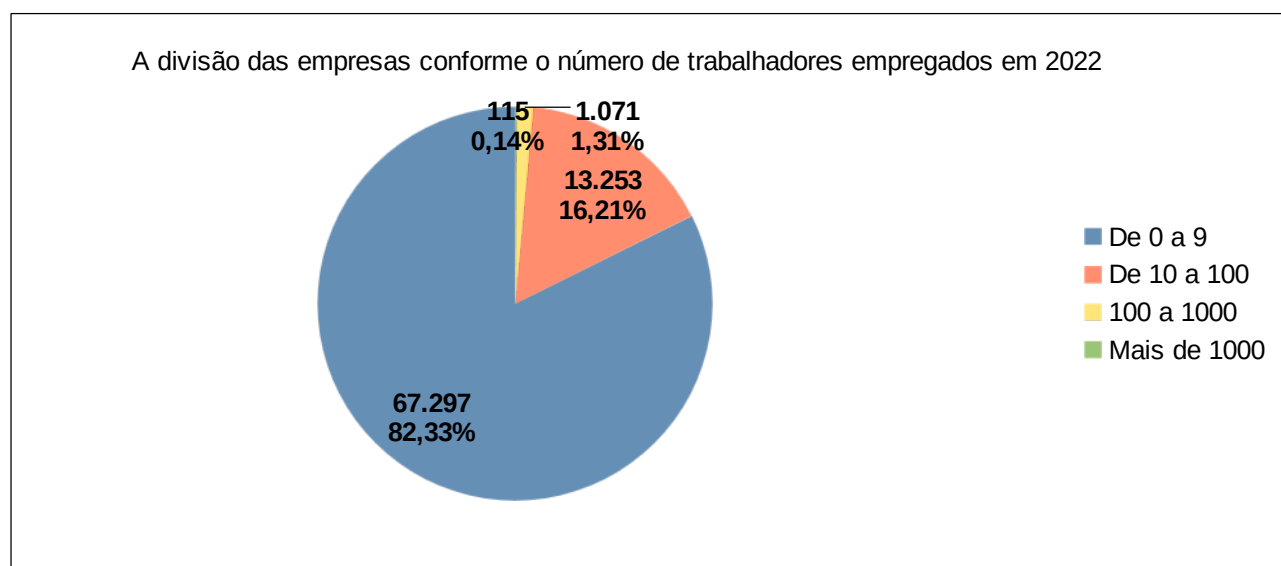
Horizonte, elas englobam praticamente todos os produtos que consumidos, abarcando todos os setores. Ressaltamos que, não se trata de compras e vendas com outros municípios do Brasil, mas com outros países; atestando sua desindustrialização relativa e completa dependência e dominação do capital industrial.

e - Os donos da riqueza: alcançando os grandes proprietários

Analisamos aqui a divisão dos proprietários belo-horizontinos. Eles controlam toda a riqueza do município e se apropriam da maior fração do excedente produzido.

Ao fim de 2022, tínhamos um total de 81.736 CNPJs ativos, ou estabelecimentos. Ao mesmo tempo, o PNAD-IBGE informa que Belo Horizonte possui cerca de 86 mil empregadores. Esse número passa a falsa impressão de que temos uma classe capitalista que se aproxima dos 100 mil indivíduos em Belo Horizonte. Esse não é, de modo algum, o caso.

Dos estabelecimentos indicados em 2022, vejamos como eles se distribuem em relação ao total de trabalhadores empregados.



Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

Como se nota, a enorme maioria desses estabelecimentos empregam menos de 10 trabalhadores. Tratam-se, portanto, de empreendimentos de pequeno porte ou nem isso, já que cerca de 10 mil deles não emprega trabalhador algum, sendo, em grande parte, trabalho assalariado pejetizado. Em suma, 82,33% dos estabelecimentos enquadram-se nessa categoria de pequenos empreendimentos ou até mesmo modalidades precárias de trabalho.

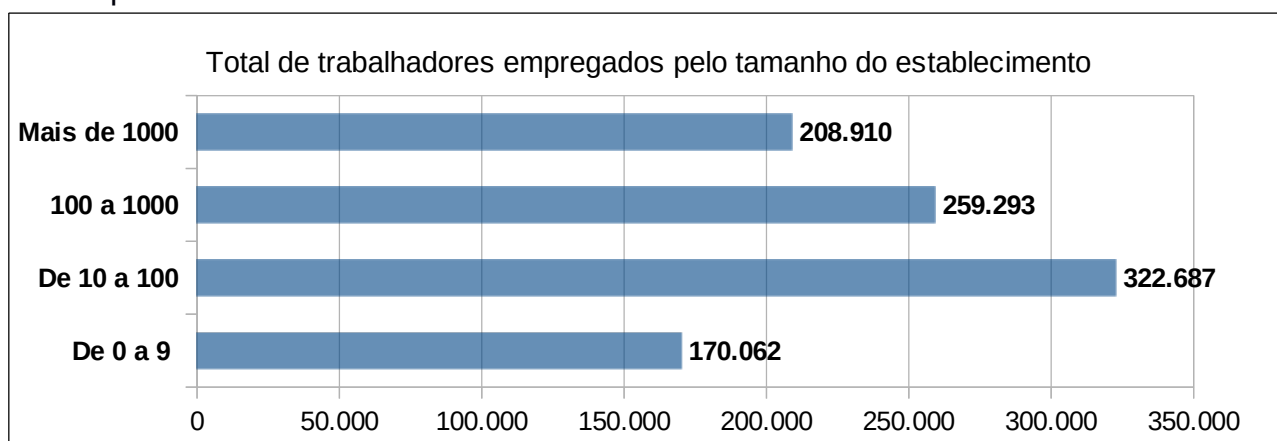
O que denominamos, aqui, de pequeno, médio e grande capital corresponde a menos de 20% do total de indivíduos que a PNAD classifica como empregadores. Mas não somente.

Mesmo esses 17,66% de estabelecimentos restantes, 16,21% se encaixam no que denominamos pequeno capital, que empregam de 10 a 100

trabalhadores. O médio capital, entre 100 e 1.000 trabalhadores, representa apenas 1.071 estabelecimentos ou 1,31% do total. Por fim, o grande capital, com mais de 1.000 trabalhadores empregados, representa apenas 115 estabelecimentos ou 0,17% do total.

É esse fenômeno que denominamos concentração e centralização do capital, que faz com que a maior parte da riqueza produzida no município esteja sob a propriedade de algumas centenas de grandes capitalistas, bilionários em sua maior parte.

Para termos uma visão mais clara dessa concentração, apresentamos a seguir o total de trabalhadores empregados em cada uma dessas modalidades, desconsiderando, nessa contabilidade, os setores públicos: estadual, federal e municipal:



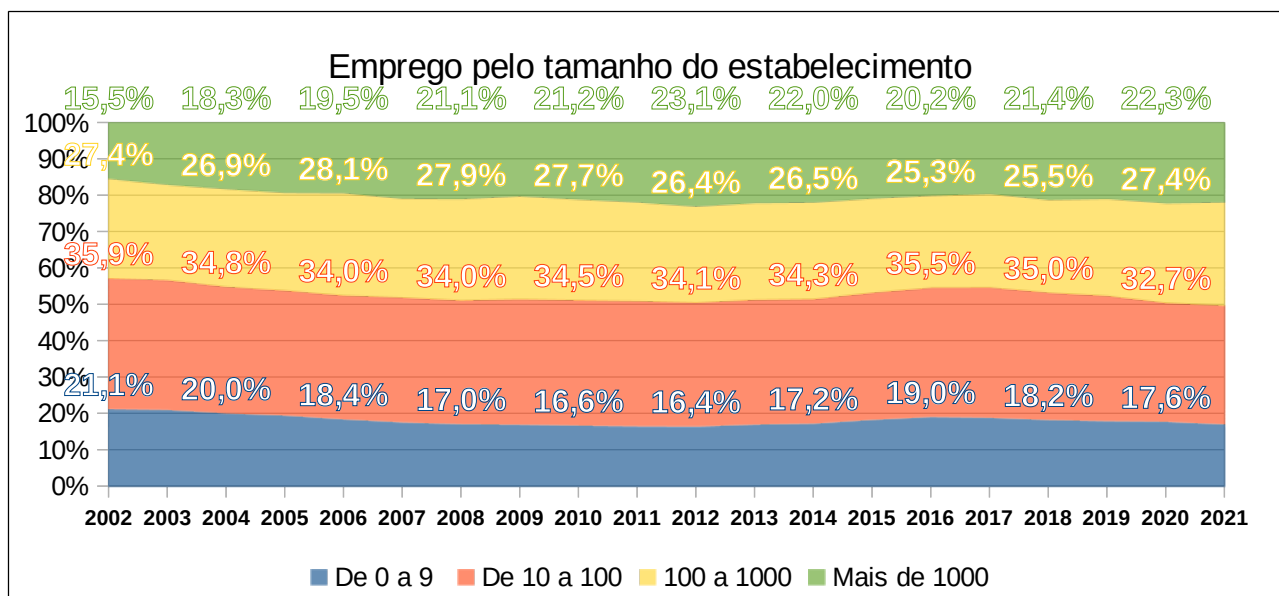
Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

Os pequenos empreendimentos, que representam 82,33% dos estabelecimentos privados empregam apenas 170 mil trabalhadores. Já o que denominamos de pequeno, médio e grande capital empregam cerca de 790 mil trabalhadores restantes.

O grande capital que congrega apenas 115 estabelecimentos, sob propriedade de algumas poucas centenas de grandes capitalistas, mobilizam uma força de trabalho de 208 mil trabalhadores. Ressalte-se que esses estabelecimentos mais concentrados são de longe os mais produtivos, de modo que um mesmo número de trabalhador agrega proporcionalmente mais valor e produz, assim, mais riqueza.

No entanto, comparado com outros capitais brasileiros que examinamos, como São Paulo, Curitiba; em Belo Horizonte o capital é relativamente menos concentrado. Isso se deve ao que apresentamos nos primeiros itens desse capítulo: o fato da indústria, fortemente concentrada em sua maior parte, se encontrar instalada nas demais cidades da região metropolitana.

Seja como for, a tendência é de uma maior centralização e concentração do capital, como apresentamos a seguir:



Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

Como se nota, as empresas que empregam mais de 1.000 trabalhadores em Belo Horizonte empregavam apenas 15,5% do total de trabalhadores do município em 2002. Esse percentual saltou para 22,3% ao fim de 2021. Ao mesmo tempo, caiu a participação das empresas que empregam entre 10 e 100 trabalhadores: o pequeno capital e, sobretudo, entre 0 e 9 trabalhadores. Cada vez mais, o capital se centraliza em poucas mãos e, com ele, o excedente produzido pela classe trabalhadora do município.

Cabe, agora, alcançarmos esses grandes bilionários, proprietários do grande capital em Belo Horizonte.

f - A propriedade do capital: Belo Horizonte no país dos bilionários

Do que apresentamos anteriormente, cabe algumas conclusões.

Em Belo Horizonte, em função de sua formação histórica peculiar, as grandes empresas estão, em sua maior parte, nas cidades de sua região metropolitana. Segue-se daí um capital relativamente menos concentrado que em outros municípios. Mas não somente isso, enquanto um polo industrial e metalúrgico, a maior parte dessas empresas são estrangeiras. Desse modo, o trabalho excedente delas oriundo alimentam uma rede e bilionários não no Brasil, mas, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos. Cabe aos capitalistas brasileiros o papel de sócio menor nesse processo, com a propriedade de empresas de serviços, comércio e no setor bancário com atuação local.

Isso pode ser notado na lista das 50 maiores empresas sediadas em Belo Horizonte ao fim de 2023.

	Nome	Setor	Faturamento
1º	ANGLO AMERICAN INVESTIMENTOS MINÉRIO DE FERRO LTDA	Mineração (Holding)	R\$ 38,1 bilhões
2º	CEMIG DISTRIBUIÇÃO SA	Energia	R\$ 35 bilhões
3º	USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS SA USIMINAS	Indústrias da transformação	R\$ 34,5 bilhões
4º	SAMARCO	Mineração	R\$ 31,7 bilhões
5º	ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL SA	Mineração	R\$ 28,9 bilhões
6º	BHP BILLITON BRASIL LTDA	Bancário	R\$ 27,7 bilhões
7º	COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS	Serviços	R\$ 27,0 bilhões
8º	ARCELORMITTAL BRASIL SA	Indústrias da transformação	R\$ 26,8 bilhões
9º	LOCALIZA RENT A CAR	Serviços	R\$ 24,7 bilhões
10º	COGNA EDUCAÇÃO	Educação (Holding)	R\$ 15,3 bilhões
11º	BANCO INTER SA	Bancário	R\$ 15,3 bilhões
12º	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO SA	Energia	R\$ 10,9 bilhões
13º	VLI MULTIMODAL SA	Logística e Transporte	R\$ 10 bilhões
14º	FERROVIA CENTROATLANTICA SA	Logística e Transporte	R\$ 9,3 bilhões
15º	MGI MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES SA	Imobiliário	R\$ 7,1 bilhões
16º	DMA DISTRIBUIDORA SA	Comércio Varejista	R\$ 6,7 bilhões
17º	PITÁGORAS SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE SA	Serviços	R\$ 6,4 bilhões
18º	MINERAÇÃO USIMINAS SA	Mineração	R\$ 6,4 bilhões
19º	LOG COMMERCIAL PROPERTIES	Imobiliário	R\$ 5,5 bilhões
20º	ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA	Mineração	R\$ 5,4 bilhões
21º	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL SA	Serviços	R\$ 4,8 bilhões
22º	ZURICH SEGUROS	Serviços	R\$ 4,6 bilhões
23º	BANCO MERCANTIL	Bancário	R\$ 4,2 bilhões
24º	LOCALIZA FLEET SA	Serviços	R\$ 4,2 bilhões
25º	GRUPO COGITARE	Bancário	R\$ 4 bilhões
26º	APERAM INOX AMERICA DO SUL SA	Indústrias da transformação	R\$ 3,9 bilhões
27º	EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA	Construção	R\$ 3,7 bilhões
28º	AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO SA	Comércio Atacadista	R\$ 3,5 bilhões
29º	SOLUÇÕES USIMINAS	Comércio Atacadista	R\$ 3,3 bilhões
30º	ADCON ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA	Serviços	R\$ 3,3 bilhões
31º	REDE EDUCACIONAL DO BRASIL LTDA	Educação	R\$ 3,2 bilhões
32º	DROGARIA ARAUJO S A	Comércio Varejista	R\$ 3 bilhões
33º	BRAZAURO RECURSOS MINERAIS	Mineração	R\$ 3,0 bilhões
34º	ARAGUAIA NÍQUEL METAIS LTDA	Serviços	R\$ 2,9 bilhões
35º	UNIDAS LOCADORA SA	Serviços	R\$ 2,9 bilhões
36º	ULTRAFERTIL	Logística e Transporte	R\$ 2,9 bilhões
37º	ANDRADE GUTIERREZ INVESTIMENTOS EM ENGENHARIA SA	Bancário	R\$ 2,8 bilhões
38º	CCA HOLDING SA	Bancário	R\$ 2,7 bilhões
39º	HOSPITAL MATER DEI SA	Saúde	R\$ 2,7 bilhões
40º	AMAZONIA ENERGIA PARTICIPAÇÕES SA	Bancário	R\$ 2,6 bilhões
41º	INSTITUTO HERMES PARDINI SA	Saúde	R\$ 2,6 bilhões
42º	SHOPPINGS DO BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA	Bancário	R\$ 2,6 bilhões
43º	COMPANHIA DE CIMENTO CAMPEÃO ALVORADA CCA	Indústrias da transformação	R\$ 2,6 bilhões
44º	ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA SA	Outros	R\$ 2,6 bilhões
45º	ATLETICO MINEIRO SAF	Esporte e Recreação	R\$ 2,6 bilhões
46º	TENCO SHOPPING CENTERS SA	Bancário	R\$ 2,6 bilhões
47º	ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS LTDA	Outros	R\$ 2,5 bilhões
48º	ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA SA	Construção	R\$ 2,5 bilhões
49º	MUNDY CONSTRUTORA LTDA SCP 3	Construção	R\$ 2,5 bilhões
50º	CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA	Serviços	R\$ 2,5 bilhões

Fonte: ECONODATA. **Elaboração:** ILAESE

A maior parte dessas empresas, incluindo algumas das maiores, como a Anglo American, Usiminas, Samarco, BHP Billiton, Arcelor Mittal não passam de *Holdings* sediadas em Belo Horizonte. Trata-se de empresas que possuem ou controlam outras empresas, mas não estão envolvidas diretamente em atividades bancárias ou financeiras. Ao invés de operar diretamente, essas holdings atuam como controladoras, gerenciando suas subsidiárias que

operam, via de regra, em outros municípios do Estado. Com destaque para os setores minerários e siderúrgico. Apenas a Anglo American movimento, em 2023, mais de duas vezes superior a toda arrecadação da prefeitura de Belo Horizonte.

Resta para os capitalistas de Belo Horizonte setores muito rentáveis, mas que não movimentam uma massa de capital assim tão grande, como os setores de servidos de Educação (Cogna, Pitágoras), rentista (Shoppings, Ferrovias, LOG Comercial), serviços de saúde (Mater Dei e Hermes Pardini), locação de automóveis (Localiza, Locamerica), Bancário (Banco Inter, BMG, Mercantil), Comércio (Drogaria Araújo, Arezzo). No setor produtivo destaca-se o setor da Construção Civil (MRV, Andrade Gutierrez, Mundy).

No entanto, não nos enganemos. Mesmo enquanto sócios menores no capitalismo a nível mundial, resta aos grandes capitalistas originários de Belo Horizonte divisas bilionárias, como podemos ver na lista que se segue, divulgada no início de 2023 pela Forbes.

Nome	Fortuna	Empresas
Rubens Menin Teixeira de Souza	R\$ 5,4 bilhões	MRV / Banco Inter
Henrique Moraes Salvador Silva	R\$ 3,6 bilhões	Mater Dei
Sérgio Lins Andrade	R\$ 2,65 bilhões	CCR
Nicolau Carvalho Esteves	R\$ 2,51 bilhões	Afya Educacional
Anderson Lemos Birman	R\$ 2,48 bilhões	Arezzo
Eugênio Pacelli Mattar	R\$ 2,46 bilhões	Localiza
Sebastião Vicente Bomfim Filho	R\$ 2,3 bilhões	Grupo SBF (Centauro, Almax)
José Salim Mattar Júnior	R\$ 2,18 bilhões	Localiza
Flávio Brandão Resende	R\$ 2,02 bilhões	Localiza
Victor Cavalcanti Pardini	R\$ 1,89 bilhão	Hermes Pardini
Flávio Pentagna Guimarães	R\$ 1,6 bilhão	BMG
Henrique Constantino	R\$ 1,51 bilhão	Gol – Metrô BH
Joaquim Constantino Neto	R\$ 1,51 bilhão	Gol – Metrô BH
Ricardo Constantino	R\$ 1,51 bilhão	Gol – Metrô BH
Constantino de Oliveira Júnior	R\$ 1,51 bilhão	Gol – Metrô BH
Luis Fernando Memoria Porto	R\$ 1,3 bilhão	Locamerica
Sergio Augusto Guerra de Resende	R\$ 1,3 bilhão	Locamerica
Ângela Gutierrez	R\$ 1,3 bilhão	Andrade Gutierrez

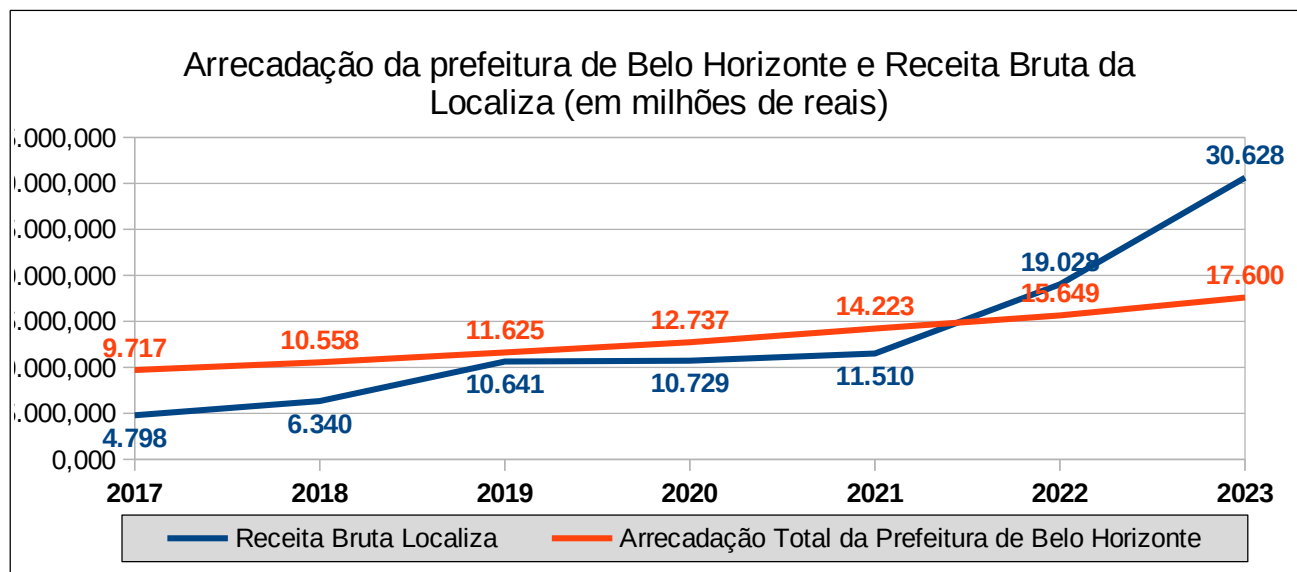
Fonte: Forbes. **Elaboração:** ILAESE

Apenas esses 18 bilionários, possuem uma fortuna aproximada de 40 bilhões de reais, o que equivale a 38% do PIB Municipal em 2021 e duas vezes e meia a arrecadação da prefeitura de Belo Horizonte em 2023.

Não é para menos. Ilustramos o processo, a seguir, com o exemplo de uma das maiores empresas sediadas em Belo Horizonte: LOCALIZA RENT A CAR S.A. Trata-se de um negócio em ascensão no Brasil e no Mundo: a locação de automóveis. Negócio esse que pode ir as alturas na medida que avança a substituição dos carros mecânicos movidos a combustão por carros elétricos e autônomos.

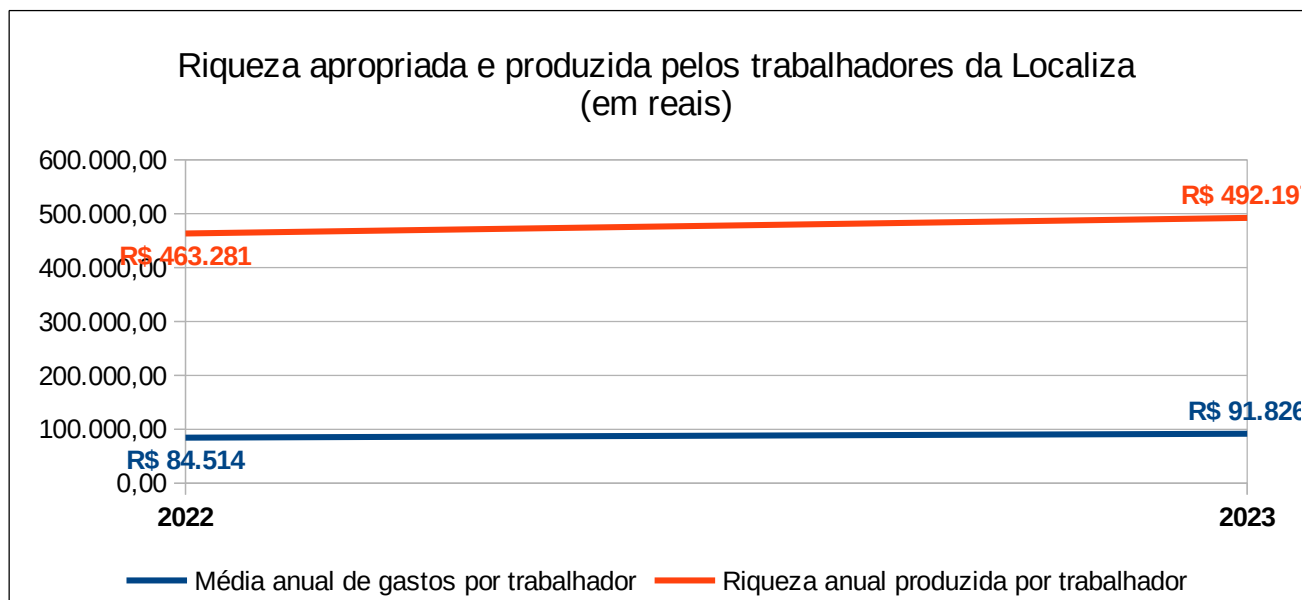


Pois bem, a Localiza, atuante em grande parte do território nacional, atingiu, nos últimos anos, uma receita bruta que extrapola em muito a arrecadação total da prefeitura de Belo Horizonte, como indicamos a seguir:



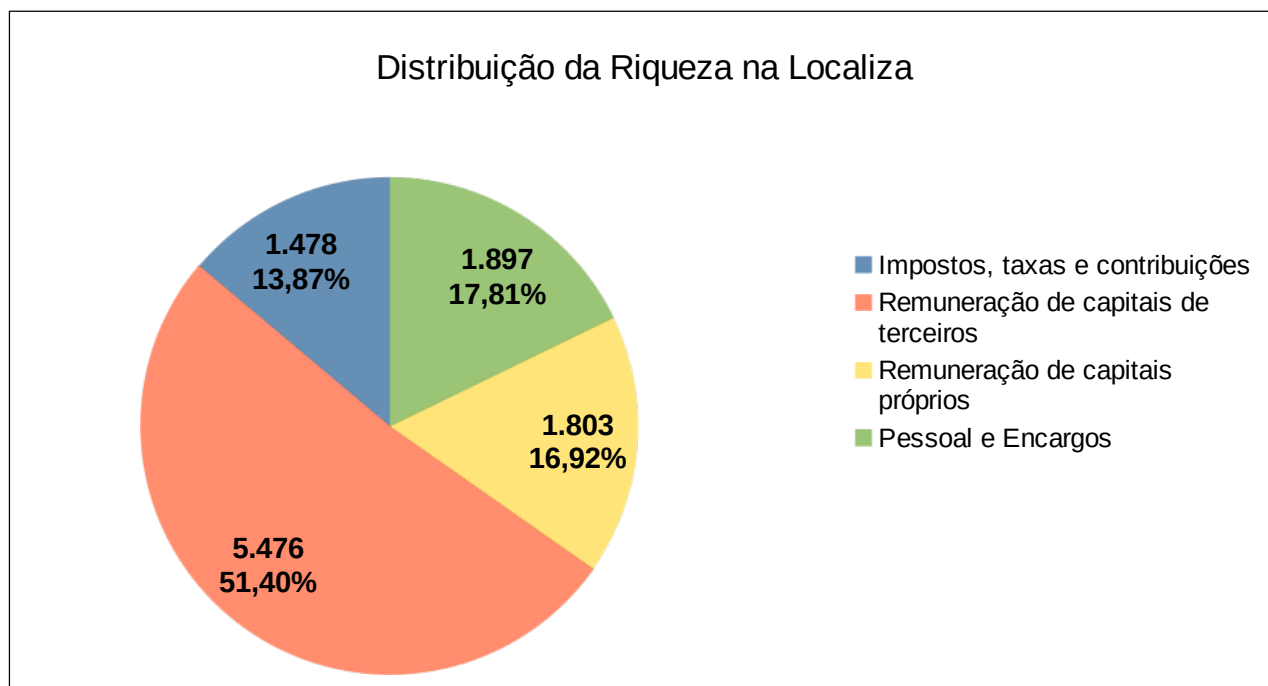
Fonte: SICONF. Relatórios anuais Localiza. **Elaboração:** ILAESE

A origem dessa fortuna, encontra-se na atividade de seus 20.661 trabalhadores. Como indicado a seguir, esse mais de 20 mil trabalhadores, foram responsáveis, apenas em 2023, pelo valor adicionado de 584 milhões de reais, no entanto, se apropriaram de apenas 91,8 milhões de reais na forma de salários e benefícios: menos de 20% de todo valor agregado aos custos. O restante, 492 milhões de reais, são apropriados pelos proprietários da Empresa, pelos Bancos e também pelo Estado.



Fonte: Relatórios anuais Localiza. **Elaboração:** ILAESE

Se considerarmos também os impostos indiretos, que incidem sobre o custo total do serviço vendido e não apenas sobre o lucro, a distribuição do valor adicionado pela empresa será a seguinte:



Fonte: Relatórios anuais Localiza. **Elaboração:** ILAESE

Como podemos ver, na Localiza, mais da metade do valor adicionado é apropriado pelos bancos, alimentando uma rede de bilionários do setor bancário. 16,92% são pelos proprietários da Empresa, o suficiente para gerar 3 bilionários na lista indicada acima: Eugênio Pacelli Mattar, José Salim Mattar Júnior, Flávio Brandão Resende os três com uma fortuna estimada em 6,66 bilhões de reais, relativas a 2022, conforme estimado pela Forbes. Restam 13,87% destinados ao Estado. Seria esse montante, finalmente, despendido em serviços e ao atendimento das necessidades dos trabalhadores? É o que veremos nos dois próximos capítulos.

3 - AS FINANÇAS PÚBLICAS DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Neste capítulo, examinamos as finanças públicas da prefeitura de Belo Horizonte.

É preciso não perder de vista que a análise do capítulo anterior não está descolada do que trataremos neste. A arrecadação da prefeitura de Belo Horizonte, bem como de qualquer outro município, não paira nas nuvens. Trata-se de uma fração da riqueza produzida pela classe trabalhadora que é apropriada pelo Estado por meio de impostos e taxaões de diversos tipos. Portanto, se há no Brasil, e também em Belo Horizonte, um processo de desindustrialização relativa que reduz o valor agregado e produzido no país no interior dessa divisão internacional do trabalho, esse processo terá e tem impactos sobre a arrecadação do setor público.

No entanto, é preciso dizer que o regime tributário brasileiro e sua estruturação econômica privilegia as capitais dos respectivos estados em detrimento dos municípios localizados no interior. Além de sediar toda estrutura administrativa do Estado, as capitais normalmente sediam, também, as grandes empresas estaduais. Vimos no primeiro capítulo como esse aspecto é particularmente forte em Belo Horizonte, sobretudo pela descentralização de sua estrutura produtiva, dispersa pela região metropolitana e outros municípios do interior. Esse processo faz com que uma fração da riqueza produzida no Estado migre para a capital, com impactos na arrecadação das respectivas prefeituras. Desse modo, o conjunto das capitais brasileiras, Belo Horizonte incluso, possuem finanças municipais que nem de longe seguem a mesma tendência dos Estados e dos demais municípios que o compõem.

Um tema central, portanto, é o exame metódico da origem e do destino desses recursos. É o que faremos nos diversos itens que compõem o presente capítulo.

a - Evolução da Receita Total da prefeitura de Belo Horizonte

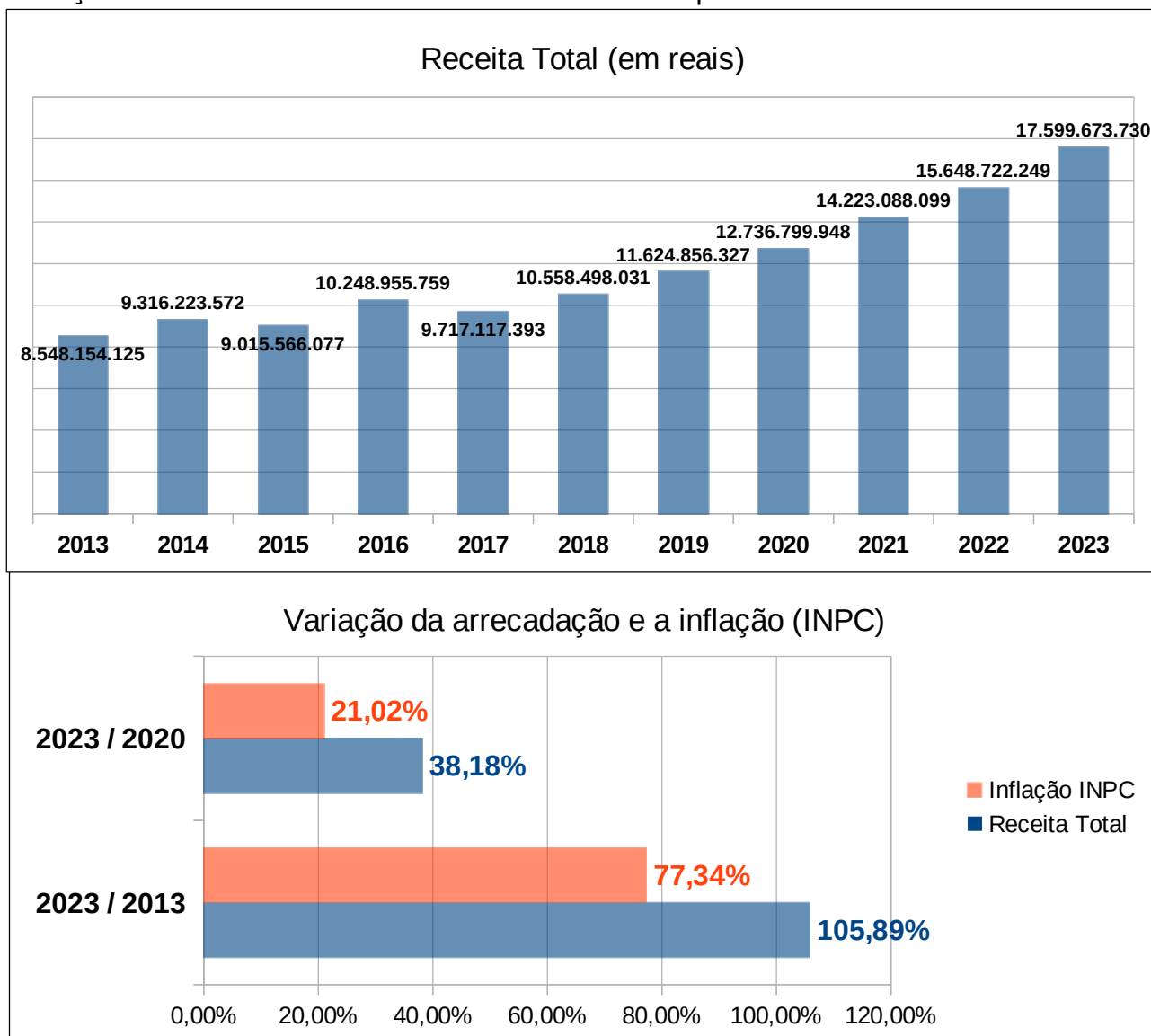
Neste item, analisamos a variação nos diversos tipos de receitas da prefeitura de Belo Horizonte. Dizemos os diversos tipos de receita porque, a depender do piso ou teto considerado, não é levado em conta o conjunto da arrecadação do município, mas apenas uma parte dela. Os principais tipos de receitas a serem consideradas, tendo em vista a situação dos trabalhadores do município, são as seguintes:

- 1) **Receita Total:** considera toda arrecadação da prefeitura de Belo Horizonte, independente da sua origem. Todas demais receitas correspondem a uma fração da receita total.
- 2) **Receita corrente líquida:** considera todas entradas líquidas ou periódicas da prefeitura. Não se considera, por exemplo, receitas

oriundas de vendas do patrimônio, empréstimos ou qualquer outro tipo de receita extraordinária. Ela serve como base para o teto de despesas em pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

- 3) **Receita por impostos e transferências:** considera apenas os tipos de entradas indicados diretamente em seu nome: impostos e transferências, deixando de fora as taxas, contribuições e outros tipos de receitas. É esta última a base para o cálculo dos pisos constitucionais da Educação (25%) e da Saúde (15%).

Dito isso, nossa análise parte da Receita Total de Belo Horizonte. Indicamos, nos gráficos que se seguem, a sua evolução e comparamos com a inflação acumulada dos últimos 10 e 4 anos respectivamente.



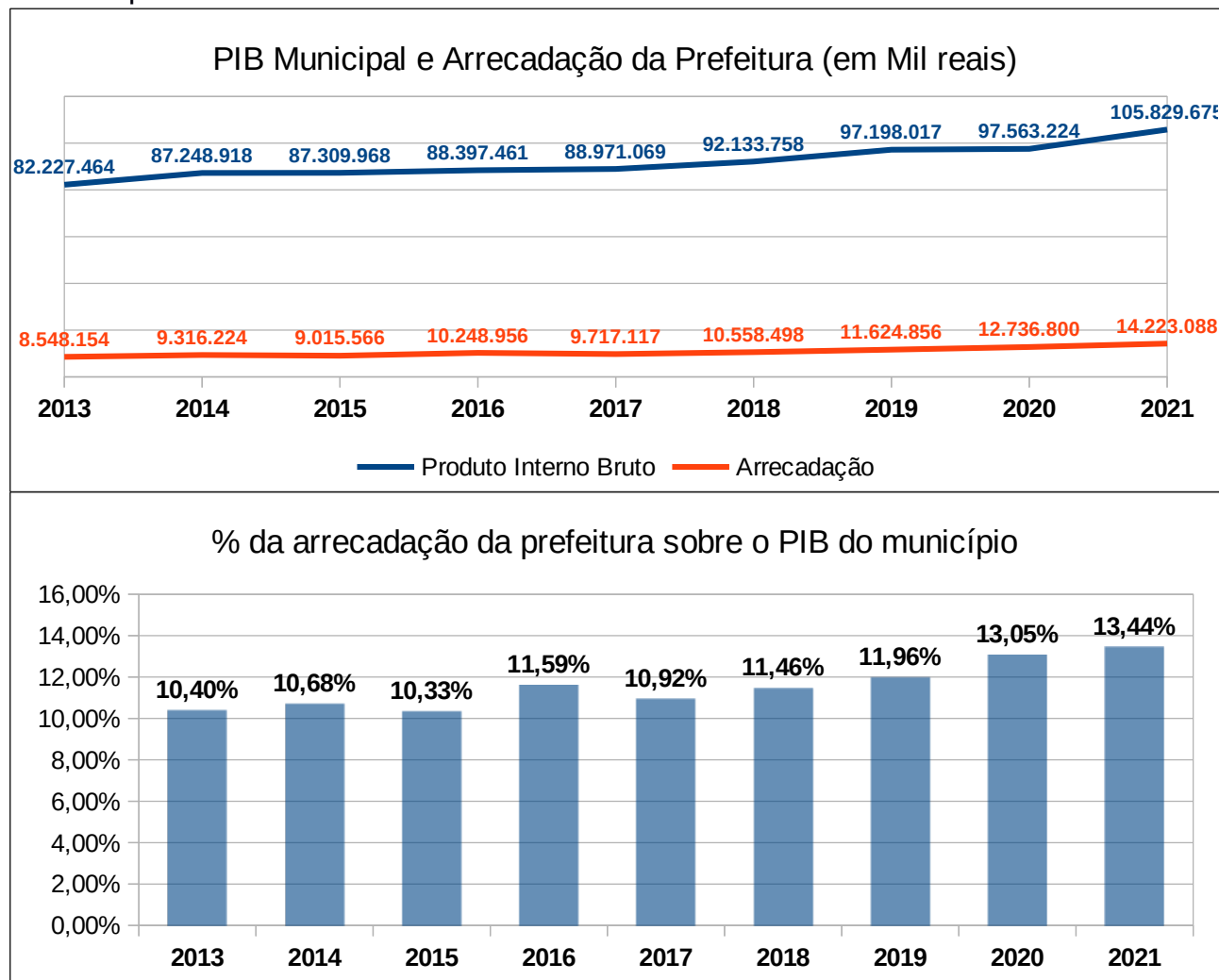
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

A receita da prefeitura de Belo Horizonte, acumula um crescimento bem acima da inflação acumulada. Houve uma relativa estagnação entre 2014 e 2018, apogeu da crise no Brasil. Desde então, a arrecadação tem crescido sempre acima de 1 bilhão de reais por ano.

Assim, nos últimos 10 anos, a inflação acumulada (INPC) foi de 77,34% e a receita do município cresceu 105,89%: um crescimento real de 28,55%.

Nos últimos quatro anos, entre 2020 e 2023, a situação é ainda mais confortável. A inflação acumulada no período foi de 21,02% (INPC), enquanto a receita do município cresceu 38,18%, um crescimento real de 17,16%.

Trata-se de um crescimento real não apenas superior a inflação acumulada no período, mas, também, superior a variação no PIB municipal. Vejamos, a seguir, a comparação entre o PIB de Belo Horizonte e a arrecadação total da prefeitura. Ressaltamos que, no caso do PIB, dispomos de dados apenas até o ano de 2021.



Fonte: IBGE: SIDRA, Tesouro Nacional: SICONF **Elaboração:** ILAESE

Existe uma clara tendência a que a arrecadação municipal ocupe uma fração cada vez maior do PIB municipal. Entre 2013 e 2015 ela equivalia um valor entre 10 e 11% do PIB do município. Já entre 2016 e 2019, esse percentual passou para uma proporção entre 11 e 12%. Por fim, nos últimos dois anos, a receita total da prefeitura de Belo Horizonte equivale a 13,05% e 13,44% do PIB respectivamente.

Isso significa que a maior arrecadação da capital de Minas Gerais não se deve, fundamentalmente, ao crescimento econômico da capital. Antes, isso ocorre porque a arrecadação municipal cresce sobre o restante da economia.

Para entendermos como isso é possível, devemos examinar com mais detalhes essa arrecadação. É o que faremos no próximo item deste capítulo.

b - Detalhamento da arrecadação da prefeitura de Belo Horizonte

As receitas dos municípios são compostas de **receita próprias**, principalmente impostos municipais (ISS e IPTU) e **transferências de impostos estaduais** (como o ICMS e o IPVA) e **transferências da União** (como o FPM e o SUS), além das receitas de capital. Dos cerca de 5.570 municípios do Brasil, apenas em 42 municípios a arrecadação originada das transferências da União e do Estado, representam menos de 50% do total da arrecadação. A cidade de Belo Horizonte está entre essas 42 cidades do país, cuja maior parte da arrecadação é oriunda de impostos municipais.

Mostramos a composição de sua arrecadação primária na tabela abaixo, desconsiderando arrecadações de natureza puramente financeiras, como os juros gerados pelas receitas estatais até serem aplicadas.

Distribuição das receitas da prefeitura de Belo Horizonte	2023	% das Receitas Primárias
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.302.871.545	38,70%
Receitas de Transferências (Estado de MG e União)	7.685.799.510	47,19%
Contribuições (Servidores Previdência)	177.836.816	1,09%
Receita Patrimonial	699.737.024	4,30%
Demais Receitas Correntes (multas, contratos)	836.031.163	5,13%
Receitas de capital (operações de crédito, alienação de bens ...)	585.443.877	3,59%

Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Como se vê, a receita de impostos, taxas e contribuições municipais em 2023 da prefeitura de Belo Horizonte foi de cerca R\$6,3 bilhões. Ela foi responsável por 38,70% da receita total consolidada em 2023. Considerando as demais modalidades de receita (contribuições, patrimonial, capital etc) elas superaram as transferências da União e do Estado que correspondem a R\$ 7,68 bilhões. Estas últimas foram responsáveis por 47,19% da receita primária consolidada em 2023.

Na tabela a seguir analisamos melhor as principais fontes arrecadadoras dos impostos municipais em 2023.

Distribuição dos impostos próprios da prefeitura	2023	% das Receitas Primárias
IPTU	1.916.999.129	30,41%
ISS	2.577.497.452	40,89%
ITBI	528.600.325	8,39%
IRRF	760.405.939	12,06%
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	519.368.700	8,24%

Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

O ISS (imposto sobre serviços) é, portanto, isoladamente, o principal imposto arrecadador do município em 2023. O ISS correspondeu a cerca de R\$ 2,577 bilhões, sendo o responsável por 40,89% de toda a arrecadação própria do município. Ele é um imposto sobre vários serviços (exceto os setores que possuem isenção ou renúncia fiscal) que **recai principalmente sobre a classe trabalhadora**. Como imposto indireto, ele é cobrado por serviços, tais

como: cabeleiro, escolas, universidades, transportes, profissionais autônomos, entre outros. Além do ISS, o IPTU correspondeu a 1,9 bilhões de reais arrecadados, o que equivale a 30,41% das receitas próprias da prefeitura. Também o IPTU, recai em grande medida sobre a classe trabalhadora. Tanto pelas isenções de que beneficiam as indústrias, como pelo fato de elas se encontrarem, em sua maior parte, fora da capital do Estado.

No caso das transferências de impostos feitas pelo Estado e pela União, a composição da arrecadação é a seguinte:

Distribuição das transferências da União e do Estado de MG	2023	% das Receitas Primárias
Cota-Parte do FPM	796.781.700	10,37%
Cota-Parte do ICMS	846.200.797	11,01%
Cota-Parte do IPVA	1.167.898.635	15,20%
Cota-Parte do ITR	1.172.937	0,02%
Transferências da LC nº 61/1989	8.242.597	0,11%
Transferências do FUNDEB	1.275.257.515	16,59%
Outras Transferências Correntes	3.590.245.329	46,71%

Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Nas transferências da União e do Estado, verificamos que o FUNDEB e o IPVA são as principais fontes. O FUNDEB corresponde a R\$1,27 bilhões. Esse montante, na verdade, é composto de uma cesta de impostos (ICMS, FPM, ICMS, IPVA ..) dos quais 20% é reservado para a educação, formando o FUNDEB. Agrega-se unicamente uma contribuição extra da União.

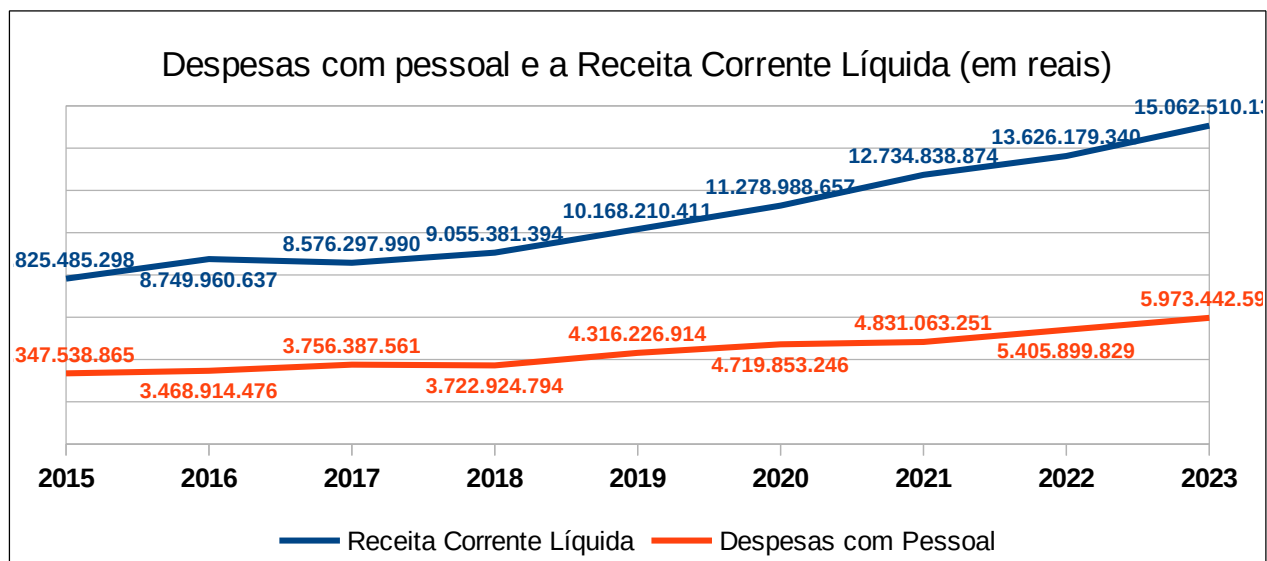
Em seu conjunto, tais impostos recaem sobre a classe trabalhadora de forma indireta. Já os impostos sobre a propriedade: o IPVA e o IPTU recaem predominantemente sobre a classe trabalhadora, pois não se trata da propriedade do capital, mas da propriedade de bens no geral. Assim, esses impostos recaem em grande medida sobre os ombros da classe trabalhadora quando possuem veículos automotores e residências próprias. É fundamentalmente a classe trabalhadora, por ser a enorme maioria da população, que financia a prefeitura de Belo Horizonte.

No entanto, como veremos, isso não ocorre com o destino desses impostos: isto é, as despesas.

c - Despesas decrescentes nos serviços públicos: os gastos com pessoal

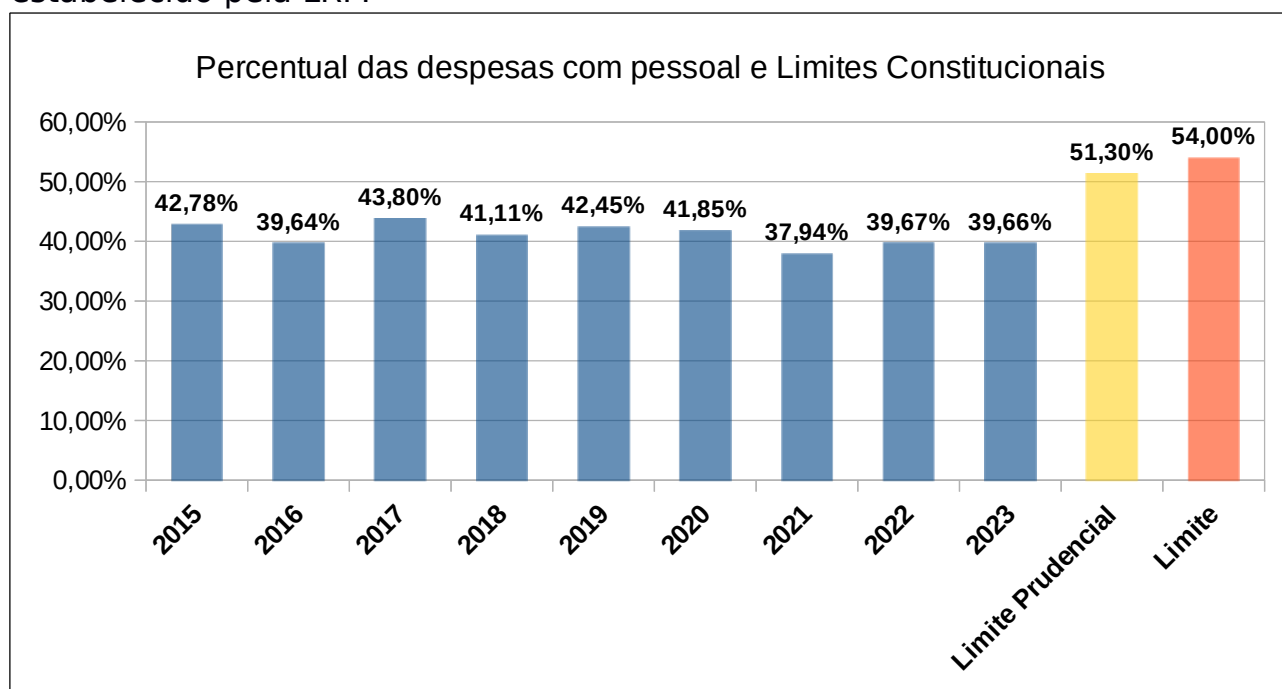
Nos diversos estudos realizados pelo ILAESE, recorrentemente elaboramos críticas à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Lei esta que estabelece um teto para despesas em pessoal, reservando, assim, uma fatia significativa do orçamento para terceirização e atividades financeiras. No caso dos municípios, sobretudo terceirização. Ainda assim, é importante analisar esse teto, já que ele recorrentemente é utilizado como justificativa para evitar ganhos reais e melhorias da situação dos servidores.

Apresentamos a seguir a Receita corrente líquida e as despesas com pessoal:



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

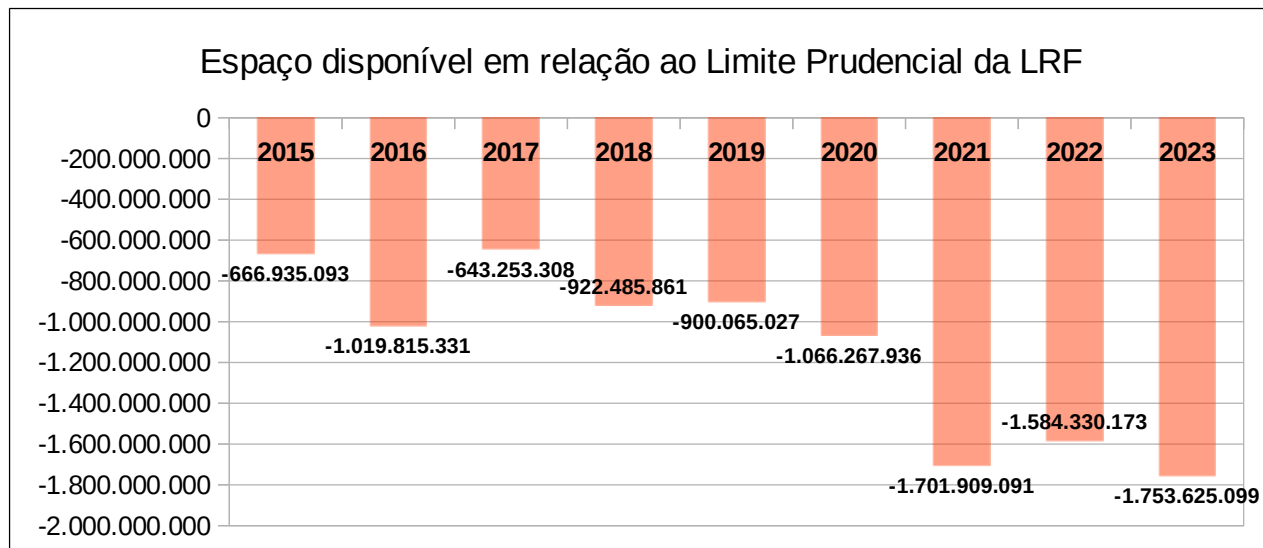
Indicamos abaixo os espaços existentes para investimento em pessoal tendo em vista o limite prudencial de 51,3% da receita corrente líquida estabelecido pela LRF.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Como é tornado evidente, as despesas com pessoal na prefeitura municipal de Belo Horizonte não apenas são historicamente baixas, com apresentam tendência de queda. A tal ponto que, apesar do limite ser de 51,3%, apenas 39,66% foram destinados aos servidores públicos de todos os setores no ano de 2023. Servidores esses responsáveis por todos os serviços básicos e essenciais ofertados a população. Esse percentual era de 43,8% em 2017 e, desde então, caiu continuamente.

Para termos uma ideia clara, apresentamos a seguir o recurso que poderia ter sido destinado aos servidores do município sem superar o limite prudencial de 51,3% da Receita Corrente Líquida. Esse montante chega, no último ano, a 1,75 bilhões de reais.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

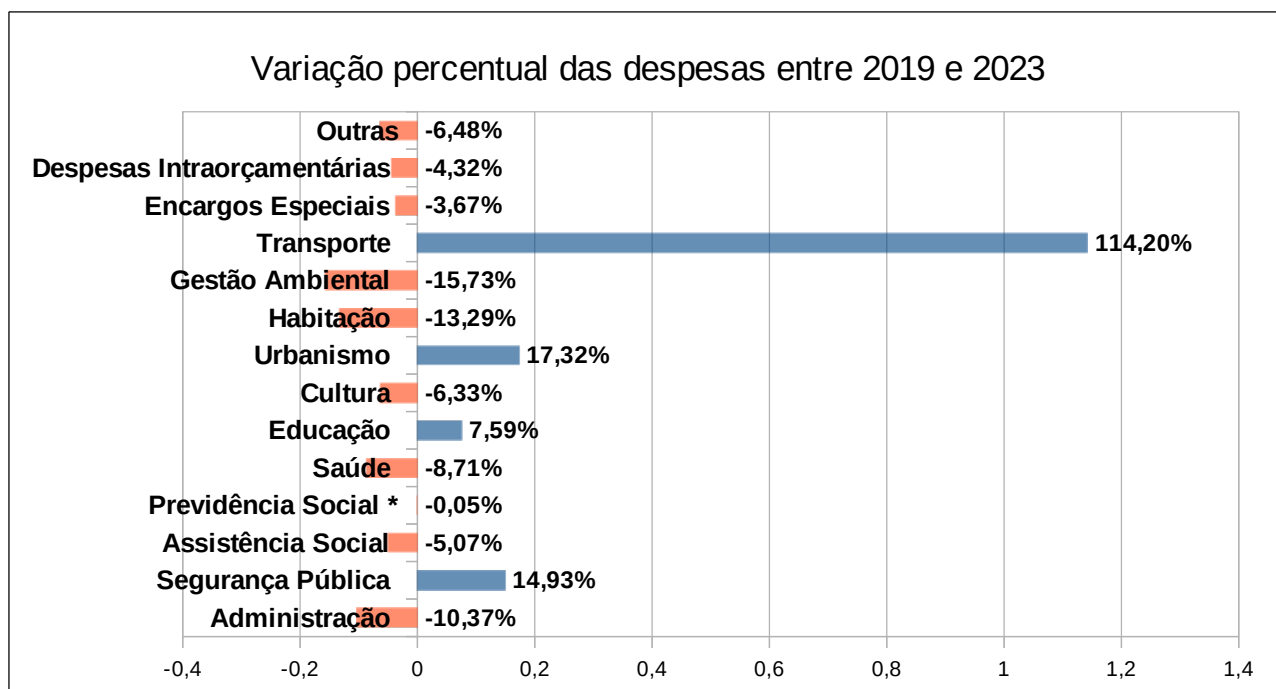
d - Um raio-X nas despesas públicas: a questão da dívida municipal

Apresentamos, abaixo, um detalhamento das despesas do município entre 2014 e 2023 em cada um dos setores mais significativos que a compõem, bem como sua variação percentual entre 2019 e 2023.

Despesas por Função	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Administração	5,86%	5,82%	4,85%	4,45%	3,97%	3,99%	4,17%	3,71%	3,69%	3,57%
Segurança Pública	1,00%	1,23%	1,34%	1,39%	1,45%	1,47%	1,67%	1,54%	1,56%	1,69%
Assistência Social	2,48%	2,29%	2,33%	2,26%	2,53%	2,55%	3,44%	4,70%	4,02%	2,42%
Previdência Social *	7,90%	8,75%	9,49%	10,47%	11,38%	11,45%	11,51%	11,43%	11,29%	11,44%
Saúde	30,70%	31,23%	31,27%	30,90%	30,93%	32,65%	32,46%	34,29%	31,02%	29,81%
Educação	15,03%	16,78%	15,89%	17,12%	15,47%	16,15%	15,97%	14,64%	16,28%	17,38%
Cultura	0,70%	0,74%	0,56%	0,48%	0,58%	0,57%	0,61%	0,49%	0,53%	0,54%
Urbanismo	5,24%	3,50%	4,42%	3,99%	4,15%	4,14%	4,42%	3,33%	4,61%	4,86%
Habitação	2,15%	1,93%	1,43%	1,50%	1,65%	1,30%	1,21%	1,11%	1,04%	1,13%
Gestão Ambiental	2,13%	1,00%	0,97%	0,87%	0,90%	0,97%	0,97%	0,85%	0,77%	0,81%
Transporte	4,18%	2,78%	2,46%	2,46%	2,43%	2,36%	2,17%	2,06%	3,47%	5,05%
Encargos Especiais	5,34%	5,77%	8,11%	7,92%	7,48%	7,19%	5,72%	8,03%	7,08%	6,93%
Despesas Intraorçamentárias	6,50%	7,03%	7,32%	7,55%	8,54%	6,80%	6,98%	6,58%	6,82%	6,51%
Outras	10,78%	11,13%	9,53%	8,67%	8,54%	8,42%	8,69%	7,23%	7,83%	7,88%

Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Apresentamos agora a variação percentual dessas despesas no período mais recente entre 2019 e 2023.



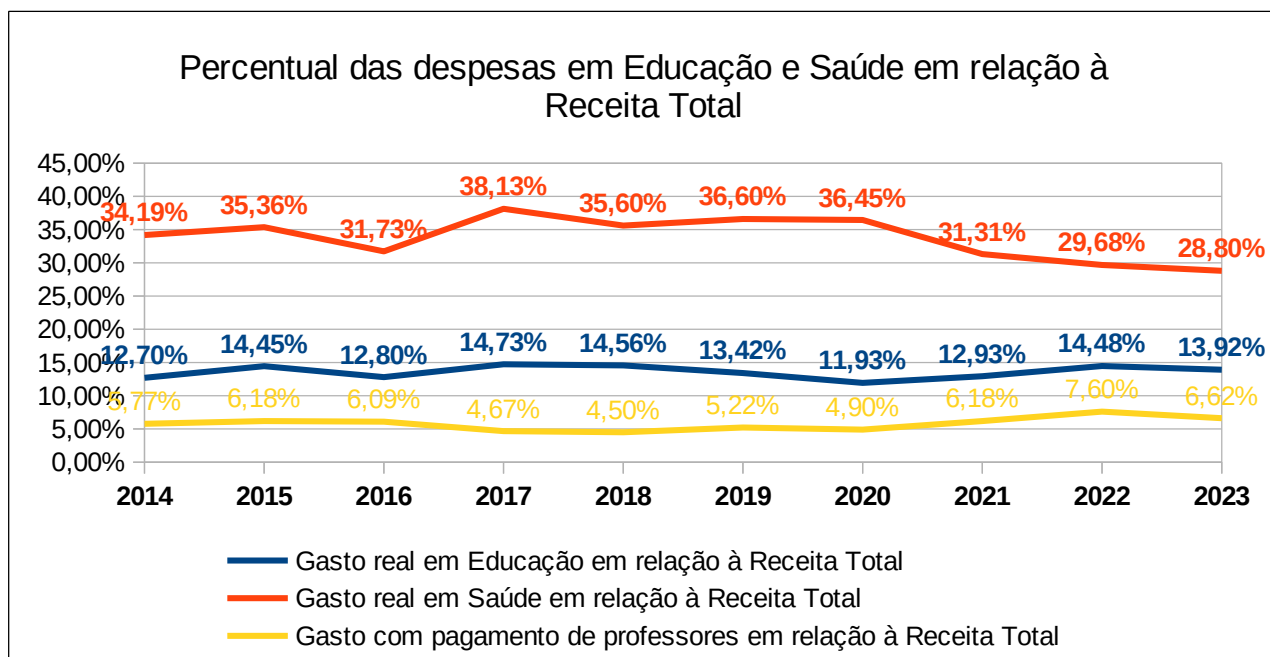
Com relação a essas despesas, destacamos os seguintes aspectos:

- ✓ Quase todo crescimento das despesas municipais nos últimos anos se encontra no setor de transporte: 114,2% entre 2019 e 2023. 789 milhões apenas neste último ano. Ocorre que quase toda essa despesa é destinada a subsídios às empresas privadas que atuam no setor. Em outras palavras, cresce apenas o montante destinado à iniciativa privada e as empresas cuja existência e arrecadação está nas costas da massa de contribuintes.
- ✓ A quase totalidade dos serviços essenciais, apresentam queda no percentual das despesas a eles destinados. A Educação apresenta um modesto crescimento. Ainda assim, como veremos, devem-se a abonos não orgânicos concedidos aos profissionais do setor nos últimos dois anos e, nem de longe, acompanha o crescimento real do FUNDEB desde a adoção do Novo FUNDEB em 2021.

e - Análise nas despesas em educação e saúde

Neste item vamos analisar de forma pormenorizada os investimentos e orçamentos da educação e saúde na prefeitura de Belo Horizonte.

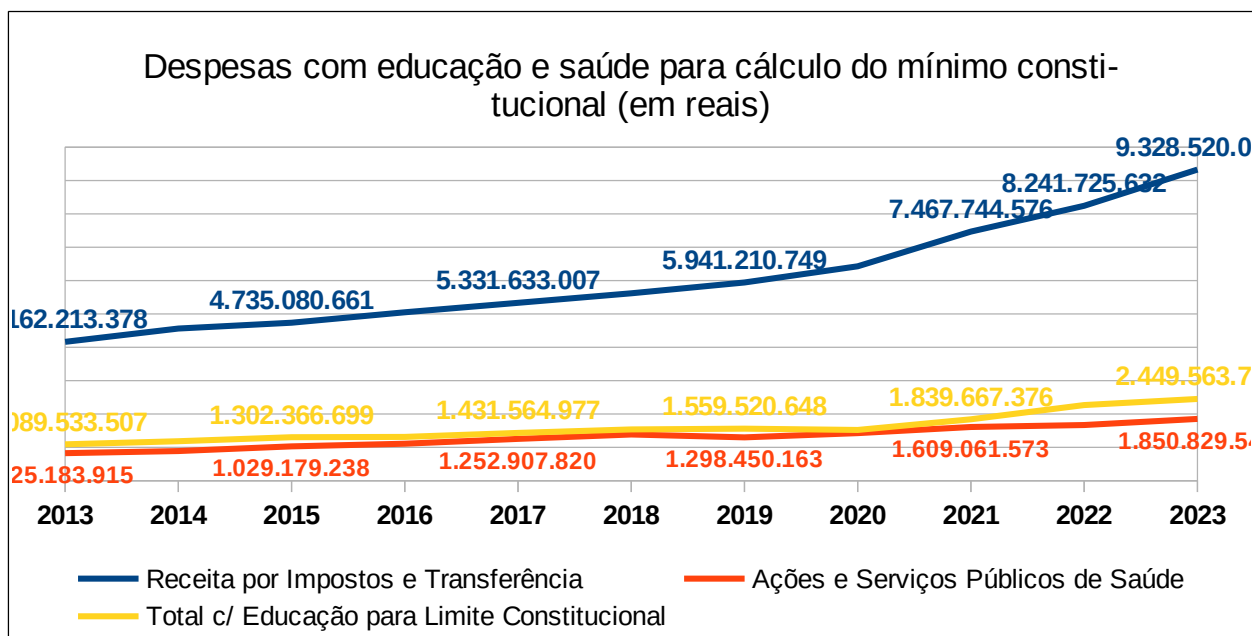
De início, analisamos o total investido nessas áreas em relação à Receita total do município.



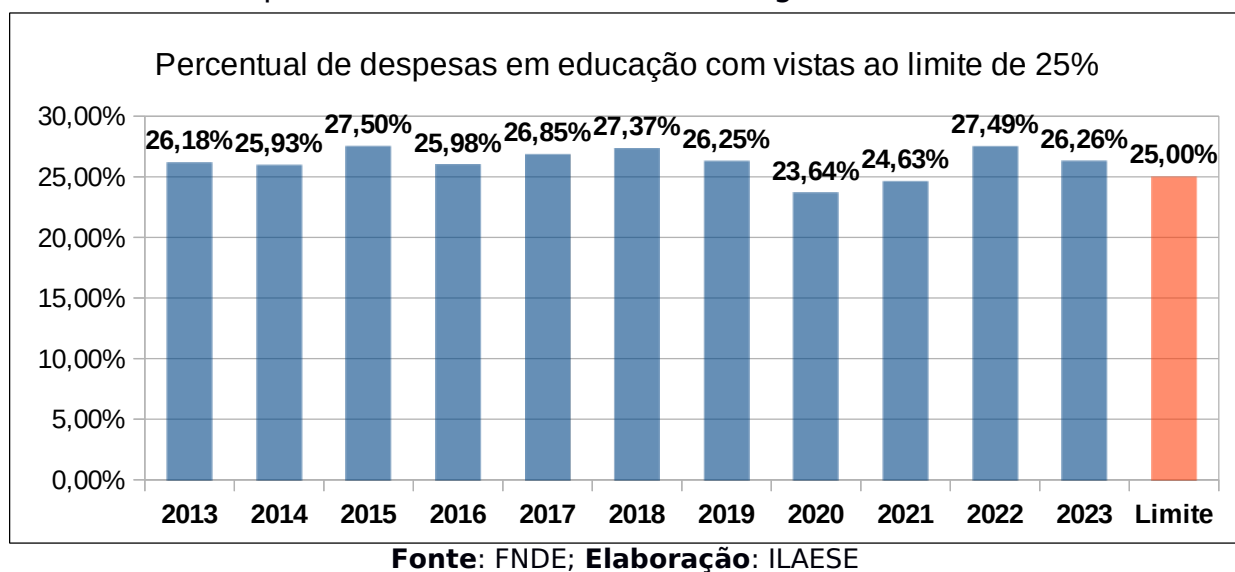
Fonte: Tesouro Nacional – Siconfi e FNDE; **Elaboração:** ILAESE

No gráfico acima, verificamos uma queda nos montantes despendidos na saúde e uma estagnação naqueles destinados à Educação. A queda verificada na Saúde, de 2017 até 2023, é estrondosa: eram 38,1% das despesas em 2017, caindo para 28,8% em 2023. Contraditoriamente, essa queda se intensifica justamente no período da pandemia de COVID-19.

Os dados que indicamos acima, refletem as despesas totais no setor em relação a Receita Total do município. Não é esse o critério usado para aferição dos pisos constitucionais. Por esse motivo, as despesas totais em educação, por exemplo, estão sempre abaixo de 15%: esse é o montante real aplicado. No entanto, para o piso constitucional da educação básica, considera-se apenas as receitas por impostos e transferências. Vejamos como ficou o piso constitucional de 25% a ser aplicado na Educação com esses critérios.



Em termos percentuais, os dados são os seguintes:



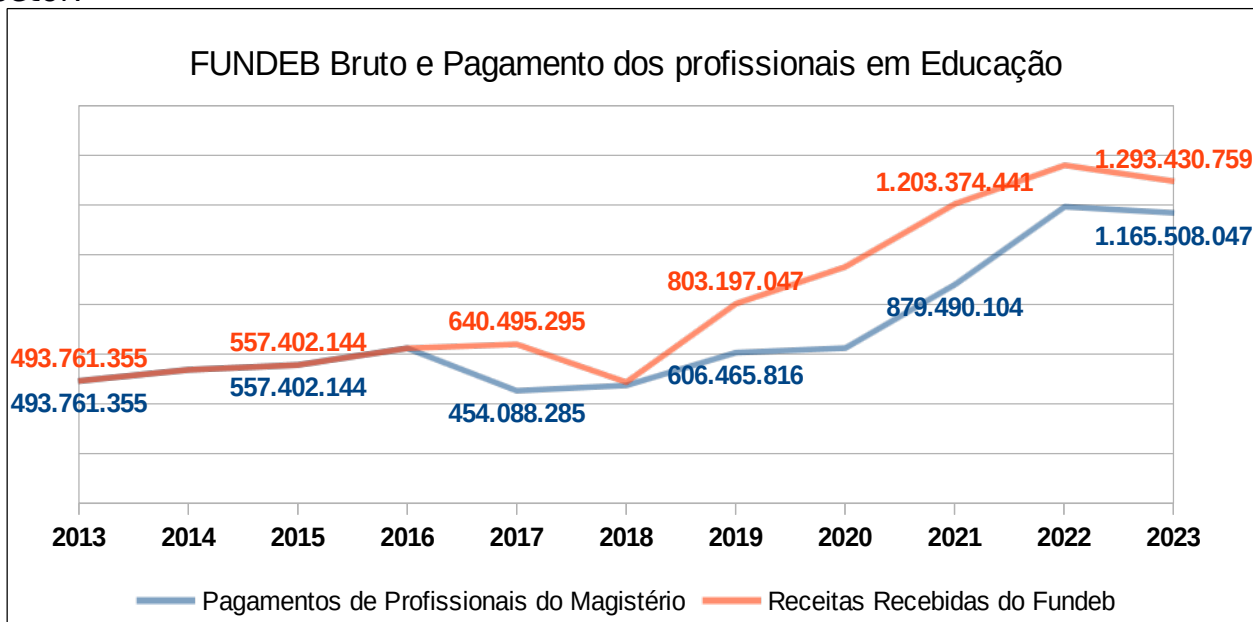
Como podemos ver, em todo o período considerado, maior que 10 anos, as despesas em educação ficaram estagnadas e sempre muito próximas ao mínimo de 25%, que sequer foi cumprido nos anos de 2020 e 2021.

E o que é pior. Isso ocorre justamente em um período em que os aportes a educação oriundos do FUNDEB cresceram significativamente, com a adoção do Novo FUNDEB.

Em fins de 2020 foi criado o novo FUNDEB, entrando em vigor em janeiro do ano seguinte. A principal mudança é que o novo Fundeb prevê o aumento da complementação da União que vai subir gradativamente dos antigos 10% para 23% em 2026. Em 2021, esse percentual alcançou os 12%. Em seguida, passou para 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; será 21% em 2025; encerrando 2026 com 23%. Esta é a principal alteração, já que o montante

restante do FUNDEB é apenas uma transferência de recursos entre Estados e Municípios, já que os estados e municípios pagam ao FUNDEB e dele recebem.

Como indicamos a seguir, o FUNDEB que era utilizado em sua totalidade para o pagamento dos profissionais em educação, atualmente, mesmo com a política de abonos, cresce muito além das despesas com os servidores do setor.



Fonte: FNDE. Elaboração: ILAESE

Para o piso salarial dos professores é analisado o total gasto com profissionais da educação em relação ao FUNDEB bruto, sendo o piso de 70%. No período anterior ao ano de 2020, esse piso era de 60%, mas aplicado apenas aos docentes ou profissionais do magistério. Percentualmente os dados são os seguintes:

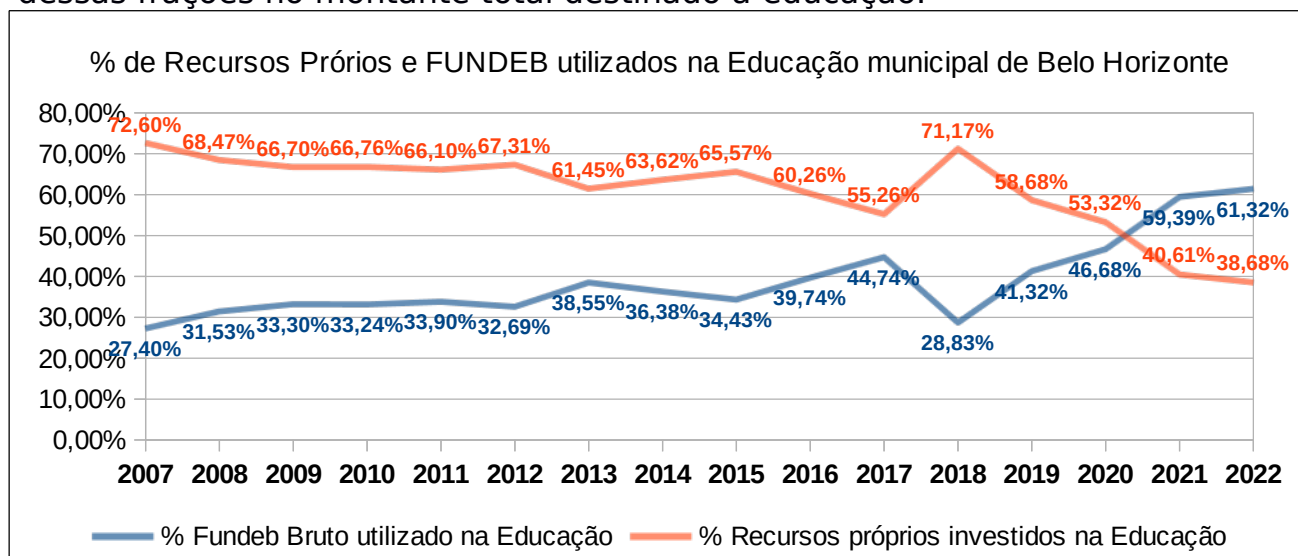


Fonte: FNDE⁵. Elaboração: ILAESE

5 * entre 2013 e 2016 a prefeitura divulgou apenas o percentual do FUNDEB aplicado nos profissionais do magistério.

Até 2016, a prefeitura destinava mais de 100% do FUNDEB para o pagamento dos profissionais do magistério. Como podemos ver, nos últimos anos, o pagamento de todos os profissionais em Educação é realizado com apenas um percentual do FUNDEB. Como já indicamos, o crescimento desse percentual nos últimos dois anos, deve-se a abonos não orgânicos concedidos pela prefeitura. Some-se a isso que tais abonos foram necessários para que o mínimo constitucional de 25% fosse atingido.

Some-se a isso que após a implantação do novo FUNDEB, os aportes próprios da prefeitura tem sido inversamente proporcional ao FUNDEB. O que fica ainda mais nítido, ao examinarmos o percentual que representa cada uma dessas frações no montante total destinado a educação.



Fonte: FNDE, Siconf e Portal Transparência de Belo Horizonte. **Elaboração:** ILAESE

A diferença é abismal. Em 2007, quando o FUNDEB foi criado, ele representava 27,4% dos recursos aplicados na educação enquanto os recursos próprios da prefeitura representavam 72,6%. Em 2022, a situação se inverteu completamente. O FUNDEB representa 61,3% do total investido e os aportes próprios da prefeitura apenas 38,68%.

O valor real, no entanto, é superior aos 100% indicado em cada cano.

4 - TERCEIRIZAÇÃO: QUEM LEVA O BOLO DAS RECEITAS MUNICIPAIS?

No debate público dos últimos anos, tem permeado uma falsa polarização: o setor público contra o privado ou o Estado versus o mercado. Tal como compreende a nova direita emergente no Brasil, tendo fracassado o projeto histórico do comunismo, o comunismo dos dias de hoje seria o paulatino crescimento do setor público sobre o privado, do Estado sobre o mercado. É com base nessa compreensão que o PT e o PSOL são taxados de comunistas ao mesmo tempo que o bolsonarismo e agregados se colocam como os paladinos do mercado, da livre iniciativa e da liberdade, economicamente concebida.

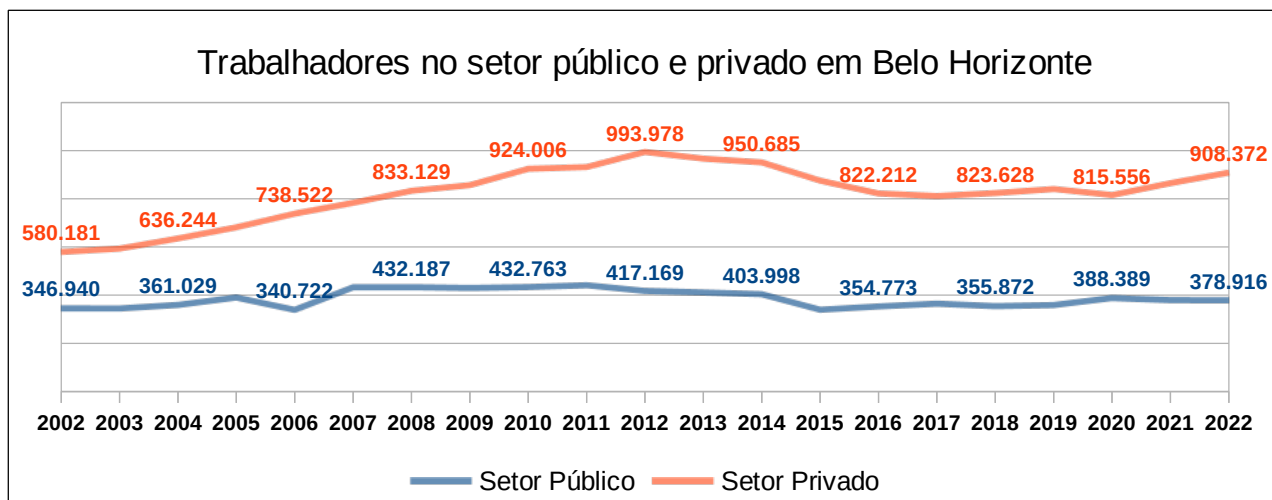
Pois bem, neste capítulo veremos como essa polarização é falsa do começo ao fim. Não há dúvidas de que a privatização dos bens e serviços públicos devem ser combatidas a ferro e fogo. No entanto, de modo algum as receitas dos entes públicos – como a arrecadação crescente do município de Belo Horizonte, vista no capítulo anterior – são destinadas a esses bens e serviços comuns que deveriam atender e servir o conjunto da população belo-horizontina.

Com o objetivo de revelar esse processo, neste capítulo, passaremos a limpo o avanço da terceirização, das parcerias público-privadas dentre outros mecanismos que fazem com que a maior parte dos recursos arrecadados pelos entes estatais sejam destinados a iniciativa privada, em particular, as grandes empresas, com influência e capital suficiente para disputarem, quando é esse o caso, as licitações municipais.

Antes, no entanto, cabe analisar mais de perto a evolução dos trabalhadores que atuam no setor público e no setor privado. Como veremos, se o grande problema do Brasil, e de Belo Horizonte em particular, fosse a existência de um Estado demasiado grande, sufocando o setor privado, os diversos problemas que afligem a população belo-horizontina há muito estariam solucionados.

a - Setor privado versus setor público: o que a direita esconde

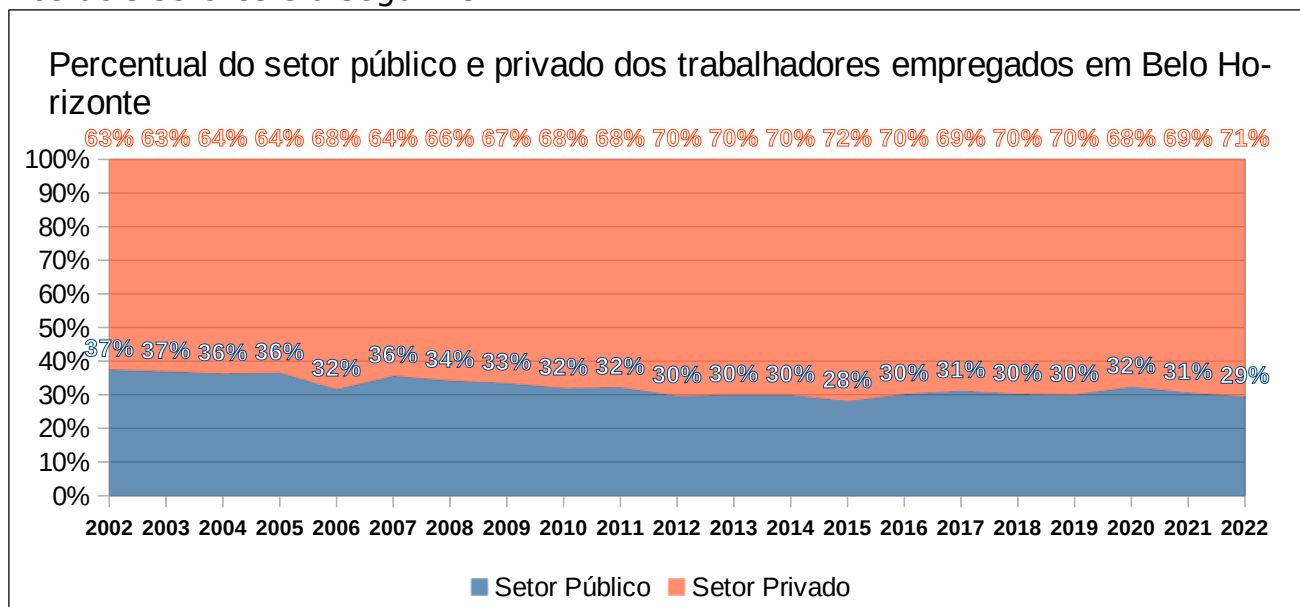
De início, analisamos, com base na RAIS-MTE, a evolução dos trabalhadores de Belo Horizonte conforme eles atuem no setor público (municipal, estadual e federal) e no setor privado.



Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

Como se vê, em 2002, tínhamos 580 mil trabalhadores no setor privado e 347 mil no setor público. 20 anos depois, o setor privado cresceu cerca de 56,55% passando para 908 mil trabalhadores enquanto o setor público o crescimento foi de apenas 9,2%. Não apenas isso. Desde 2008, de forma mais ou menos contínua, o setor público caiu de forma absoluta, passando de 432 mil trabalhadores para 379 mil ao fim de 2022: uma queda absoluta de 12,3%.

Em termos percentuais, a proporção entre os trabalhadores empregados nos dois setores é a seguinte:

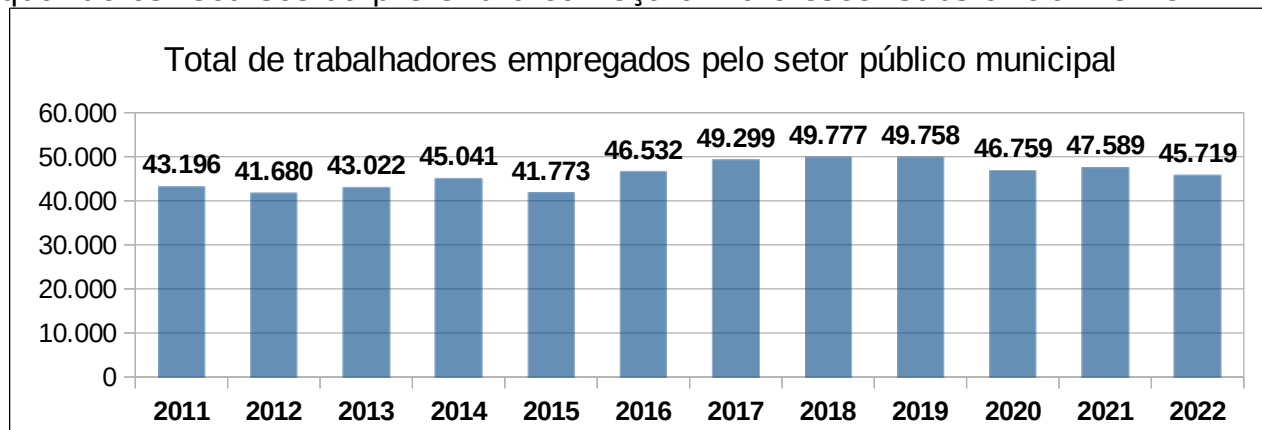


Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

Os trabalhadores belo-horizontinos empregados no setor público passaram de 37% em 2002 para apenas 29% ao fim de 2022. Enquanto isso, aqueles empregados pelo setor privado cresceram de 63% em 2002 para 71% em 2022.

No município, houve um crescimento percentual e absoluto do total de servidores públicos nos anos 2000. No entanto, a partir de 2010 a situação se inverteu completamente. Os servidores da prefeitura de Belo Horizonte estão

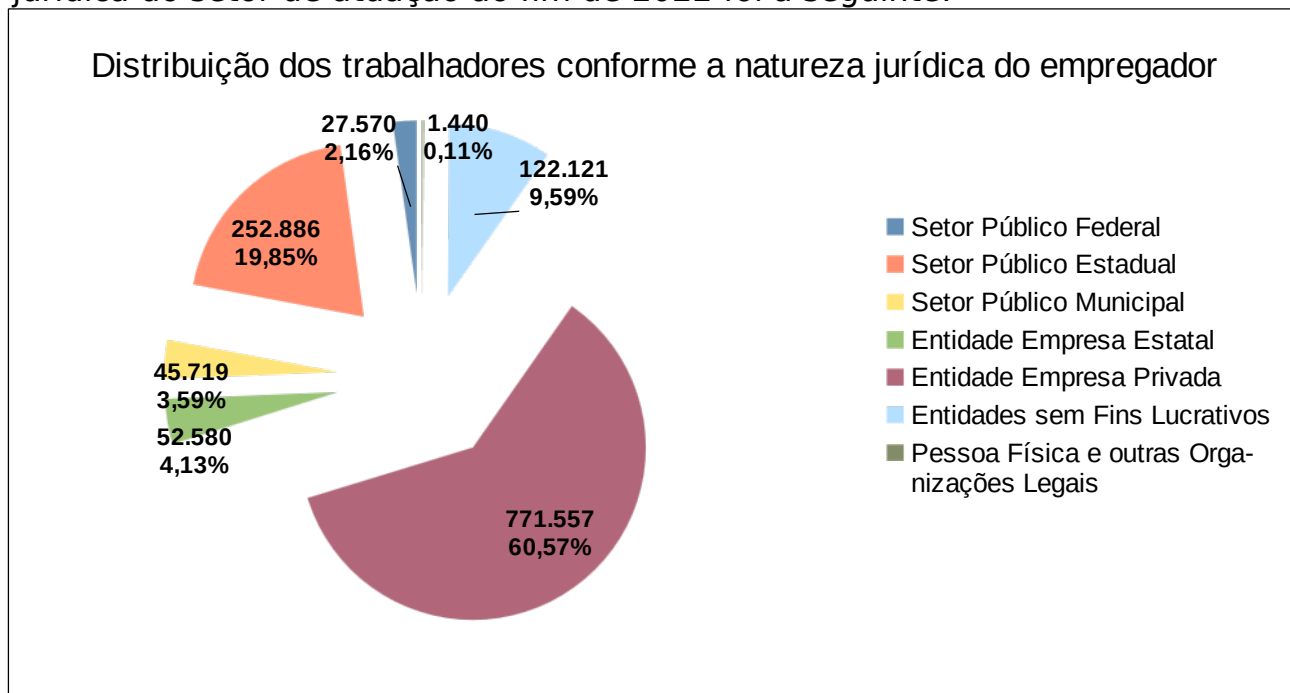
estagnados a mais de 10 anos e em queda absoluta desde 2017. Justamente quando os recursos da prefeitura começaram a crescer substancialmente.



Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

Era 49.299 trabalhadores empregados diretamente pela prefeitura de Belo Horizonte em 2017 e, ao fim de 2022, esse número foi de 45.719 trabalhadores.

A distribuição dos trabalhadores belo-horizontinas conforme a natureza jurídica do setor de atuação ao fim de 2022 foi a seguinte:

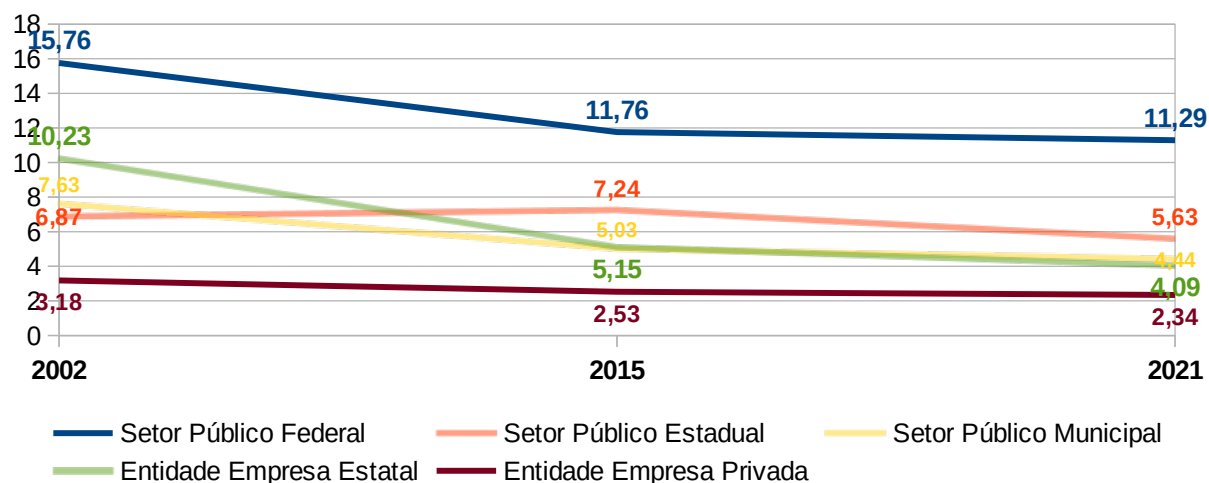


Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

Duas conclusões podem ser extraídas desses dados.

A primeira delas é que, fosse a dimensão do setor público e do Estado o real problema do Brasil e de Belo Horizonte, o problema estaria solucionado há muito tempo. O total de trabalhadores que atuam nos setores públicos estaduais, municipal e nas empresas estatais caem significativamente faz mais de 10 anos. Apesar disso, a situação geral dos trabalhadores de todos os setores se deteriora. O que pode ser notado pela remuneração média dos trabalhadores empregados em todos os setores, seja público, seja privado.

Remuneração média dos trabalhadores por natureza jurídica do emprego (em salários-mínimos)



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Como vemos, se é verdade que os trabalhadores recebem menores salários no setor privado, todos eles, em seu conjunto, apresentam, na média e na longa duração, tendências de queda. Os trabalhadores do setor privado não se beneficiaram da redução do setor público. Antes disso, todos eles navegam no mesmo barco rumo ao naufrágio. Ressalte-se, ainda, que os trabalhadores empregados pela prefeitura de Belo Horizonte foram os que tiveram maiores perdas salariais no período considerado. A sua remuneração média era de 7,63 salários mínimos em 2002, 5,03 salários mínimos em 2015, passando para 4,44 salários mínimos ao fim de 2021.

Em segundo lugar, concluímos que os recursos públicos, crescentes no município de Belo Horizonte não se destinam, em sua maior parte, aos serviços públicos exercidos, por exemplo, pelos servidores que atuam em áreas essenciais como saúde, educação e nos diversos departamentos da administração pública. Antes disso, esses recursos, ditos públicos, servem, cada vez mais, para alimentar o mercado privado, a partir de medidas como a terceirização, as parcerias público-privadas etc. É o que veremos no item seguinte deste capítulo.

b - O crescimento da terceirização em Belo Horizonte: a serviço de quem está o Estado?

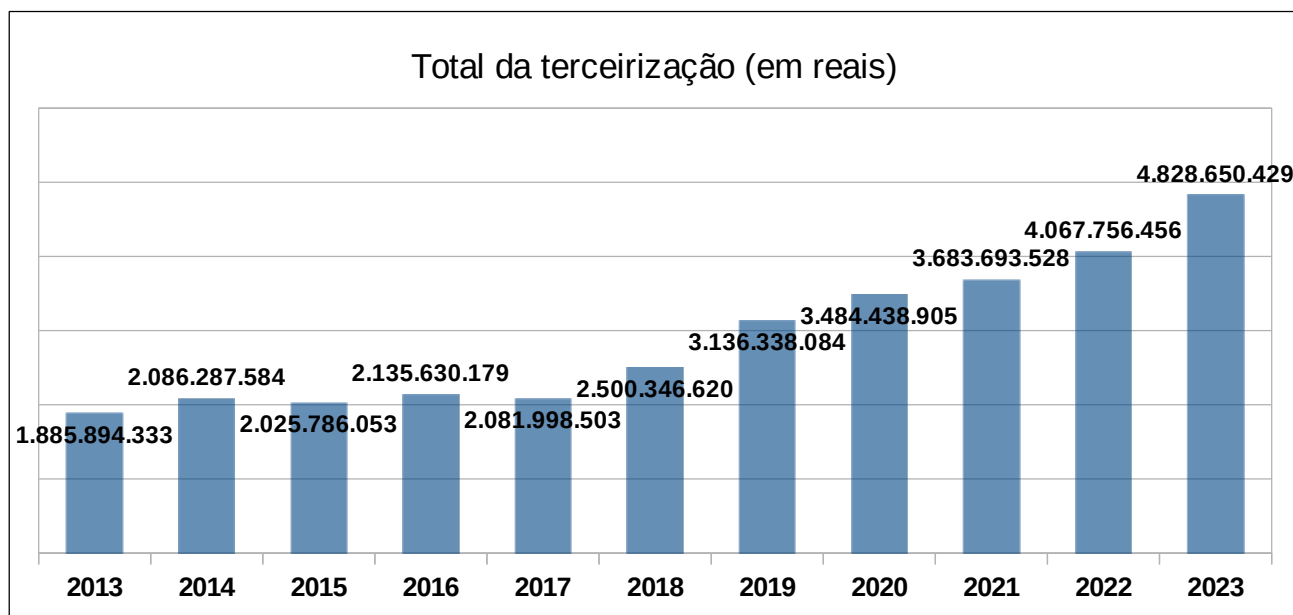
O setor público e o Estado, como temos desenvolvido, não atendem, em primeiro lugar, aos trabalhadores e a população, mas ao capital e ao setor privado.

No caso da União e dos Estados da federação esse mecanismo se dá, prioritariamente, por meio da dívida pública. Os Estados destinam grande parte

de sua arrecadação para o pagamento de dívidas com a União. Todo excedente e grande parte do orçamento da União, por sua vez, alimenta grande parte do capital privado por meio dos juros e amortizações da dívida pública. No lugar de investir na produção e em serviços que atendem direta ou indiretamente as necessidades da população, todo esse recurso dito público serve para remunerar diretamente capitalistas e bilionários brasileiros que, não tendo onde investir, repousam o seu capital nos títulos públicos extraindo juros arrancados de toda a população por meio dos impostos. E agregue-se: eles não têm onde investir porque os salários e o emprego estão permanentemente em queda, impossibilitando a compra das mercadorias produzidas pelo capital sob controle desses mesmos bilionários e capitalistas.

No município, no entanto, esta dinâmica é diversa. Ela não atende o setor privado, prioritariamente, por meio do mecanismo da dívida pública. A divisão tributária e orçamentária brasileira reserva esse papel aos Estados da federação e a União. A renda dos municípios atende diretamente aos interesses do capital privado como comprador, isto é, por meio da terceirização e outros mecanismos análogos.

Temos assim uma cifra bilionária destinada a terceirização no município de Belo Horizonte, indicada a seguir.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Após manter uma certa estabilidade até 2018, quando as receitas do município também estavam estagnadas, a terceirização disparou no município, saltando do patamar de 2 bilhões de reais em 2017 para 4,8 bilhões de reais em 2023. Na média, o crescimento é superior a meio bilhão de reais por ano.

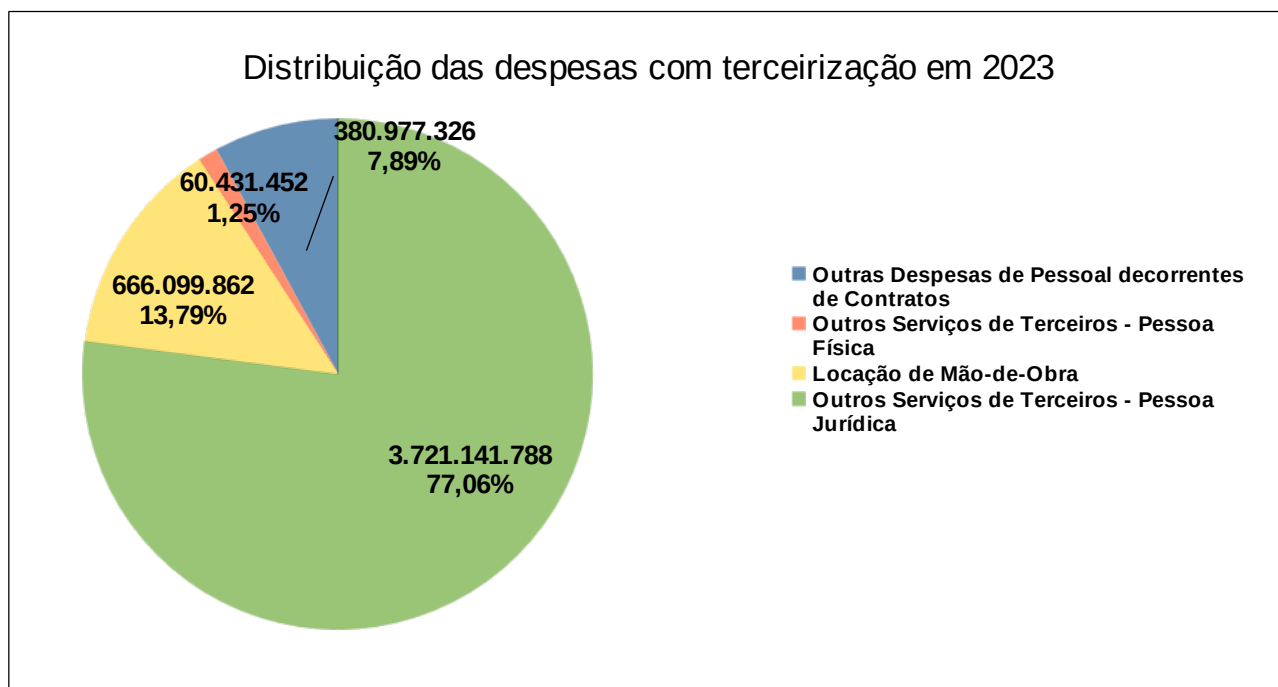
Cabe analisar com mais detalhes essas despesas em atividades terceirizadas. Elas são divididas nos quatro itens que se seguem:

- ✓ **Outras Desp. de Pessoal decorrentes de Contratos:** Nesse item, temos as despesas relativas à mão de obra empregada em atividade-fim

da instituição. Aqui, trata-se da substituição diretamente de servidor ou de empregado público

- ✓ **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física:** Esse item, trata de recursos pagos diretamente a pessoas físicas, como diárias a colaboradores, direitos autorais, estagiários, locação de imóveis dentre muitos outros.
- ✓ **Locação de Mão-de-Obra:** Trata-se de pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores dentre outros. Aqui entra a maior parte da contratação de serviços que não são considerados atividades-fim da prefeitura, como educação e saúde.
- ✓ **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:** Despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos. Trata-se da contratação direta de empresas terceiras.

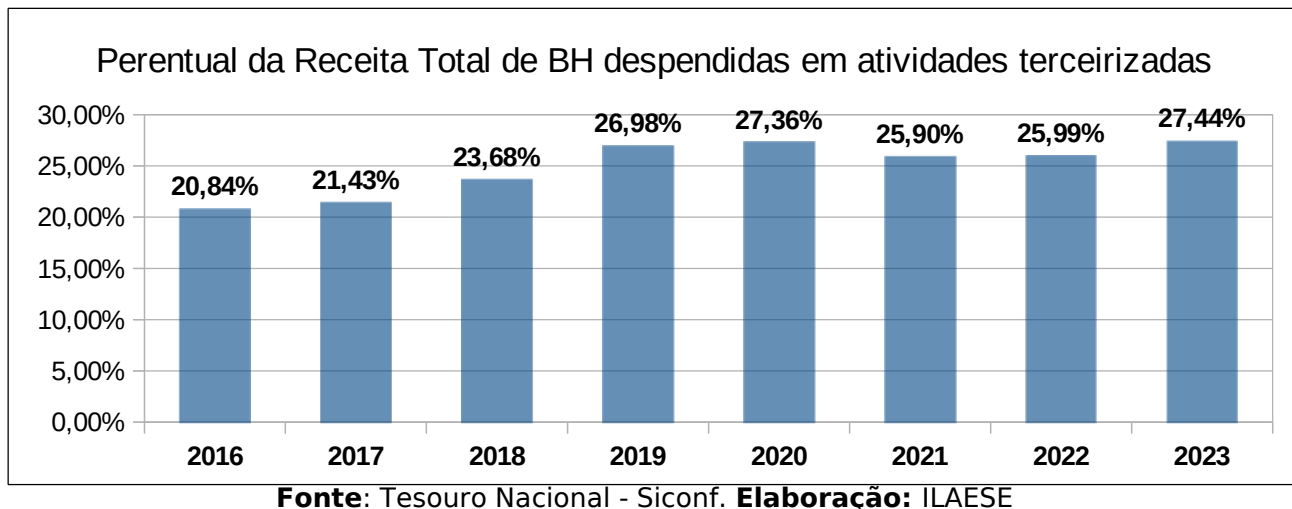
Assim sendo, as despesas com terceirização se dividem da seguinte forma



Como se vê, em Belo Horizonte, a maior parte das despesas com terceirização dizem respeito a contratação direta de empresas terceirizadas, totalizando 77,06% das despesas com terceirização.

Mais de um quarto da arrecadação total do município é destinada a terceirização, atingindo 27,44% em 2023: o maior percentual de todas as capitais da região sudeste e uma das maiores de todas as capitais brasileiras. Na prática, a quase totalidade do crescimento real na arrecadação da

prefeitura de Belo Horizonte migra para o bolso dos proprietários das grandes empresas capitalistas existentes na capital.



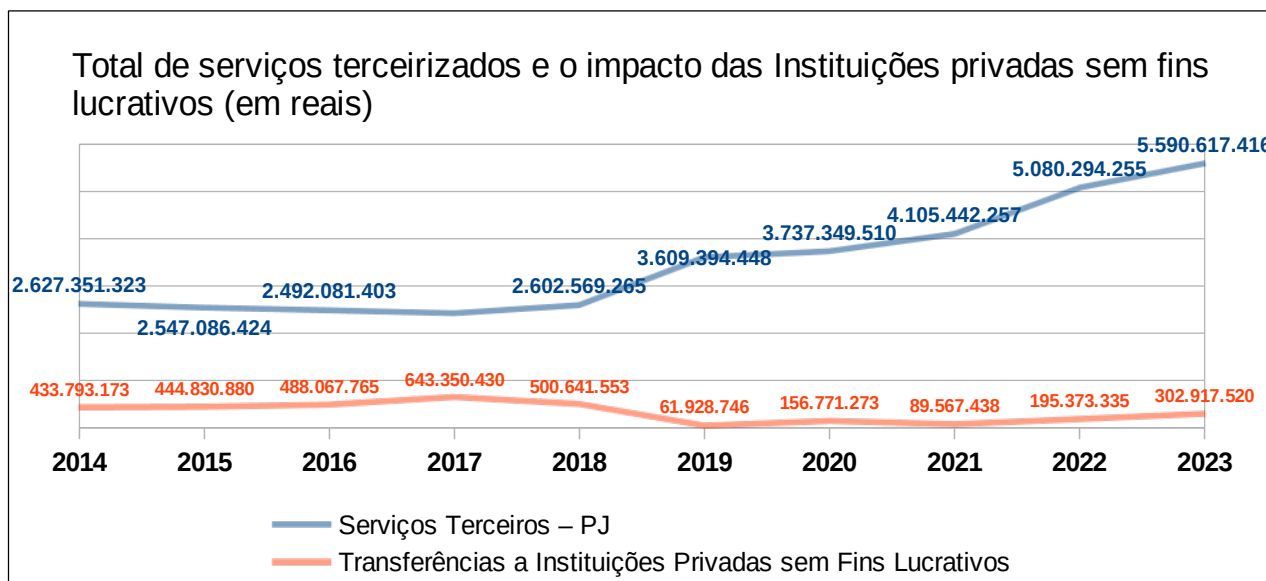
Destaca-se ainda a evolução das parcerias público-privadas, que até 2017 eram identificadas nos relatórios municipais e, desde então, sobretudo na atual administração de Kalil e Fuad, crescem a passos largos, atingindo 366,8 milhões de reais no ano de 2023:



Em verdade, como o cerne da economia capitalista é privada, a quantidade de recursos públicos que migram para as empresas privadas é ainda superior ao indicado anteriormente. Os dados com terceirização que indicamos abarcam contratos diretos com empresas terceiras e não o pagamento oriundo de compras de bens e serviços⁶. Quando consideramos

6 Por esses bens e serviços comprados pelo setor público e não contabilizados diretamente no índice indicado da terceirização, temos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telex, correios, telefonia fixa e móvel, que não integrem pacote de comunicação de dados); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços

esse repasse total a iniciativa privada, o número supera os 5,5 bilhões de reais, além daquelas transferências feitas as organizações ditas sem fins lucrativos. Indicamos esses dados abaixo:



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Em síntese, o setor público, notoriamente a prefeitura municipal de Belo Horizonte, atende, fundamentalmente ao setor privado, alimentando as empresas do grande capital com os bilionários que são os seus proprietários. Essas transferências se dão por múltiplas vias. Em Belo Horizonte, as principais são as seguintes:

- ✓ Contratação direta de empresas terceiras, totalizando, em 2023, mais de 4,8 bilhões de reais ou 27,44% da arrecadação municipal.
- ✓ Compra de materiais, bens e serviços de empresas terceiras o que equivale a mais algumas centenas de milhões de reais.
- ✓ Transferências para ONGs, OSCs e organizações ditas sem fins lucrativos, quando temos mais de 300 milhões de reais apenas em 2023.
- ✓ Subsídios às empresas privadas do transporte público. No orçamento de 2024, estima-se 392 milhões de reais.
- ✓ Pagamento da dívida do município. Os serviços da dívida interna corresponderam a 522 milhões de reais apenas em 2023.
- ✓ Transfere-se, ainda, recursos para a iniciativa privada por meio das PPPs, que totalizaram 366 milhões de reais em 2023.

funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); e outros congêneres, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações não tributárias.

5 - AS CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA

Tudo que foi exposto até aqui, como já assinalado nos capítulos anteriores, tem consequências diretas para a população belo-horizontina, em particular, a quase totalidade dessa população: os trabalhadores formais, informais e sem-emprego, bem como os seus diversos estratos, como as mulheres e a juventude.

Nesse capítulo do estudo, trataremos dos impactos de todo o cenário anteriormente descrito nas condições de vida da classe trabalhadora.

a - Um raio-X na situação dos trabalhadores de cada subsetor

Apresentamos, abaixo, a evolução do total de trabalhadores formais empregados em cada um dos subsetores da capital de Minas Gerais conforme a RAIS-MTE.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022/2015	Variação Total
Extrativa Mineral	1.896	1.604	5.363	864	1.410	1.343	1.527	1.476	-22,15%	-420
Prod. Mineral não Metálico	1.893	1.743	1.364	1.466	1.418	1.322	1.520	1.234	-34,81%	-659
Indústria Metalúrgica	10.335	9.703	8.539	8.629	8.699	7.774	9.104	10.007	-3,17%	-328
Indústria Mecânica	4.244	3.878	3.969	3.865	3.495	4.143	4.315	4.529	6,72%	285
Elétrico e Comunicação	1.394	1.215	1.211	1.101	1.185	1.192	1.350	1.809	29,77%	415
Material de Transporte	3.848	2.639	2.233	2.680	2.008	1.743	1.543	1.056	-72,56%	-2.792
Madeira e Mobiliário	2.359	2.203	1.962	1.843	1.746	1.688	1.698	1.798	-23,78%	-561
Papel e Gráfico	5.814	5.232	4.849	4.475	4.135	3.699	3.932	3.903	-32,87%	-1.911
Borracha, Fumo, Couros	4.693	4.395	4.438	4.935	4.993	4.141	4.305	5.133	9,38%	440
Indústria Química	4.716	4.540	4.195	4.118	4.190	4.322	4.632	4.734	0,38%	18
Indústria Têxtil	6.163	5.766	5.592	5.275	4.930	4.086	4.552	5.002	-18,84%	-1.161
Indústria Calçados	734	605	565	555	451	355	365	471	-35,83%	-263
Alimentos e Bebidas	16.994	16.429	17.639	18.352	15.906	15.397	15.467	18.258	7,44%	1.264
Serviço Utilidade Pública	23.056	22.254	21.976	22.920	22.183	22.103	21.619	19.159	-16,80%	-3.897
Construção Civil	109.341	89.087	80.709	90.000	99.425	112.387	116.602	88.846	-18,74%	-20.495
Comércio Varejista	155.384	150.831	148.834	148.326	146.172	133.750	147.348	147.735	-4,82%	-7.649
Comércio Atacadista	27.561	26.063	24.300	23.774	24.261	23.144	24.456	27.447	-0,41%	-114
Instituição Financeira	26.549	25.448	22.673	23.855	25.581	24.719	27.374	26.695	0,55%	146
Adm Técnica Profissional	231.174	222.881	228.932	238.266	249.403	253.489	270.983	295.926	28,01%	64.752
Transporte e Comunicações	57.596	54.045	54.505	50.389	52.897	46.698	44.798	46.031	-20,88%	-11.565
Aloj Comunic	141.497	131.977	127.925	129.355	129.445	108.695	112.979	136.148	-3,78%	-5.349
Médicos Odontológicos Vet	61.228	61.125	61.695	64.213	63.974	66.161	67.028	71.145	16,20%	9.917
Ensino	51.763	51.301	44.467	45.626	45.323	41.550	42.648	170.015	228,45%	118.252
Administração Pública	262.167	278.202	296.224	281.323	286.179	317.126	309.801	188.465	-38,11%	-73.702
Agricultura	4.112	3.819	3.626	3.295	1.462	2.918	4.689	3.453	-16,03%	-659
Total	1.216.511	1.176.985	1.177.785	1.179.500	1.200.871	1.203.945	1.244.635	1.280.475	5,26%	63.964

Fonte: RAIS-MTE e Novo CAGED. **Elaboração:** ILAESE

Desses dados detalhados sobre a evolução do emprego em todos os sub setores em que atuam a classe trabalhadora formal em Belo Horizonte, é possível extrair as seguintes conclusões:

- ✓ A primeira conclusão óbvia é não apenas a redução, mas o baixo índice histórico dos empregos em todos os setores industriais ou produtivos, que abarcam os 14 primeiros itens da tabela anterior: Extrativa Mineral, Prod. Mineral não Metálico, Indústria Metalúrgica, Indústria Mecânica,

Elétrico e Comunicação, Material de Transporte, Madeira e Mobiliário, Papel e Gráfico, Borracha, Fumo, Couros, Indústria Química, Indústria Têxtil, Indústria Calçados, Alimentos e Bebidas, Serviço Utilidade Pública.

- ✓ Desses setores industriais, os únicos que possuem empregos em uma proporção mais significativa, além do setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública (Energia, água e esgoto), são os setores metalúrgico, em função basicamente da Vallourec e o setor Têxtil e da indústria de alimentos e bebidas. Todos eles, sem exceção, apresentaram queda no total de empregos entre 2015 e 2022.
- ✓ Nos setores produtivos, há empregos significativos apenas na Construção Civil, ainda assim em queda: 109 mil trabalhadores em 2015 e 88 mil em 2022: com uma queda de 18,84%. Some-se a isso, como indicado em nosso primeiro capítulo, que grande parte desses trabalhadores residem nos municípios da Zona Metropolitana, o que tende a se elevar nos setores de menor remuneração em função da elevada especulação imobiliária no município.
- ✓ O crescimento dos trabalhadores do Ensino, verificado em 2022, é FAKE. Em verdade, eles eram classificados pelo Estado e pelo Município como administração pública e foram classificados como Ensino à RAIS em 2022.
- ✓ O crescimento dos empregos de 5,26% é tímido, e corresponde basicamente ao crescimento populacional do período.

Agregamos, ainda que esse crescimento no emprego é, em parte, *fake*. A RAIS, infelizmente, mudou os seus critérios no ano de 2022. Desse modo, sua contabilidade refletiu números proporcionalmente maiores que os encontrados nos anos anteriores em função dessa mudança de critério⁷. Essa mudança de critério na base da RAIS-MTE, tolerável na análise dos empregos, é inaceitável no caso da remuneração. Nesse caso, ela ocasiona um crescimento artificial na remuneração em função da mera alteração dos critérios, tornando impossível utilizar sua série histórica para o cálculo das perdas salariais acumuladas. Por esse motivo, restringimos nossa análise, nesse caso, até o ano de 2021.

Com base nesse cenário, apresentamos a evolução da remuneração média anual dos trabalhadores formais de cada um dos subsetores anteriormente indicados.

⁷ A esse respeito, a própria RAIS informa em NOTA TÉCNICA de Março de 2024: “No ano-base 2022, em especial, percebeu-se a ocorrência de importante quebra na série histórica da RAIS. Por esse motivo, não se recomenda a comparação direta dos resultados desse ano com os resultados de anos anteriores. Isso ocorre devido ao processo de transição, ainda não concluído, da forma de captação dos dados da RAIS.

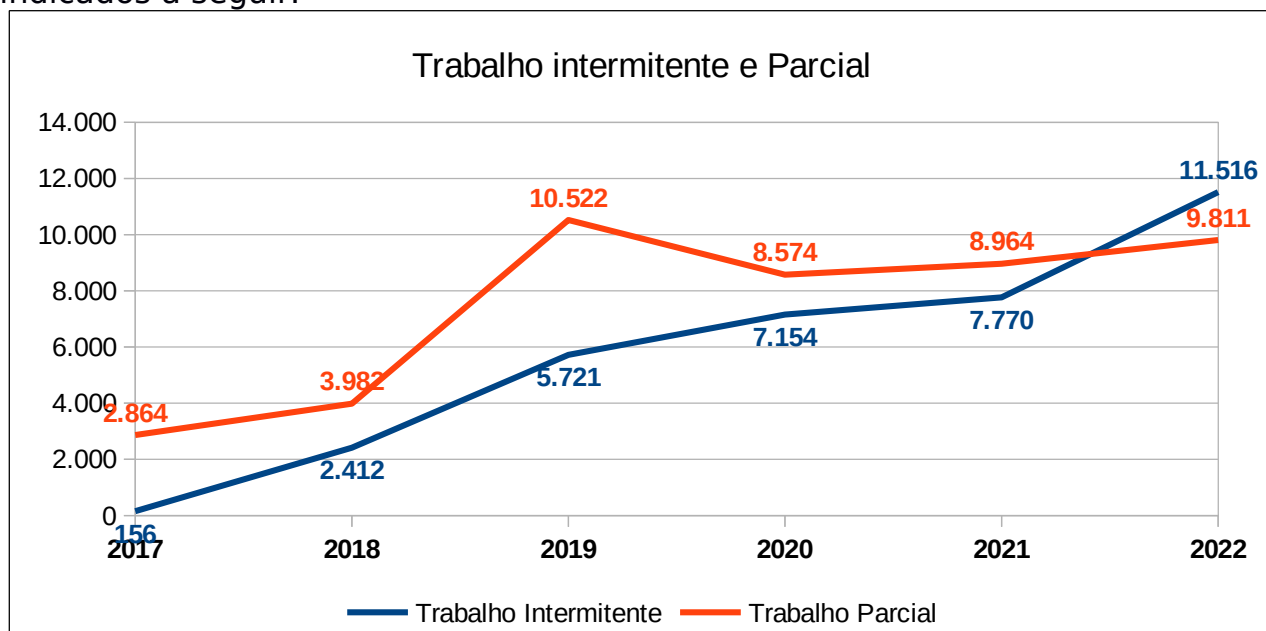
Ao mesmo tempo, cabe destacar que, graças à mudança na forma de captação dos dados, a RAIS 2022 é a RAIS mais completa de toda a história, com a entrada de 185.498 novos declarantes.”

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2021/2018	Varição Real
Extrativa Mineral	R\$ 8.675	R\$ 8.702	R\$ 10.392	R\$ 10.214	R\$ 9.109	R\$ 5.783	R\$ 8.412	R\$ 10.173	R\$ 11.554	R\$ 12.019	42,88%	21,52%
Prod. Mineral não Metálico	R\$ 1.329	R\$ 1.512	R\$ 1.979	R\$ 2.548	R\$ 2.562	R\$ 2.074	R\$ 1.979	R\$ 2.617	R\$ 2.658	R\$ 2.501	26,33%	4,97%
Indústria Metalúrgica	R\$ 3.627	R\$ 3.827	R\$ 4.186	R\$ 4.634	R\$ 4.968	R\$ 4.902	R\$ 4.885	R\$ 5.092	R\$ 5.191	R\$ 5.170	5,84%	-15,52%
Indústria Mecânica	R\$ 2.786	R\$ 2.731	R\$ 3.291	R\$ 3.233	R\$ 3.759	R\$ 3.818	R\$ 3.529	R\$ 4.055	R\$ 3.906	R\$ 4.431	25,53%	4,17%
Elétrico e Comunic	R\$ 1.813	R\$ 1.757	R\$ 1.870	R\$ 2.333	R\$ 2.512	R\$ 2.652	R\$ 2.511	R\$ 2.565	R\$ 2.572	R\$ 2.647	5,43%	-15,93%
Material de Transporte	R\$ 2.233	R\$ 2.326	R\$ 2.563	R\$ 2.760	R\$ 3.275	R\$ 3.679	R\$ 3.851	R\$ 3.826	R\$ 3.759	R\$ 4.090	6,20%	-15,16%
Madeira e Mobiliário	R\$ 1.161	R\$ 1.297	R\$ 1.382	R\$ 1.501	R\$ 1.610	R\$ 1.727	R\$ 1.783	R\$ 1.747	R\$ 1.625	R\$ 1.850	3,74%	-17,62%
Papel e Gráfico	R\$ 2.006	R\$ 2.101	R\$ 2.341	R\$ 2.436	R\$ 2.541	R\$ 2.453	R\$ 2.633	R\$ 2.692	R\$ 2.677	R\$ 2.831	7,55%	-13,81%
Borracha, Fumo, Couros	R\$ 1.667	R\$ 1.987	R\$ 1.767	R\$ 1.929	R\$ 2.111	R\$ 2.154	R\$ 2.258	R\$ 2.451	R\$ 2.331	R\$ 2.941	30,27%	8,91%
Indústria Química	R\$ 1.579	R\$ 1.739	R\$ 1.708	R\$ 1.904	R\$ 2.424	R\$ 2.106	R\$ 2.068	R\$ 2.021	R\$ 2.038	R\$ 2.161	4,51%	-16,85%
Indústria Têxtil	R\$ 1.167	R\$ 1.334	R\$ 1.428	R\$ 1.557	R\$ 1.741	R\$ 1.916	R\$ 1.886	R\$ 1.933	R\$ 1.945	R\$ 2.119	12,38%	-8,98%
Indústria Calçados	R\$ 937	R\$ 1.051	R\$ 1.182	R\$ 1.334	R\$ 1.481	R\$ 1.533	R\$ 1.603	R\$ 1.693	R\$ 1.580	R\$ 1.950	21,64%	0,28%
Alimentos e Bebidas	R\$ 1.239	R\$ 1.427	R\$ 1.408	R\$ 1.450	R\$ 1.545	R\$ 1.674	R\$ 1.690	R\$ 1.739	R\$ 1.744	R\$ 1.979	17,09%	-4,27%
Serviço Utilidade Pública	R\$ 4.252	R\$ 4.372	R\$ 4.589	R\$ 5.282	R\$ 5.577	R\$ 5.545	R\$ 5.828	R\$ 5.733	R\$ 5.854	R\$ 5.960	2,27%	-19,09%
Construção Civil	R\$ 1.679	R\$ 1.797	R\$ 1.904	R\$ 2.043	R\$ 2.196	R\$ 2.218	R\$ 2.188	R\$ 2.210	R\$ 2.222	R\$ 2.392	9,37%	-11,99%
Comércio Varejista	R\$ 1.170	R\$ 1.277	R\$ 1.367	R\$ 1.459	R\$ 1.567	R\$ 1.644	R\$ 1.702	R\$ 1.721	R\$ 1.699	R\$ 1.862	9,44%	-11,92%
Comércio Atacadista	R\$ 1.639	R\$ 1.728	R\$ 1.900	R\$ 2.130	R\$ 2.247	R\$ 2.355	R\$ 2.352	R\$ 2.415	R\$ 2.417	R\$ 2.633	11,96%	-9,40%
Instituição Financeira	R\$ 4.231	R\$ 4.489	R\$ 4.809	R\$ 5.394	R\$ 5.481	R\$ 6.322	R\$ 6.395	R\$ 6.481	R\$ 6.642	R\$ 6.955	8,76%	-12,60%
Adm Técnica Profissional	R\$ 1.676	R\$ 1.829	R\$ 2.031	R\$ 2.204	R\$ 2.345	R\$ 2.487	R\$ 2.563	R\$ 2.578	R\$ 2.630	R\$ 2.922	14,02%	-7,34%
Transporte e Comunicações	R\$ 1.899	R\$ 1.992	R\$ 2.170	R\$ 2.357	R\$ 2.535	R\$ 2.699	R\$ 2.846	R\$ 2.632	R\$ 2.745	R\$ 2.998	5,34%	-16,02%
Alojamento	R\$ 1.185	R\$ 1.292	R\$ 1.392	R\$ 1.512	R\$ 1.651	R\$ 1.788	R\$ 1.804	R\$ 1.854	R\$ 1.831	R\$ 1.968	9,08%	-12,28%
Médicos Odontológicos Vet	R\$ 1.916	R\$ 2.164	R\$ 2.341	R\$ 2.494	R\$ 2.682	R\$ 2.850	R\$ 2.923	R\$ 2.964	R\$ 2.989	R\$ 3.151	7,80%	-13,56%
Ensino	R\$ 2.897	R\$ 3.189	R\$ 3.472	R\$ 3.762	R\$ 4.016	R\$ 3.495	R\$ 3.537	R\$ 3.605	R\$ 3.243	R\$ 3.466	-2,00%	-23,36%
Administração Pública	R\$ 3.618	R\$ 3.983	R\$ 4.510	R\$ 5.869	R\$ 5.982	R\$ 6.208	R\$ 6.439	R\$ 6.600	R\$ 6.307	R\$ 6.576	2,12%	-19,24%
Agricultura	R\$ 2.019	R\$ 2.352	R\$ 2.692	R\$ 2.958	R\$ 3.408	R\$ 3.703	R\$ 3.770	R\$ 1.808	R\$ 3.999	R\$ 3.027	-19,70%	-41,06%
Média Geral	R\$ 2.210	R\$ 2.422	R\$ 2.669	R\$ 3.043	R\$ 3.268	R\$ 3.440	R\$ 3.482	R\$ 3.539	R\$ 3.585	R\$ 3.754	7,79%	-13,57%

Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Se considerarmos apenas o período mais recente, entre 2018 e 2021, quando a inflação acumulada medida pelo INPC foi de 21,36%, houve perdas na remuneração média dos trabalhadores de praticamente todos os setores, com exceção de setores diminutos como o da Indústria de Calçados. A perda média acumulada foi de -13,57%.

Outro fator que ajuda a distorcer esses números, principalmente em relação ao emprego, foi a formalização de modalidades precárias de trabalho: como o trabalho parcial e intermitente, cujos números declarados são indicados a seguir.



Fonte: RAIS-MTE e Novo CAGED. Elaboração: ILAESE

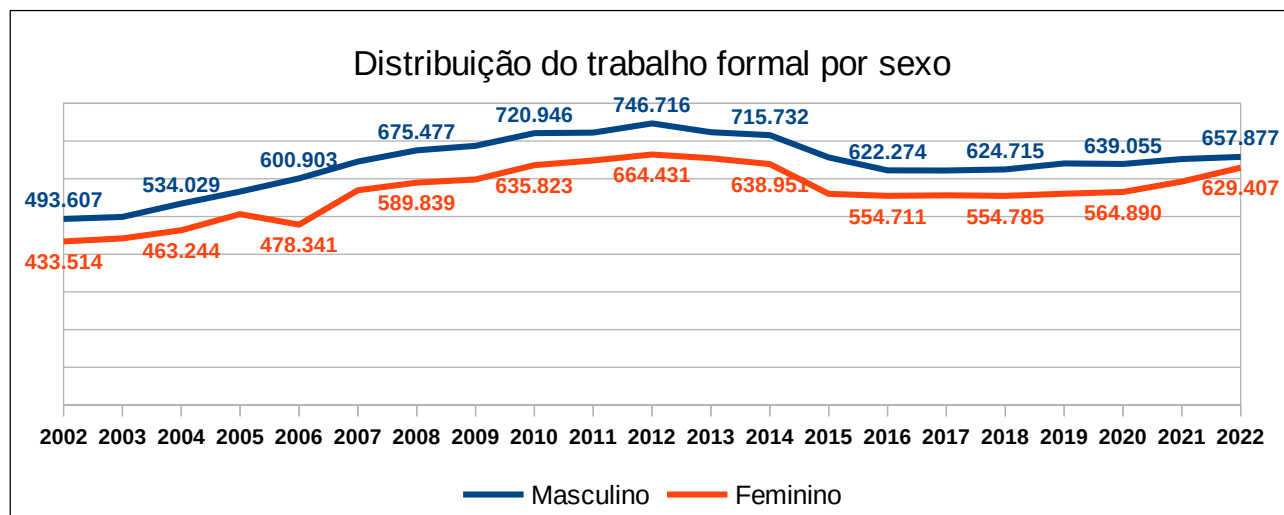
Ao fim de 2022 temos cerca de 9,8 mil trabalhadores na modalidade parcial e 11,5 mil trabalhadores na modalidade intermitente. Esses empregos ainda representam um percentual pequeno do total de empregos na capital

belo-horizontina, no entanto, o trabalho intermitente apresenta forte tendência de crescimento.

Esses dados contrastam fortemente com a evolução do capital e da apropriação privada da riqueza apresentadas na segunda metade do primeiro capítulo. Dão conta de que, mais do que nunca na capital de Minas Gerais, o capital faz de todo o progresso técnico e no processo de produção e distribuição da riqueza um progresso na arte de saquear o trabalhador.

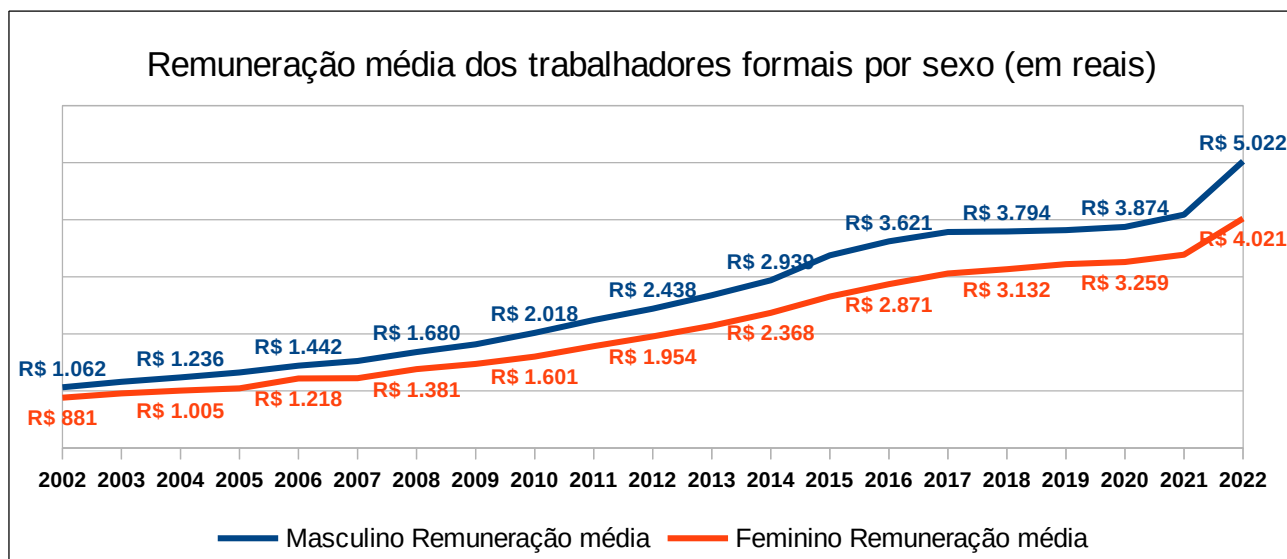
b - Os setores mais oprimidos da classe: gênero e a juventude

Nos gráficos a seguir, trazemos um quadro da distribuição do trabalho formal por sexo na capital do belo-horizontina, bem como a respectiva remuneração.



Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

Com a mudança de critérios, feita pela RAIS, temos um número muito próximo de trabalhadores do sexo feminino e masculino ao fim de 2022: São 629 mil empregos ocupados pelas mulheres e 657 mil pelos homens. No entanto, a diferença de remuneração entre ambos não reduziu, mas se ampliou, sendo, na média, superior a 1 mil reais, como indicado a seguir:



Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAEE

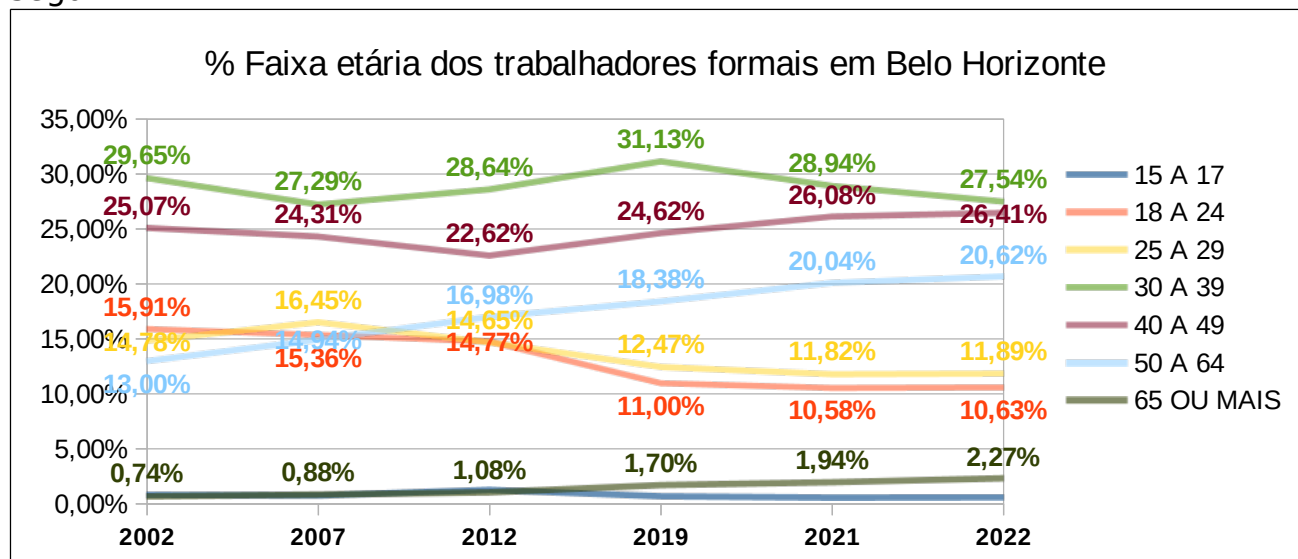
Um dos maiores dramas da classe trabalhadora nos dias de hoje, refere-se a sua juventude. Em outros tempos, quando o Brasil vivia a vertigem do crescimento econômico sob o boom das commodities, conjunturalmente, existia a ampliação do emprego formal e, ilusoriamente, a juventude de então via o futuro com otimismo. Hoje, já não sobra nem vestígios dessa antiga situação. As novas gerações encontram cada vez menos oportunidades de trabalho e, quando encontram, temos trabalhos informais, instáveis e cada vez mais intensos.

Em pesquisa recente sobre o emprego de jovens no Brasil, realizado pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, revela que dos 207 milhões de habitantes, 17% são jovens de 14 a 24 anos, dos quais 5,2 milhões estão desempregados, representando 55% do total de desempregados (9,4 milhões). Entre os jovens desocupados, 52% são mulheres e 66% são pretos e pardos. Os jovens que não trabalham nem estudam - os chamados "nem-nem" - somam 7,1 milhões, sendo 60% mulheres (a maioria com filhos pequenos) e 68% pretos e pardos.

Ainda segundo a mesma pesquisa, apresentada no CIEE, no primeiro trimestre de 2023, 23% das jovens mulheres ocupadas e 37% dos jovens homens ocupados não haviam concluído o ensino médio. Entre os desocupados, 38% das mulheres e 46% dos homens não concluíram o ensino médio. Apenas 9% das jovens ocupadas e 5% dos jovens ocupados têm ensino superior. A pesquisa também revela que 86% dos jovens ocupados tinham empregos pouco desafiadores, enquanto 14% (2,2 milhões) estavam em atividades técnicas, culturais ou de informática e comunicações. A informalidade é predominante, com 51% das mulheres e 56% dos pretos e pardos trabalhando informalmente.

Por trás desse quadro atuam todos os elementos anteriormente apresentados nesse estudo: desindustrialização relativa no Brasil, queda do país na divisão internacional do trabalho, uma classe dominante dominada e sócia menor na partilha global da mais-valia e, assim, pouco interessada em investimentos em ramos do mercado de elevada tecnologia.

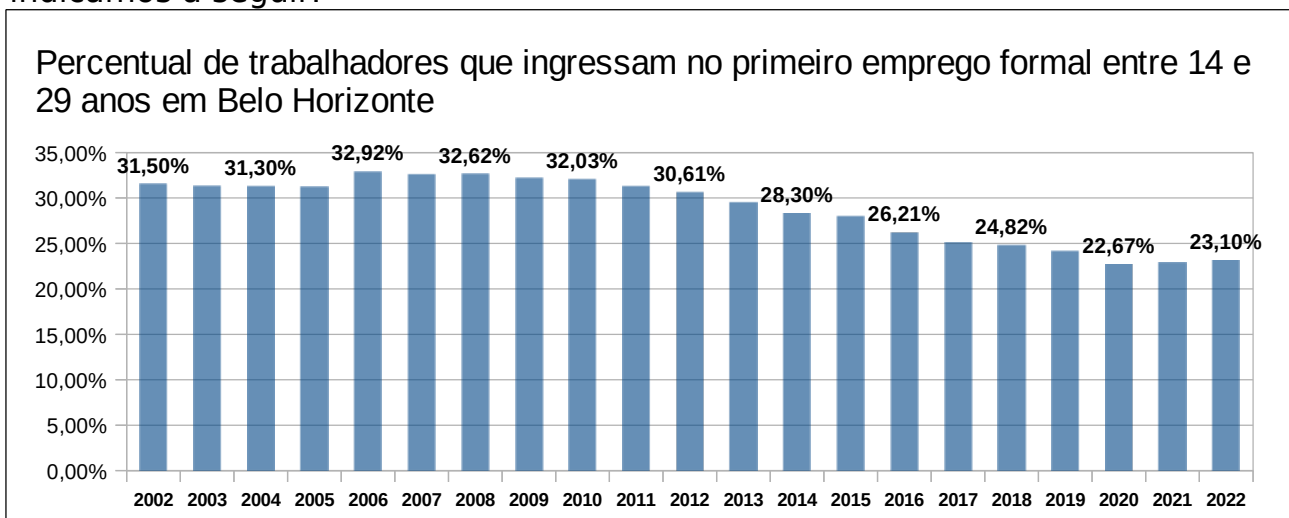
E de fato, na capital mineira, temos uma redução significativa dos setores com até 30 anos no mercado formal de trabalho, como indicado a seguir:



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

A queda é significativa e ainda mais intensa nos setores mais jovens. A classe trabalhadora formal entre 18 e 24 anos passou de 15,91% em 2002 para 10,63% em 2022. O mesmo ocorreu com o setor da classe trabalhadora entre 25 e 29 anos. Esse giro tão brusco não pode ser explicado unicamente com recurso ao giro da pirâmide etária brasileira.

Como prova, vemos cair continuamente o percentual dos trabalhadores formais cujo **primeiro emprego** se dá entre 14 e 29 anos de idade, como indicamos a seguir:



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

Ao fim de 2022, apenas 23,10% dos primeiros empregos formais, ocorreram com trabalhadores entre 14 e 29 anos de idade. Esse percentual segue uma queda quase que constante, desde 2010, quando era de 32,03%.

Uma vez mais, tal quadro reflete a inexistência de uma ampliação do processo produtivo, com impactos em todos demais setores, de modo que o emprego, como regra, jamais é criado, mas, quando muito, repostado. Esse quadro cria novos desafios e novas demandas para a organização da juventude da classe trabalhadora.

Na contramão dos critérios utilizados pelos institutos oficiais, vimos que o Belo Horizonte possui cerca de meio milhão de trabalhadores sem emprego, quase 20% da população do município. Existem ainda indícios contundentes que apontam no sentido do crescimento da informalidade no município.

Do ponto de vista do controle da propriedade e de sua estrutura produtiva, Belo Horizonte apresenta um cenário peculiar. Quase todo o setor produtivo se encontra nas cidades que compõem a Zona Metropolitana da capital, notoriamente em Betim e Contagem. O papel da indústria no município, tanto no passado como no presente, é pequeno. Como consequência, Belo Horizonte é a quarta capital em que os empregos formais menos avançou percentualmente nos últimos 20 anos.

Quando se considera sua Zona Metropolitana, a situação geral é análoga a do Brasil: um quadro de desindustrialização relativa que expressa o rebaixamento do país na divisão internacional do trabalho. Contagem possui o setor produtivo mais diversificado, ainda que centrado na indústria de base, no entanto, com uma queda considerável na última década. Betim possui um nível elevadíssimo de industrialização, com mais da metade da população empregada na indústria de transformação, no entanto, totalmente dependente da FIAT-Stellantis e sua cadeia de produção. A capital Belo Horizonte, apesar de tudo, ainda centraliza a maior parte dos empregos, por ser o balcão de negócios do Estado, a sede das principais empresas que atuam na região central do Estado, a sede administrativa e dos bancos com atuação regional. Esse quadro faz com que uma fração significativa da população que trabalha em Belo Horizonte, residam nos municípios da região metropolitana, acentuando o que se chama de movimento pendular caracterizado pelo deslocamento proporcionalmente significativo de trabalhadores da Zona Metropolitana para a capital do Estado, dado que residem em um município e trabalham no outro.

Além disso, destaca-se na capital do Estado os setores de serviços, concentrando algumas das maiores empresas do país nos setores de educação, locação de imóveis e bancário. O município possui mais de 20 bilionários, cujo patrimônio supera em mais de duas vezes a arrecadação total da prefeitura de Belo Horizonte. A maior parte do capital atuante na Zona Metropolitana, contudo, sobretudo em mineradoras e metalúrgicas, são estrangeiros, ilustrando o quadro de dominação e subordinação em que se encontra o país na divisão internacional do trabalho.

Como é corriqueiro nas capitais brasileiras de maior porte, Belo Horizonte, em particular desde 2018, possui uma arrecadação privilegiada, com receitas próprias crescentes. Apesar disso, uma grande parte desses recursos migram para o capital privado por meio contratação direta de empresas terceiras; compra de materiais, bens e serviços de empresas privadas; transferências para ONGs, OSCs e organizações ditas sem fins lucrativos; subsídios às empresas privadas do transporte público e do



pagamento da dívida interna do município.

Como resultado de todo esse processo, temos uma situação limite para os trabalhadores. Há uma redução absoluta do total de empregos no setor industrial desde 2015, com perdas de remuneração em todos os setores. O cenário é ainda pior para as mulheres e a juventude da classe trabalhadora, cujas condições de emprego e remuneração são inferiores a média do restante do país.

6 - EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE

No Brasil, a dualidade entre educação pública e privada, esteve sempre presente e, as instituições privadas, em sua maioria, não sobrevivem sem o aporte do Estado.

De acordo com a Constituição, a Educação possui vinculação de receita, uma conquista da qual não podemos abrir mão em nenhuma hipótese, embora insuficiente: os valores totais são muito abaixo do necessário. Tanto é assim que os investimentos totais em educação nunca atingiram os 10% do PIB, percentual previsto nos últimos planos decenais de educação. Em 2022 este percentual chegou a 5,5%. Quando se considera o investimento por estudante, é o terceiro pior do ranking entre membros da OCDE e parceiros.

Além dos investimentos em geral serem muito aquém do necessário, isso piora quando se trata de investimentos públicos e é agravado em função da enorme transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, recursos que não chegam em sua integralidade ao atendimento de estudantes.

Os ataques à educação pública e aos trabalhadores em educação vem de todos os lados, seria preciso procurar com microscópio potente algum governo das três esferas que não tenham retirado direitos e de uma forma ou de outra desenvolvido uma campanha contra os trabalhadores das instituições públicas de educação no Brasil. A ultra direita ataca no discurso mas também de forma concreta, com projetos como Escola Sem Partido, Novo ensino Médio (NEM), Escolas Cívico-Militares, as privatização de Escolas Públicas transferindo sua administração para OSCs, o estrangulamento das verbas e da pesquisa e a política de compras de vagas em instituições privadas. Mas é preciso dizer que os governantes do suposto campo progressista também corroboram neste processo de tentativa de destruição da educação pública via parceria público privada, terceirização, manutenção de contratos precários de trabalho, desprofissionalização da educação, manutenção do regime de bolsas que sustentam as instituições privadas em regime permanente (FIES e Prouni), redução dos vencimentos dos trabalhadores em educação e uma grande lista de etc. Minas Gerais e Belo Horizonte podem perfeitamente serem utilizadas como exemplo do que foi dito acima. Tanto Romeu Zema (NOVO) quanto Kali/Fuad implementaram toda a política privatista e destruidora da educação pública na capital e no Estado.

O piso salarial nacional do magistério é tratado como Teto, as carreiras foram lentamente destruídas, em medidas diferentes (no Estado isso é bem mais grave) parte significativa dos trabalhadores possuem contratos precários ou são terceirizados. A Rede Estadual conta com escolas cívico-militares e via projeto SOMAR, desde de 2022 transfere a administração de Escolas Públicas para a administração privada, e tem pressionado a ampliação da municipalização das escolas, o que faz com que as desigualdades aumentem dentro do Estado.

a - A educação em Belo Horizonte

Belo Horizonte atende hoje diretamente cerca de 190 mil estudantes (aproximadamente 160 mil da rede própria e 30 mil da rede conveniada), em 322 escolas. Entre os trabalhadores da rede própria aproximadamente 16 mil são concursados e 8000 terceirizados. Além disso, possui contratos de diversas natureza com instituições privadas - Ongs, Organizações Sociais (OSCs) e de outros tipos. As políticas aplicadas até hoje para a educação na cidade mostram o descaso dos governos e a lógica de destruição da educação pública, gratuita e de qualidade.

Parceria Público Privado (PPP) e terceirização

A terceirização é uma política aplicada pela PBH em diversas áreas e disparou no município, saltando do patamar de 2 bilhões de reais em 2017 para 4,8 bilhões de reais em 2023. Na média, o crescimento é superior a meio bilhão de reais por ano. A maior parte das despesas com terceirização diz respeito a contratação direta de empresas terceirizadas, totalizando 77,06% das despesas com terceirização. Mais de um quarto da arrecadação total do município é destinada a terceirização, atingindo 27,44% em 2023: o maior percentual de todas as capitais da região sudeste e uma das maiores de todas as capitais brasileira.

Destaca-se ainda a evolução das parcerias público-privadas, que até 2017 eram identificadas nos relatórios municipais e, desde então, sobretudo na atual administração de Kalil e Fuad, crescem a passos largos, atingindo 366,8 milhões de reais no ano de 2023.

A educação é uma área que sofre pressão crescente pela privatização. Não é à toa que foi no Brasil que se desenvolveram grupos empresariais como Pearson, Abril Educação, Santillana, Grupo Objetivo e Grupo Positivo. O poder da iniciativa privada dentro do MEC, através da Fundação Lemann e o fato da presidência da comissão de educação da câmara de deputados ter ido parar nas mãos de um dos deputados mais privatistas e anti educação do país, Nickolas Ferreira, são reflexos disso.

Em Belo Horizonte, o prefeito Márcio Lacerda inaugurou a entrega da cidade para o setor privado. Exemplo disso foi a ampliação da construção de escolas através da Parceria Público Privada realizada com a Inova, que é vinculada à Odebrech, empresa esta envolvida nos escândalos de corrupção ("Petrolão") e com o financiamento legal e ilegal de campanhas eleitorais. O projeto com a Inova prevê a construção e administração de serviços não pedagógicos (limpeza e conservação, manutenção predial, segurança patrimonial e gestão de utilidades) de 55 escolas (50 de educação infantil e 5 de ensino fundamental) durante um período de 20 anos. A SUDECAP foi sucateada para dar espaço às empresas privadas na construção de obras

públicas. Kalil e Fuad não rompem com a PPP e continuam a destinar recursos públicos para OSCIPS, Ongs e PPP.

Há mais de 25 anos os governos optaram por ampliar a contratação de trabalhadores em educação pela terceirização. Hoje todos os trabalhadores das escolas que não são professores ou Auxiliares Administrativos Educacionais (atuam nas secretarias e bibliotecas escolares) são terceirizados. Cerca de 8000 trabalhadores são contratados pela MGS ou através dos caixas escolares.

Os trabalhadores terceirizados responsáveis pela limpeza, cantina, portaria, informática, acompanhamento de crianças com deficiência, artífices, mecanografia, e do acompanhamento das crianças que ficam em tempo integral nas escolas recebem os piores salários da região metropolitana e onde há equivalência aos piores salários da cidade. Estes trabalhadores recebem entre 1 e 1,5 salário-mínimo, possuem carga de trabalho excessiva, sem plano de carreira e sua atuação em uma instituição pública é avaliada em regra pelo olhar de uma empresa privada ou de indivíduos isoladamente.

Para resolver essa situação é preciso o fim da terceirização. Os trabalhadores já existentes devem manter seu vínculo de trabalho com contratos realizados diretamente pela prefeitura, todos os novos trabalhadores devem ser admitidos por concursos públicos. Dessa forma, corrige-se uma distorção de mais de duas décadas sem responsabilizar os trabalhadores ou penalizá-los depois de anos de serviços prestados.

Gestão democrática

O modelo de gestão adotado pela prefeitura a várias gestões e mantido por Fuad, centralizou as decisões das principais instâncias das escolas. As direções eleitas foram transformadas em transmissoras das políticas educacionais e esse modelo fez com que instâncias como os Colegiados Escolares e as Assembleias Escolares se tornassem meros espaços homologadores das decisões da SMED/BH. Por outro lado, as Coordenações Pedagógicas foram obrigadas a abandonar o Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino diante do forte controle da SMED em obter, de forma obsessiva, resultados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) eliminando os espaços coletivos voltados para o debate de uma escola pública e de qualidade.

A estrutura construída desde o governo Pimentel (PT), com a retirada de professores da sala de aula para a máquina institucional foi mantida por Kalil/Fuad, embora tenha feito um forte discurso de enxugar a máquina. Dessa forma o controle político externo continuou sendo a tônica, o assédio moral e as perseguições políticas a quem se opõe à política educacional foram mantidos e discurso da autonomia, utilizados para isentar a Secretaria de Educação de suas responsabilidades

Horário de Planejamento

O tempo de 1/3 da jornada destinado ao planejamento dos docentes, previsto na Lei do Piso, não é cumprido pela prefeitura. Apesar de acordos firmados e promessas a gestão não reverteu essa situação. Manteve o discurso de que o tempo de recreio é parte da jornada de trabalho reservado para

atividades extraclasse. Essa irregularidade traz sérias consequências à qualidade do atendimento aos estudantes.

A ação educacional escolar não se faz com transmissão de massa, mera reprodução uniforme dos manuais ou livros didáticos, cada estudante, cada turma precisa ser estudadas, observadas e ações devem ser elaboradas para atender suas diferentes demandas e dificuldades. Garantir 1/3 da jornada de planejamento é o mínimo que se pode aplicar para se falar em qualidade da educação.

Além disso, é inaceitável que não haja reuniões coletivas periódicas nas escolas dentro da jornada de trabalho. Sem reuniões pedagógicas coletivas, fica difícil coletivizar o trabalho e ter uma gestão democrática.

b - Descentralização dos Recursos Financeiros para as Escolas Municipais

Cada vez mais as escolas convivem com a escassez de recursos para os projetos pedagógicos, obras de reforma e até mesmo a aquisição e a instalação de equipamentos. Esta gestão fez um movimento contrário aos Plano Nacional de Educação e Municipal, centralizou a gestão e recursos. Isso se deu porque a prioridade foi utilizar verbas da educação para a terceirização e contatos com OSCS, ONGS e fundações.

Durante a gestão de Kali/Fuad houve uma centralização abusiva da gestão dos recursos, obras e compras de coisas miúdas e grandes passaram a ser realizadas pela secretaria de educação, sem corresponder às demandas da escola. Com isso gasta dinheiro com compras desnecessárias, enquanto faltam professores, condições para inclusão de PCDs (pessoas com deficiência), livro didático e materiais básicos nas escolas, outro elemento importante em Belo Horizonte é o uso dos recursos da educação para reformar espaços da comunidade, campos, praças etc.

É preciso uma auditoria para verificar os contratos dessa gestão e das gestões passadas. As ações pedagógicas e a manutenção das escolas devem ser priorizadas. Os recursos e gestão devem ser descentralizados.

Ampliação da Rede Própria de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS).

Esta gestão construiu quase nenhuma nova escola, reduziu drasticamente os berçários das EMEIS, praticamente acabou com o horário integral, com isso forçou a redução da demanda pelas escolas da Prefeitura empurrando as crianças para a Rede Conveniada (escolas privadas sem fins lucrativos). No fim do mandato, Fuad Noman anunciou a construção de 11 novas EMEIS e 1 nova escola de ensino fundamental, mas nenhuma delas será entregue até o final do mandato, não resolvendo a questão de novas vagas necessárias na rede própria. Além disso, a prefeitura fechou salas de aulas nas EMEIS, proibiu os pais a procurarem vagas diretamente nas escolas, mantendo o controle da demanda, o que facilitou a política de fechamento de turmas.



A Rede Conveniada do município conta com 244 estabelecimentos de ensino, com atendimento exclusivo à educação infantil e essas instituições vivem quase exclusivamente com recursos públicos municipais. Foi legítima a parceria com essas redes em um momento onde não haviam instituições públicas, no entanto há pelo menos uma década estes contratos servem para garantir acordos políticos aos prefeitos de plantão, rebaixar salários e condições de trabalho e possibilitar que correntes ideológicas e instituições religiosas mantenham suas instituições de ensino com recursos públicos, salas de aulas estão sendo mantidas fechadas nas escolas da rede própria e convênios estão sendo ampliados.

É preciso garantir estrutura, condições de trabalho e remuneração digna aos trabalhadores da Rede Conveniada, mas é preciso um plano de municipalização desta rede. Em 10 anos todas as crianças do município devem ter vagas garantidas na Rede Própria Pública e Estatal. O horário integral deve ser retomado nas EMEIS e nenhuma sala de aula deve ser mantida fechada.

c - Investimentos em educação e valorização dos trabalhadores em Educação.

Belo Horizonte, pela Constituição deveria investir na educação básica, no mínimo 25% das receitas por impostos e transferências. Nos últimos 4 anos, os investimentos foram de 23,64% em 2020, 24,63% em 2021, 27,49% em 2022 e 26,6% em 2023. Se considerarmos os últimos 10 anos, as despesas em educação ficaram estagnadas e sempre muito próximas ao mínimo de 25%, que sequer foi cumprido nos anos de 2020 e 2021. Isso ocorre justamente em um período em que os aportes à educação oriundos do FUNDEB cresceram significativamente, com a adoção do Novo FUNDEB.

Em fins de 2020 foi criado o novo FUNDEB, entrando em vigor em janeiro do ano seguinte. A principal mudança é que o novo Fundeb prevê o aumento da complementação da União que vai subir gradativamente dos antigos 10% para 23% em 2026. Em 2021, esse percentual alcançou os 12%. Em seguida, passou para 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; será 21% em 2025; encerrando 2026 com 23%. Esta é a principal alteração, já que o montante restante do FUNDEB é apenas uma transferência de recursos entre Estados e Municípios, já que os estados e municípios pagam ao FUNDEB e dele recebem. O FUNDEB que era utilizado em sua totalidade para o pagamento dos profissionais em educação, atualmente, mesmo com a política de abonos, cresce muito além das despesas com os servidores do setor.

Até 2016, a prefeitura destinou mais de 100% do FUNDEB para o pagamento dos profissionais do magistério. Como podemos ver, nos últimos anos, o pagamento de todos os profissionais em Educação é realizado com apenas um percentual do FUNDEB. Como já indicamos, o crescimento desse percentual nos últimos dois anos, deve-se a abonos não orgânicos concedidos pela prefeitura. Some-se a isso que tais abonos foram necessários para que o mínimo constitucional de 25% fosse atingido. Some-se a isso que após a implantação do novo FUNDEB, os aportes próprios da prefeitura tem sido



inversamente proporcional ao FUNDEB. Em 2007, quando o FUNDEB foi criado, ele representava 27,4% dos recursos aplicados na educação, enquanto os recursos próprios da prefeitura representavam 72,6%. Em 2022, a situação se inverteu completamente. O FUNDEB representa 61,3% do total investido e os aportes próprios da prefeitura apenas 38,68%.

A Greve histórica de 2018 da educação Infantil e as greves e mobilizações do conjunto dos trabalhadores em educação nos garantiu avanços importantes: a carreira dos professores foi destravada, aproximamos a carreira da educação infantil com o ensino fundamental. No entanto a unificação ainda não foi conquistada e os Auxiliares Administrativos Escolares tem uma carreira com poucas possibilidades de avanço, o que gera uma rotatividade grande no setor e um prejuízo para a organização administrativa e pedagógica da escola. Enquanto isso, os terceirizados não têm carreira, são invisibilizados.

Belo Horizonte já esteve entre as 5 primeiras capitais que pagavam o melhor salário a professores, hoje está entre as 5 últimas. A carreira, que sempre foi um atrativo aos trabalhadores, teve um corte que representou uma queda de pelo menos 25% nos rendimentos dos professores. A lei do piso foi interpretada de forma a transformar piso em teto e a servir de justificativa para destruição da carreira. Os aposentados são tratados como um peso, sem que seja garantido a eles os reajustes devidos, sendo parte de um problema de reduzir de forma drástica o reajuste dos aposentados de forma que em pouco tempo a ampla maioria irá se encontrar no mínimo.

É preciso retomar a carreira única da educação que contemple todos os trabalhadores da escola e o pagamento do piso salarial Nacional da educação deve ser aplicado em BH da forma correta, o menor salário a ser pago no primeiro nível da carreira para profissionais com nível médio.

Conselho Popular de Educação de Belo Horizonte

O atual formato de funcionamento do CME/BH está estruturado num formato em que a Secretaria Municipal de Educação de BH (SMED) mantenha o controle, pois a presidência desse órgão é indicada pelo prefeito. É necessário a transformação do Conselho Municipal de Educação em um conselho popular com real poder de decisão e deliberativo.

Projetos de mordaca

Existem projetos de lei (PL) na Câmara e no Senado que defendem que os professores não podem promover debates políticos dentro de sala de aula. O mais conhecido é o que propõe incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o Programa Escola Sem Partido (PL 867/2015). O PL 867/2015 foi proposto pelo deputado Izalci Ferreira (PSDB-DF), pretende evitar a “doutrinação política e ideológica”, já que os estudantes estariam sendo “manipulados e explorados politicamente”. Escolas e universidades seriam, ainda segundo o projeto, ambientes em que “a doutrinação cria as condições para o bullying (no sentido de perseguição) político e ideológico”. Em debate no âmbito federal, há versões também nos estados e municípios.

Nas versões desse plano, também está a tentativa de impedir o debate sobre sexualidade e questões de gênero. Várias câmaras municipais retiraram dos planos de educação tudo o que se referia à igualdade de direitos entre gêneros. Em Belo Horizonte travamos uma luta dura contra projetos dessa natureza.

É preciso que o executivo e a Secretaria de Educação se posicionem seriamente contra estes projeto, vetando qualquer projeto que representem leis da mordaga. Ao mesmo tempo, é preciso incentivar a gestão democrática para que as comunidades escolares sejam parte efetiva da construção permanente e aplicação dos projetos políticos pedagógicos das escolas. Não se trata de proibir ou vigiar, trata-se de um debate conjunto de respeito às diferenças.

d - Programa

A pressão é cada vez maior para que o ensino fundamental e o médio sejam instituições de cuidado e contenção social, para fazer isso, dentre outras coisas os governos precisam voltar uma parcela da população contra as instituições públicas e os servidores públicos, precisam destruir nossa credibilidade e não medem esforços para isso. Setores da ultra direita avançam neste debate, vão até além, mas os ditos governos progressistas se aproveitam da situação para também aplicar medidas destrutivas.

Por tudo isso que não temos como ter um programa mediado para a educação, a mediação não nos fez avançar, pelo contrário nos fez retroceder.

- É preciso ampliar o percentual de receita para a educação, e garantir que no prazo de 5 anos os recursos públicos sejam investidos apenas em instituições públicas, estatais. Com ampliação da rede própria de ensino para atender em tempo integral todas as crianças e adolescentes que demandarem. Inclusive com levantamento de demanda de ampliação do tempo de funcionamento da educação infantil para trabalhadoras que chegam do trabalho à noite.
- Para acabar com a terceirização, é preciso aplicar medidas de transição para que os atuais trabalhadores terceirizados não percam seus empregos, com a manutenção dos atuais trabalhadores em educação e a inserção de concursados no lugar daqueles que forem se aposentando ou daqueles que optarem por sair. Concurso com provas práticas para os cargos que tenham baixa escolaridade.
- O atendimento de crianças e adolescentes deve se dar em tempo integral com trabalhadores licenciados e concursados. O que pode se dar em momentos compartilhados com trabalhadores de saberes diversos e da comunidade.
- O atendimento às crianças e profissionais PCDs precisa precisa levar em consideração a implementação políticas intersetoriais, assim como das demais crianças, jovens e adultos, mas sem entendimento de substituição ou de submissão do processo educacional a outras esferas, por isso é necessário que haja profissionais (professores) que tenham

formação para atender estudantes com suas diferentes deficiências assim como um plano de formação cotidiana dos diversos profissionais das escolas. Resgate da carreira e do pagamento do piso salarial nacional de docentes para a jornada de trabalho da rede e criação de pisos salariais para trabalhadores em educação do quadro administrativo.

- Redução do número de estudantes por turma, ampliação da relação entre estudo e planejamento para os trabalhadores.
- Descentralização dos recursos das verbas e reforço da gestão democrática.
- Garantir o atendimento da EJA em todas as escolas onde houver demanda e estimular a verdadeira demanda.
- Investir 30% do total da arrecadação em educação.
- Descentralização da estrutura educacional, de forma a ampliar a gestão democrática, política e administrativa, fortalecimento dos conselhos escolares.
- Escolha do cargo de Secretário Municipal de Educação através de eleição feita pelos trabalhadores em educação.
- Posicionamento contrário a projetos de retrocesso educacional como os defendidos pelas bancadas fundamentalistas ao tentarem impor a proibição de uma educação que garanta a diversidade e pluralidade do ensino.
- Levantamento de demanda de ampliação do tempo de funcionamento da educação infantil para trabalhadoras que chegam do trabalho à noite.
- Ampliação das bibliotecas públicas nos bairros.

7 - SAÚDE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE

a - Apontamentos sobre a saúde em BH

Segundo o Relatório Financeiro do ano de 2022, em Belo Horizonte, neste ano foi arrecadado R\$ 4.885.296.504,80 de recursos para a saúde e empenhado R\$ 4.833.002.520,73, gerando um resultado orçamentário de R\$ 52.293.984,07. Dos ingressos de receita foram 43% do governo federal, 14,11% do governo estadual, 42,13% dos recursos ordinários do tesouro e 0,77% de outras receitas do Fundo Municipal de Saúde.

No ano de 2022 foi aplicado o percentual de 35,01% em folha de pagamento, 67,61% em demais despesas correntes e 2,44% de despesas de capital.

A saúde em BH possui cerca de 20.000 trabalhadores, sendo aproximadamente 6.000 terceirizados. Apesar de haver um concurso público em vigor e com recorrentes nomeações, a exigência por profissionais nomeados é alta, demonstrada pela falta de trabalhadores nos locais de saúde. A prefeitura de Belo Horizonte deve ampliar a nomeação e realizar mais concursos públicos para suprir a demanda.

Sua rede física abrange Centros de Saúde (152), UPAs (9), CERSAMs (8), CERSAM-AD (5), CERSAMi (3), Centros de Referência (9), Hospitais Metropolitanos (2) e outros 19 estabelecimentos de atenção especializada, além do SAMU. Possui 596 equipes de Saúde da Família, além de equipes de Saúde Bucal (eSB), equipes de Saúde Mental, polos de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e 82 Academias da Cidade.

A ESF é uma tentativa de acesso a saúde para que a promoção da mesma aconteça e para que haja uma cobertura de 100% é necessário um aumento de investimento nas estruturas das Unidades Básicas de Saúde, concursos públicos para a contratação de profissionais nas equipes do NASF e melhoria da condição salarial dos trabalhadores em saúde. É visível que a Rede Física do SUS em BH é insuficiente para atender toda uma demanda dos usuários do Sistema Público, que majoritariamente são trabalhadores. Em várias regionais da cidade, as esperas para consultas e triagens, nas UBS, são demoradas e a falta de profissionais é uma realidade em muitas unidades da Rede Física. A quantidade de UPAs, para todo o município, não supre a demanda da atenção secundária. O tempo de esperar nas UPAs, inclusive em casos mais graves, é causada por uma estrutura deficiente, profissionais sobrecarregados que às vezes não possuem materiais básicos. Os

Hospitais Municipais não possuem um grande investimento da Prefeitura. O Hospital do Barreiro, que demorou anos para sair do papel e ser inaugurado, foi construído a partir de uma Parceria Público Privada

b - A luta contra a privatização da saúde

A privatização dos serviços de saúde ocorre quando o Estado permite a apropriação de grupos privados, das verbas públicas, mesmo que se garanta serviços gratuitos. As formas de apropriação privada pode ser transferência direta de fundo público e de patrimônio público e economias mistas. Mesmo com a Constituição de 1988, com a Lei 8080/90, o setor privado continuou com subsídio público. Houve a ampliação do sistema público, mas com a relação entre esses dois setores, gerando contradições e disputa do dinheiro estatal.

Os poucos investimentos públicos na saúde fazem desse setor um dos mercados mais lucrativos do mundo. O Brasil é um dos maiores mercados de saúde do mundo. A Lei 13097/15, uma verdadeira aberração jurídica, no seu capítulo 17, abriu legalmente o mercado de saúde para as empresas internacionais. Assim, as empresas internacionalizadas poderão prestar serviços ao SUS e a Lei 13097 permite a compra de hospitais filantrópicos pelo capital internacional, escancarando as portas dos SUS para estas empresas.

Os exemplos de privatização do SUS são muitos. A implementação da EBSERH foi um desrespeito à autonomia universitária, um risco à independência das pesquisas feitas nos Hospitais Universitários, flexibiliza os vínculos dos trabalhadores, os separando em celetistas e efetivos e transfere verbas para uma empresa. As comunidades terapêuticas, que são locais que dizem fazer cuidado da saúde de usuários de álcool e outras drogas é uma forma de desvio de recursos públicos para ONGs e igrejas. Esse financiamento deveria ser usado para os equipamentos legitimados pela saúde pública, baseados na reforma psiquiátrica antimanicomial. A partir de várias pesquisas já foi demonstrado que o modelo dessas comunidades faz violações de direitos humanos, sendo assim necessário reafirmar que o tratamento dessas pessoas seja feito pelo modelo antimanicomial.

As OSs e OSCIPS já é uma realidade em várias cidades do país, desde a atenção básica à atenção terciária. Essas empresas usam o dinheiro público para fazer a gestão da saúde e com isso ganhar rios de dinheiro no processo de privatização. Os escândalos de corrupção envolvendo essas Organizações Sociais mostra que o dinheiro que deveria ser empregado diretamente no serviço público de saúde é desviado. O Programa Farmácia Popular, visava um maior acesso a medicamentos para a população, mas quebra um dos princípios do SUS, que é a gratuidade da assistência farmacêutica, ao transferir para o usuário o pagamento de 10% do valor do medicamento. O Programa Farmácia Popular possui estabelecimentos estatais, mas na sua segunda fase é ampliado para as farmácias privadas, passam a receber recursos públicos.

Sem dúvida, o maior investimento da saúde privada no SUS passa pelos Hospitais, laboratórios de análises clínicas e centros de diagnósticos. Os hospitais privados são os quem mais recebem verbas públicas com



empréstimos do BNDES. Os hospitais filantrópicos também entram nesse rol, mesmo que seja 100% SUS, recebem recursos públicos e são privados.

Os planos de saúde tiveram suas dívidas perdoadas e se mostram como a face mais cruel da via privada da saúde. Muitas famílias gastam uma parte considerável de seu orçamento com o pagamento de medicamentos e de mensalidades de planos de saúde. Além disso, a sua política é romper contratos unilateralmente com usuários que apresentam doenças graves e tratamento caros, gerando receio e desalento a essas pessoas. Os governos não fazem política pela extinção dos planos de saúde ou de sua redução na vida dos trabalhadores, já que o não investimento na saúde pública faz que muitas pessoas procurem o serviço privado pela pressa em terem acesso à saúde.

A saúde pública e a epidemia da dengue

A epidemia de dengue, zika e chikungunya trouxe a necessidade de maior investimento em saúde e em saneamento básico. No Brasil já são mais de 4 milhões de casos suspeitos e confirmados de dengue e mais de 1600 mortes confirmadas da doença e Minas Gerais está entre os estados com mais casos no país. Em Belo Horizonte, as UPAS e Unidades Básicas de Saúde lotadas foram a realidade em vários pontos da cidade nos últimos meses. No final de maio de 2024, já eram mais de 60.000 casos confirmados e 47 mortes por dengue em Belo Horizonte, segundo o Balanço da Dengue e outras Arboviroses da Prefeitura de Belo Horizonte. A demora no atendimento, a falta de profissionais e a alta demanda com relação à epidemia levou Belo Horizonte a decretar situação de emergência devido à dengue, mas isso não solucionou a maioria dos problemas relacionados à saúde.

Mesmo com uma situação de aumento de casos, Romeu Zema (NOVO) investiu, em 2023, um valor de R\$ 64,4 milhões, em combate às arboviroses, valor menor do que em 2021 e 2022. Isso levou ao repasse aos municípios valores abaixo dos necessários para o combate à dengue. Mesmo com maior aporte de verbas à saúde, abertura de hospitais temporários e de Centros de Atendimento às Arboviroses e teleconsultas, o investimento em saúde na cidade não é suficiente para combater verdadeiramente essa epidemia.

Para o combate à dengue é necessário investimento real nos equipamentos de saúde e nas políticas específicas como fumacê, aumento dos profissionais agentes de saúde e de combate às endemias (ACS e ACE) e campanhas educativas. Somado à isso, a nomeação de profissionais de saúde possibilitaria reduzir as demoras em atendimento. Além disso, a melhoria na estrutura da cidade como saneamento básico, reduziria focos de transmissão.

A vacinação contra a dengue também é importante medida para diminuição de casos, mas Belo Horizonte, em abril de 2024, possuía apenas 8% das doses necessárias para o público alvo de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, sendo importante a compra e envio das vacinas em âmbito nacional como providência para redução da doença.

O subfinanciamento da Saúde continua e tende a piorar



Nunca é demais enfatizar que esta é a principal causa do mau funcionamento do sistema.

Os mecanismos mais importantes que causam esta falta de verbas no SUS são:
a) DRU: O primeiro é a DRU, Desvinculação das Receitas da união, que permite ao governo mexer a seu bel prazer em 20% do orçamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social). A DRU surgiu em 1994 e vem sendo constantemente prorrogada pelos diferentes governos.

b) Outro obstáculo objetivo para a ampliação dos gastos com saúde pública é a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que engessa as administrações de municípios, estados e União, colocando limites burocráticos para os gastos com pessoal, sob pena de graves sanções aos administradores. Sempre que os funcionários reivindicam reajuste salarial, plano de cargos e salários ou contratação de mais funcionários para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, o governante invoca a LRF.

Esta lei também serve para impulsionar o processo de privatização da saúde, ao colocar um

limite de gastos com salários do funcionalismo público e induzir os governantes a contratarem funcionários via terceirização, já que estes gastos não entram como despesas de salários para a LRF. Não há como melhorar os serviços públicos de saúde sem um aumento significativo dos gastos com saúde, pois é uma área que exige gastos intensivos com pessoal.

c - As mulheres e a saúde

No quesito saúde, são as mulheres trabalhadoras que mais sofrem com a falta de investimento, pois são a maioria dos usuários dos serviços públicos, seja sua própria causa, seja pela responsabilização de acompanhamento dos filhos, pai e mãe, e familiares. São elas que enfrentam as enormes filas, esperam meses para consultas especializadas, e sofrem com a falta de profissionais. Por isso, a luta por uma saúde de qualidade, pública e acessível, é uma pauta das mulheres.

Além disso os trabalhadores da saúde, são compostos por um quadro majoritariamente

feminino. Segundo o COFEN, a enfermagem, profissão que está presente em todas as instâncias da saúde é composta muito majoritariamente de mulheres. As profissionais da saúde são extremamente precarizadas, com baixos salários e longas jornadas de trabalho, tendo que na maioria das vezes assumir dois empregos.

.

d - Programa

Diante desse cenário, defendemos:

- É preciso acabar com o processo de privatização continuada da saúde.

Acabar com toda gestão privada nos estabelecimentos de saúde, através das OS's (supostas "Organizações Sociais"), OSCIPs, EBSEH ou de Fundações Privadas. Pelo fim das O.S, OSCIPs, EBSEH e Comunidades terapêuticas;

- Pagamento do piso nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate a Endemias (ACE)
- Pela estatização dos hospitais filantrópicos.
- Valorização salarial e Plano de carreira para os profissionais da saúde;
- Pela ampliação dos estabelecimentos de saúde mental, baseados na reforma psiquiátrica antimanicomial;
- Contra a internação compulsória e por mais investimentos em políticas de saúde mental.
- Por uma política de drogas, com a legalização e descriminalização. Pelo fim do investimento público nas Comunidades Terapêuticas. Junto com isso, o Estado deve garantir campanhas de saúde pública e o atendimento estatal de saúde aos usuários
- Pela ampliação das políticas e investimento no combate às doenças crônicas;
- Pela ampliação da política de saúde para os idosos;
- Ampliação do SAMU, de forma pública, com valorização dos profissionais.
- Pela construção de mais leitos nos Hospitais Públicos. Construção de mais UPAS e revitalização das já existentes;
- Por uma política real de combate à doenças negligenciadas e endêmicas.
- Por uma política de saúde para as mulheres que seja mais ampla que sua saúde reprodutiva e políticas para mulheres negras e comunidade LGBTIs que abarque suas especificidades.
- Ampliação da Rede Física do SUS em Belo Horizonte
- Carga horária de 30h semanais para todos os profissionais de saúde.
- Ampliação das unidades de urgência e emergência, assistência bucal.
- Por um controle dos trabalhadores sobre a saúde da cidade. Por conselhos populares na Saúde.
- Por uma Assistência farmacêutica de qualidade e com acesso real e qualificado aos medicamentos.
- A implementação do SUS, com investimentos e contratação de profissionais em saúde por concurso público.
- Construção do Hospital Público Municipal (De imediato dois imóveis da prefeitura possuem uma estrutura para serem reformados como, por exemplo: prédios localizados na rua Paracatu e outro na rua Paraíba, onde chegou a funcionar a Cliserv.
- Luta por um SUS 100% público, gratuito e de qualidade.

8 - ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO TRANSPORTE E TARIFA ZERO

O Brasil se mantém como um país predominantemente urbano, com mais de 84,6% da população vivendo em cidades e apenas 15,6% da população vivendo nos campos, segundo dados do Censo Demográfico realizado em 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Belo Horizonte, a capital mineira, que nasceu excluindo parte significativa da população, ao garantir estrutura somente dentro da avenida do Contorno, enquanto a maior parte da população vivia fora destes limites, cresceu de forma desordenada e, em decorrência disso, vários problemas surgiram, entre eles a questão do deslocamento das pessoas na cidade e zona metropolitana.

De acordo com o Censo IBGE 2022, a população de Belo Horizonte é de 2.315.560 habitantes, mas além desta população, diariamente, a cidade é inundada por pessoas da região metropolitana que estudam e trabalham na cidade e os meios de transporte devem dar conta do deslocamento de todas essas pessoas.

Vários modais de transporte se desenvolveram, mas a partir da década de 80 os governos belo-horizontinos optaram pelo transporte rodoviário. Em consequência desta escolha, foi desenvolvido um sistema viário, onde o transporte individual (dos carros) ou de ônibus predominou. O grande uso de carros (1.724.937, em 2024) e motocicletas (288.527, em 2024) se dá pela política explícita pelo transporte viário e pela relação promíscua que os governos estabeleceram com as empresas privadas que administram o transporte para o público na cidade de Belo Horizonte. As isenções fiscais sobre a indústria automotiva e a facilitação para obtenção de crédito fizeram parte da escolha dos governos, acarretando em um aumento da frota de automóveis e utilitários.

A cidade de Belo Horizonte contabilizou, em maio de 2024, uma frota de 2.660.0539 veículos, sendo Automóvel - 1.724.937, Ônibus - 10.345, Micro-ônibus - 6.928, Motocicletas - 288.527 e Motoneta - 28.587. Somando-se ao número de pessoas que vão trabalhar de carro, em 2022 tínhamos na cidade uma frota de 6.085 táxis, e ainda um número 3 vezes maior de Uber (35 mil motoristas cadastrados), fora os que prestam serviço pela 99 Pop e Cabify.

O Sistema de transporte coletivo por ônibus em Belo Horizonte abrange 347 linhas exploradas por 35 empresas agrupadas em 4 consórcios (Pampulha, Leste, Dez, D. Pedro II) que operam uma frota de 2.678 mil veículos e transportou 23.513.636 de passageiros em maio de 2024. Em relação à 2019, o número de empresas que formavam os consórcios diminuíram, concentrando cada vez mais as empresas de transporte nas mãos de poucos.

O transporte realizado através de carros e ônibus traz grandes problemas para a cidade. Entre os problemas devemos salientar:

→ Elevado valor da passagem

Quanto do salário-mínimo é gasto pelas pessoas que pegam transporte todo dia? Quase 20% do salário mínimo é gasto usando o transporte público duas vezes ao dia e as mulheres negras possuem o maior gasto com transporte público com relação à sua renda média. Em Belo Horizonte, o valor da passagem é de R\$ 5,25, um valor muito alto em relação à qualidade do transporte público.

→ Perda de tempo no trânsito

Segundo estudo feito pelo ITDP, publicado em 2020, na capital mineira as pessoas gastam, em média, 59 minutos nas viagens em transporte público e 14% das pessoas gastam mais de uma hora em deslocamento casa-trabalho. O tempo gasto em uma viagem é um problema para todos, mas para o trabalhador que trabalha entre 8hs e 12 hs em seu dia de serviço, já exausto, encarar uma viagem, que dura entre uma e duas horas é massacrante. Compromete toda possibilidade de se preparar melhor, dificulta o acompanhamento dos filhos na escola, diminui seu tempo em casa e, conseqüentemente, seu tempo de descanso etc.

Isto tudo se dá pela opção pelo transporte automotivo. Por isto se torna fundamental o investimento no transporte via trens e metrô.

→ Má qualidade dos transportes

Um problema já enfrentado hoje é o sucateamento da frota. O tempo para os proprietários trocarem os ônibus é longo, a fiscalização da PBH ineficaz e a conivência dos vereadores explícita. Com isso, a população, cotidianamente tem de andar em ônibus em péssimo estado de conservação.

Outro problema relacionado ao transporte é a enorme distância entre os horários dos ônibus. Determinação feita pelas empresas para assim aumentar suas taxas de lucro. Com viagens mais espaçadas, os ônibus ficam mais cheios (em muitos dos casos desumanamente lotados) e assim o lucro por viagem aumenta. Garantir ônibus noturno também é uma necessidade, mas como nestes horários o lucro é menor, as empresas não atendem esta demanda, ou deixam o usuário por horas na espera.

Ainda podemos seguir enumerando problemas que criam um verdadeiro quadro de caos para os usuários: Ônibus com goteiras em dias de chuva; com ar condicionado que não funciona; com elevadores para acessibilidade que não funcionam, dificultando a vida daqueles que precisam; com problemas mecânicos, que gera inclusive incêndios em vias públicas, colocando em risco a vida de passageiros. Além disso, a falta de agentes de bordo sobrecarrega o trabalho do motorista, além de colocar em risco a vida dos passageiros, já que a atenção do motorista se divide em dirigir e fornecer troco. Os grandes intervalos entre um horário e outro gera ônibus lotados e desconfortáveis, principalmente em horários de pico. Os pontos de ônibus, em muitos locais, são escuros, sem proteção contra chuva ou sol gerando insegurança dos usuários.

A integração do transporte da capital com as cidades da região metropolitana também é um problema. Segundo o estudo do ITDP, publicado em 2020, 92% da população da região metropolitana está distante do transporte de média e alta capacidade (BRT e metrô), dificultando a movimentação das pessoas. A



ausência de um bilhete único que unifique o pagamento das tarifas de Belo Horizonte e as cidades da região metropolitana é outro fator que demonstra que não há interesse para uma integração ocorra de fato.

a - Programa

Defendemos:

- 1 - Lutar pela reestatização do Metrô, contra a precarização dos direitos dos servidores, pela aplicação da Tarifa Zero e pela retomada da ampliação. A privatização do metrô em Belo Horizonte piorou o serviço, tornando-o mais caro e com uma qualidade a desejar. Os horários entre os trens não diminuíram, pelo contrário, em alguns casos aumentaram e não há uma ampliação necessária do número de trens.
 - Luta contra a terceirização dos servidores do transporte público ferroviário (hoje em aproximadamente 70% dos cargos);
 - Luta pela ampliação dos modais do metrô de Belo Horizonte;
 - Luta pela implantação da Tarifa no metrô, financiada pelo valor pago pelas empresas mineradoras, pelo uso da malha viária pública.
 - Criação formal de Conselhos Popular de transporte compostos por trabalhadores e também por usuários das regiões atendidas por este modal do transporte coletivo.
 - a) Retorno dos agentes de bordo nos ônibus.
 - b) Melhoria na estrutura do transporte público na cidade, englobando melhoria e aumento da frota de ônibus e ampliação das linhas do metrô.
2. Interromper todos os contratos com empresas privadas que hoje detêm concessão sobre o transporte coletivo de Belo Horizonte.
 - O transporte coletivo de Belo Horizonte é controlado por apenas quatro grandes consórcios e com um recurso de subsídio público bilionário. Em 2022, a PBH repassou R\$ 237,5 milhões para as empresas de ônibus. Em 2023, foram repassados mais R\$ 512,7 milhões, com a justificativa da manutenção da tarifa no valor de R\$ 4,50. Nesse ano de 2024, foram injetados mais R\$ 306,4 milhões como créditos suplementares. A grande justificativa para o uso dos subsídios, pelas empresas de ônibus, é de que arcaria com um suposto prejuízo das mesmas, caso o transporte coletivo em BH não fosse não mais tão rentável.
 - No ano de 2023, a PBH forneceu um subsídio de R\$ 512,7 milhões (lei 11.538 de 2023), para as empresas do transporte, que alegavam redução prejuízo, diante a queda no número de passageiros e a contrapartida seria que 12 linhas, do total de 313 linhas de ônibus, passariam a rodar em algumas vilas e favelas, com tarifa zero, ou seja, as empresas garantiram o seu lucro e a população, indiretamente, pagaria por isto, via impostos. No projeto de lei original, aprovado pela Câmara Municipal, em primeiro e segundo turno, com 37 votos de 40, havia a permissão para prefeitura abrir créditos adicionais no orçamento, até o limite de R\$25,8 milhões, para implementar a medida. O prefeito Fuad Noman, que garantiu o subsídio às empresas, vetou o passe livre,

aos domingos e feriados, para todas as pessoas.

- Os acordos feitos entre a Prefeitura de Belo Horizonte e as empresas de ônibus são constantemente descumpridos, sempre à favor das empresas. Os R\$ 512,8 milhões de subsídio, em 2023, por exemplo, deveria abarcar renovação da frota e gratuidade em alguns setores, mas essas condições não foram cumpridas, em sua totalidade, pelas empresas. São 112 mil multas por descumprimento de contrato, totalizando um valor de R\$ 52,5 milhões, sendo que 43,5 mil multas já estão sendo cobradas, mas a maioria ainda são negligenciadas pelas empresas. Além disso, as empresas de ônibus são donas de uma dívida de cerca de R\$100 milhões com seus funcionários, de acordo com investigação do Ministério Público do Trabalho de Belo Horizonte (MPT). O dinheiro equivale a direitos trabalhistas que não teriam sido respeitados entre 2010 e 2014. E falta avaliação sobre os anos subsequentes.
- É necessário romper os contratos com as empresas de ônibus e estatizar o transporte coletivo na cidade de Belo Horizonte. Não é possível colocar nas mãos daqueles que apenas querem o lucro, o direito essencial da mobilidade urbana.

3. Realizar auditoria no sistema de transporte rodoviário atual

- É necessário saber o custo real de cada viagem e qual é o lucro das concessionárias e empresas que dominam o transporte coletivo de Belo Horizonte. A Auditoria dos Transportes realizada ainda no governo Kalil não apontou esses dados importantes.
- Para calcular a tarifa, divide-se o custo total do sistema de ônibus pelo número médio de passageiros que o utilizam. Acontece que, em BH, a tarifa não é calculada assim. Temos uma fórmula, chamada paramétrica, que reajusta a tarifa de um ano para o outro, baseada em alguns índices (planilha que se baseia na comparação da inflação, dos salários dos funcionários, do diesel, dos pneus, dos veículos, avaliado de acordo com o aumento em relação ao ano anterior). Ela não verifica os custos reais das empresas de ônibus: se as empresas gastam menos, a população não paga uma tarifa menor por isso. Até o governo de Pimentel, em BH, o cálculo era feito a partir de uma metodologia chamada de GEIPOT (1996). Sem o GEIPOT e sob o controle das empresas vimos surgir o problema da falta de avaliação dos custos operacionais e dos lucros das empresas privadas do transporte coletivo de Belo Horizonte (chamadas vulgarmente de "caixa preta").

4. Construir um Fórum de Debate sobre o papel do transporte público como serviço público, coletivo e gratuito ao conjunto da sociedade.

- Debate sobre a limitação dos transportes de Belo Horizonte na procura pelo emprego; estudar; fazer cursos; acessar a saúde, espaços esportivos e de lazer. Segundo estudo do IDTP, publicado em 2022, mais de 100 mil pessoas não conseguem acessar um serviço de saúde de baixa complexidade em menos de 30 minutos a pé. Além disso, 51% das crianças e adolescentes entre 4 e 12 anos precisam caminhar mais de 15 minutos para chegar à sua instituição de ensino.

5. Readmitir os agentes de bordo para trabalhar nos ônibus e criar Tarifa Zero para a população.

- É inadmissível que os agentes de bordo, chamados de cobradores, dos ônibus sejam jogados no desemprego e que suas atividades sejam somadas às já existentes para os motoristas.
- É possível a instauração de gratuidade da tarifa para a população, desde que não sejam as empresas de ônibus, com sua sede de lucro, que dominem o transporte coletivo na cidade.

6. É preciso estatizar as empresas de ônibus construir de uma empresa Municipal única de transportes urbanos, que integre ônibus, trens e metrô sob controle dos funcionários e usuários do sistema.

- Em Belo Horizonte, a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete a grande maioria da população e os trabalhadores a um inferno diário, é causado pela lógica privada do serviço, que beneficia os lucros das grandes concessionárias. Só um transporte estatal, sob controle dos trabalhadores, pode garantir um serviço barato, a preço de custo, de qualidade e rumo a tarifa zero.
- O Artigo 6, da Constituição fala do Direito Social da população ao Transporte e o transporte como vemos atualmente nos mostra claramente que este direito não é cumprido.
- Dos 5.565 municípios do Brasil, 101 adotam a Tarifa zero, em 2024. A maior delas, do ponto de vista populacional, é Caucaia (CE), com mais de 355 mil habitantes. Depois vem Maricá (RJ), com 197 mil pessoas. Em Caucaia (CE), em 2023, eram utilizados 70 ônibus (eram 48 ônibus) para garantir a operação do transporte da cidade e a prefeitura destina o montante de R\$ 3 milhões por mês, para financiar a operação. Este é um exemplo claro que ocorreu a substituição do transporte privado pelo público. Como consequência teve a redução do uso de gasolina e automaticamente isto impactou na emissão de gases poluentes na cidade. Podemos pensar em uma dezena de aspectos positivos para isto. Em São Caetano do Sul, SP, (governo do PSDB), com 166 mil pessoas, o projeto custa R\$ 35 milhões por ano, o que significa 1,44% do orçamento municipal, em 2023.
- A estatização do transporte e gratuidade da passagem garantiria: Facilidade para a população realizar tratamentos médicos, ter acesso aos espaços educacionais, aos equipamentos culturais da cidade e aos aparelhos governamentais; possibilidade às pessoas desempregadas de procurar emprego; redução no custo de vida das famílias trabalhadoras;
- Redução do custo operacional dos pequenos comerciantes e produtores; provável redução do tempo das viagens; redução do desgaste dos motoristas de ônibus que hoje são cobradores, fiscais e motoristas; fim da relação conflituosa entre os trabalhadores/as dos ônibus e passageiros e redução no número de carros que rodam na cidade, diminuindo o trânsito.

7. É preciso uma política para os trabalhadores rodoviários em Belo Horizonte,



com a criação da empresa Municipal única de transportes urbanos:

- Garantia dos empregos dos atuais trabalhadores do setor.
- Valorização salarial
- Criação de um plano de carreira
- Estabelecimento de uma jornada de trabalho de 6 horas/dia, com descanso semanal remunerado.
- Concurso público para os novos servidores da empresa de transporte municipal.

8. Criar Conselhos Populares Regionais compostos por trabalhadores e usuários do transporte coletivo nas regiões de Belo Horizonte. É fundamental que os trabalhadores, somados a população das regionais, possam decidir sobre o funcionamento do transporte que os atenderá.

9. Expansão das pistas específicas para ciclismo, criação de novas pistas e campanha de conscientização no trânsito, sobre as pistas exclusivas a prática do ciclismo.

- O aumento da prática do ciclismo depende muito da diminuição do número de veículos nas vias urbanas e isto só se dará com a eficiência do transporte de massa, isto é, metrô e ônibus auxiliares.
- Hoje temos pistas que não tem segmentação, são mal cuidadas e não contam com informação da PBH para que seu uso seja respeitado e nem com fiscalização. Por isto é necessário a criação de mais pistas, dar segmento as que existem e garantir uma campanha de uso consciente.
- Segundo dados do ITDP, publicado em 2022, apenas 11% da população moram próximo à ciclovias ou ciclofaixas, uma contradição, já que 70% das pessoas que utilizam as bicicletas ganham até 3 salários mínimos. A construção de ciclovias, seguras e contínuas, bicicletários acoplados à metrô e estações de ônibus e incentivos ao uso de bicicletas seriam medidas importantes para consolidar esse meio de transporte na cidade.

9 - A FALTA DE MORADIA EM BELO HORIZONTE: ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO.

A falta de moradia é um problema presente em muitas cidades brasileiras, incluindo Belo Horizonte, a capital de Minas Gerais. Este fenômeno pode ser compreendido como o resultado de um processo de ocupação do espaço que foi executado de forma desigual e violenta, servido para garantir a manutenção do sistema capitalista em formação ainda na época da colônia.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, aproximadamente 1,5 milhão de brasileiros estavam sem-teto. Em Belo Horizonte, a situação se torna ainda mais crítica, com um número crescente de famílias vivendo em condições precárias.

a - Crescimento Populacional e Urbanização

Belo Horizonte tem enfrentado um rápido crescimento populacional nas últimas décadas. De acordo com o censo de 2021, a população da cidade ultrapassou os 2,5 milhões de habitantes, levando a uma demanda crescente por habitação. A urbanização acelerada tem gerado um aumento na especulação imobiliária, resultando em um aumento nos preços dos aluguéis e na dificuldade de muitas famílias para acesso a moradias adequadas.

A desigualdade social é um dos principais fatores que contribuem para a crise de moradia em Belo Horizonte. Dados do IBGE mostram que a cidade apresenta um alto índice de pobreza, com cerca de 20% da população vivendo com menos de meio salário mínimo por mês. Essa situação torna difícil para muitas famílias arcar com os custos de habitação, levando-as a buscar alternativas em áreas informais ou a viver em ocupações.

As moradias enquadradas como não adequadas, infelizmente, não compõem os índices oficiais do déficit habitacional, mas sem dúvidas devem ser consideradas para a construção de qualquer programa habitacional de uma cidade. De acordo com o último censo a Região metropolitana de BH possui 371.561 moradias inadequadas, correspondendo a 19,3% das moradias da região, os dados precisos da cidade não foram discriminados no censo.

Outro dado que merece destaque é o número de moradores em ocupações urbanas, e o número de imóveis vagos em BH. De acordo com o censo de 2022 do IBGE, Belo Horizonte possui aproximadamente 110.000 imóveis desocupados, em que pese que nem todos estarem em condições de se transformarem em moradias, é um número extremamente expressivo. Este

número corresponde a quase 10% das moradias de BH. Este alto índice demonstra claramente um mecanismo privilegiado para diminuir a oferta e com isso aumentar o valor dos aluguéis, ou seja, da especulação imobiliária: fechar imóveis.

A crise econômica no nosso país trouxe consequências que tornam cada vez mais impossível o horizonte de uma casa própria ou uma moradia digna para todos. Essas consequências são o desemprego, o corte de direitos trabalhistas, a inflação nas alturas, o enorme endividamento e a consequente inadimplência de grande parcela da população.

Junto com isso, o alto valor dos aluguéis “empurram” os trabalhadores (as) mais precarizados (as) para bairros cada vez mais distantes de seus locais de trabalho, fazendo com que se gaste, em média no Brasil, cerca de 13 horas com o trabalho (deslocamento + jornada de trabalho). Cada vez mais famílias são levadas a morar em vilas e favelas, ou até mesmo em ocupações urbanas, convivem com o tráfico de drogas, a violência policial e a discriminação. Na sua maioria são famílias negras e muitas chefiadas por mulheres, que além de todos os problemas econômicos citados acima passam por diversas situações de opressão e violência racista e machista que tornam suas vidas ainda mais pesadas.

Quando o sistema capitalista não consegue garantir o mínimo para a sobrevivência da classe trabalhadora, a organização e a luta é o único caminho viável. Por isso, as ocupações urbanas vem ganhando cada vez mais corpo, pois mostra que diante da ausência de políticas públicas do Estado capitalista, a classe trabalhadora irá se organizar para garantir o que é mínimo para sua sobrevivência.

Infelizmente Belo Horizonte não é uma ilha. A lógica adotada em nossas terras é a mesma que prevalece no país inteiro, alimentada pelos modelos de política adotada pelos governos federais. Durante o governo de Bolsonaro com o programa Verde Amarelo, houve uma paralisia quase completa da construção de moradias populares, e um plano de privatização da regularização fundiária.

No entanto, O Programa Minha Casa, Minha Vida, embora tenha contribuído para a construção de habitações populares, não conseguiu atender a toda a demanda existente. Acabou sendo uma política que serviu mais para a transferência de recursos para as grandes empreiteiras e o setor privado lucrarem com o dinheiro público. Além disso, a burocracia e a falta de informações muitas vezes dificultam o acesso das famílias cadastradas aos benefícios, perpetuando a situação de vulnerabilidade social.

A falta de moradia adequada afeta diretamente a saúde e o bem-estar das pessoas. Estudos têm demonstrado que famílias sem acesso a moradias dignas enfrentam sérios problemas de saúde, incluindo doenças respiratórias, doenças de pele e doenças transmitidas por vetores. A precariedade das condições de vida também gera um impacto psicológico significativo, contribuindo para problemas como depressão e ansiedade.

Outro aspecto preocupante é o aumento da violência nas áreas mais afetadas. A ausência de infraestrutura e serviços básicos pode criar um ambiente propício para o aumento da criminalidade. O Relatório de Segurança Pública de Minas Gerais apontou que as áreas com maior concentração de



ocupações irregulares apresentam índices de criminalidade mais elevados, o que afeta principalmente a população mais jovem.

Para combater a crise de moradia em Belo Horizonte, é essencial que o governo municipal implemente políticas públicas mais efetivas. Isso inclui a construção de novas unidades habitacionais em áreas bem localizadas e acessíveis, além da regularização de todas as ocupações, garantindo que as famílias tenham acesso a direitos básicos, como serviços de água, esgoto e eletricidade.

Mas para isso, é preciso tirar dos grandes capitalistas. Precisamos acabar com a farra das isenções de impostos, que beneficiam os grandes empresários da mineração e do agronegócio, para garantir mais investimento em políticas públicas, incluindo aí a política para moradia.

b - IPTU fortemente progressivo

Um dos grandes problemas do capitalismo é a questão da propriedade. O segredo da desigualdade, miséria e incapacidade de garantir a sobrevivência é o acesso a propriedade, pois, nessa sociedade, ela é a porta para se acessar a riqueza. Sendo assim, uma forma de mitigar essa questão, enquanto os meios para produzir se encontram nas mãos de algumas pessoas, é reduzir gradualmente a fatia da riqueza que os proprietários acessam enquanto meros proprietários. Isto é, sem trabalhar e sem produzir efetivamente essa riqueza.

O IPTU progressivo é uma forma de aplicação do imposto que aplica taxas diferentes para imóveis que são diferentes. Quem é milionário ou dono de fábricas e grandes estabelecimentos comerciais devem pagar mais imposto e não serem isentos de pagamento como em geral fazem os governos. Imóveis residenciais de famílias que recebem até 1 salário-mínimo devem ser isentos de cobrança. Imóveis comerciais devem pagar mais que imóveis residenciais.

É um instrumento que existe, mas não é utilizado porque os prefeitos não têm, em geral, coragem de enfrentar os especuladores. Como funciona? Se um dono de imóvel deve IPTU, a prefeitura pode cobrar esse imposto pegando para ela um pedaço desses mesmos imóveis que seja correspondente ao valor da dívida. A proposta é que seja aplicado o instrumento “doação em pagamento” em todos os imóveis com dívidas e que estes imóveis possam vir a compor um banco de terras públicas e a lista das edificações que serão transformadas em moradias populares estatais ou outras necessidades públicas.

c - Programa

É urgente que medidas efetivas sejam tomadas para garantir o direito à moradia digna e tirando dos super-ricos que nada contribuem para o funcionamento da sociedade. Precisamos de uma verdadeira revolução socialista, organizada pelos trabalhadores e trabalhadoras por meio de



conselhos populares, para garantir o que é necessário para a nossa classe e botar pra fora esses governos que só servem para atender as necessidades dos exploradores.

Medidas socialistas para superar o déficit habitacional em Belo Horizonte:

- Desapropriarmos, sem indenização, os imóveis vagos, ou seja, aqueles que não representam a complementação de renda da população trabalhadora mais empobrecida.
- Readequação destes imóveis para que sirvam de moradia. Regularização de todas as ocupações urbanas.
- Implementação de IPTU fortemente progressivo, que isente a população que recebe até 5 salários-mínimos.
- Construção de uma empresa municipal de obras públicas que possam construir ou readequar as moradias e imóveis já existentes em parceria com as universidades públicas que gere emprego e renda para a população, sob o controle dos trabalhadores e trabalhadores
- Controle do preço dos aluguéis
- Fim das isenções de impostos para os grandes empresários
- Desapropriação, sem indenização, das empresas envolvidas em corrupção

10 - POR UMA JUVENTUDE REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA.

Em nosso país, o problema da informalidade sempre foi um tema de debate e algumas políticas foram propostas na tentativa de reverter esse quadro. Mas boa parte das iniciativas foram apenas jargões políticos. Nos anos de maior estabilidade econômica, com o crescimento a partir da venda das commodities, criou-se uma falsa sensação de que caminhávamos no sentido de uma estruturação do Brasil e, conseqüentemente, das relações de trabalho. Porém, os números nunca confirmaram uma mudança qualitativa. E com a crise que se abriu entre os anos de 2012 e 2013, ficou claro a fragilidade dessas relações e como a classe trabalhadora foi rapidamente empurrada para uma situação de maior precariedade.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<i>População</i>	200.448	202.187	203.871	205.500	207.075	208.594	209.496	211.652
<i>Autônomos, pequenos e grandes prop</i>	16.472	16.393	16.243	15.653	16.651	17.229	19.373	14.323
<i>Trabalho assalariado</i>	48.948	49.572	48.061	46.060	46.282	43.181	42.343	42.441
<i>Subempregados</i>	33.675	32.653	32.255	31.240	34.449	33.621	36.486	28.023
<i>Sem Emprego</i>	36.080	38.333	42.278	47.089	44.073	48.612	45.090	63.397
<i>Aposentados que não trabalham - 13,</i>	24.335	25.079	25.507	26.329	26.908	27.322	27.796	28.178
<i>Fora da idade de trabalhar - 18,52%</i>	40.937	40.158	39.527	39.129	38.713	38.629	38.408	35.290

Ou seja, ficou evidente que a falta de estrutura cobrou um preço, uma vez que os trabalhadores sentiram diretamente o impacto da crise, perdendo seus empregos e meios de sobrevivência. Vejam, com o passar dos anos, o número de pessoas em trabalhos assalariados formais só caiu em nosso país, enquanto o número de pessoas sem emprego aumentou cada vez mais. E é em função desse cenário, que os empresários e capitalistas se sentem tão confortáveis em propor mudanças nas relações de trabalho, como a reforma trabalhista do governo Temer, que no fim, são mais ataques aos trabalhadores. Uma forma de transferir as consequências da crise e da queda de seus ganhos para o polo mais frágil da relação, os trabalhadores.

Não por acaso uma tarefa das mais fundamentais posta na realidade à organização dos trabalhadores é a luta contra o desemprego. Sejam para os desempregados, diretamente atingidos em seus meios de sobrevivência, seja aos empregados, que sentem a ameaça permanente com a sombra do desemprego.

Mas ainda existem outros elementos a se extrair dos números acima que nos ajudam a compreender a realidade que vivemos.

Observem o número de pessoas fora da idade para trabalhar. Percebam como esse número vem reduzindo aos longo dos anos. Isso significa muita

coisa para o Brasil. A primeira delas é mais auto evidente é como a sociedade brasileira está envelhecendo. Ou seja, temos mais adultos com o passar dos anos do que crianças e, conseqüentemente, teremos mais idosos em nossa sociedade. Essa mudança na pirâmide etária brasileira também é um fator que temos de levar em consideração em nossas análises sobre a classe trabalhadora e as mudanças nas relações de trabalho.

Esses jovens, que entram ao mercado de trabalho, entram sob quais condições? Sabendo que o número de trabalhadores assalariados tem caído e aumentado a massa de pessoas sem emprego e na informalidade, percebemos que nossos jovens já entram no mercado de trabalho na informalidade, já se tornam trabalhadores precários quando encontram uma função.

Não por acaso a MP da Carteira Verde Amarela teve como foco o primeiro emprego. Sabendo da mudança que vem ocorrendo no cenário brasileiro, o governo apresentou um política que o fizesse parecer preocupado com esses jovens que adentram ao mercado de trabalho. Mas podemos dizer que a naturalização da precariedade foi a marca da MP e segue sendo a política defendida pelo governo Bolsonaro. A proposta visava a contratação de jovens que estavam em busca de seu primeiro emprego sem o respaldo dos direitos trabalhistas. Ora, se esses meninos e meninas já entram no mercado de trabalho em condições informais, a MP acabou legalizando a precariedade com o rótulo de formalidade e, não por acaso, foi duramente rechaçada pelo movimento de trabalhadores.

Em uma realidade em que as relações de trabalho são marcadas pela fragilidade, pela vulnerabilidade, as mudanças na CLT ecoam com muita força na vida dos trabalhadores. Percebemos que a intenção dos governos e patrões é que essa precariedade continue existindo, uma vez que permite um controle maior por parte deles sobre os trabalhadores.

Ou seja, se a marca da classe trabalhadora em todas as capitais é de falta de amparo e dificuldades de sobreviver, fica nítido que para a juventude o que se apresenta é ainda mais grave. Se a necessidade de entrar no mercado de trabalho é um imperativo ao jovem de famílias de baixa renda, qualquer proposta parecer ser um grande negócio, mesmo que sem qualquer tipo de amparo legal e formal.

Além disso, não é amplamente mencionado que obedecer às diretrizes do empregador frequentemente implica suportar uma variedade de condições adversas em jornadas de trabalho extensivas, como as de 6x1, e manter silêncio para “se alinhar à cultura da empresa”. Não é revelado que indivíduos LGBTI+ podem enfrentar discriminação e opressão no ambiente de trabalho, ou até mesmo encontrar dificuldades para conseguir emprego. Também não se destaca que o otimismo expresso pelo “tudo vai dar certo” pode significar, para muitos, enfrentar diversos desafios para obter um diploma e uma pós-graduação, e ainda assim enfrentar a incerteza quanto à obtenção de um emprego estável ou a capacidade desse emprego de cobrir as despesas em um contexto de alta inflação urbana. Somando-se a isso, a falta de perspectivas contribui para o surgimento de diversos problemas de saúde mental. A depressão, a ansiedade e dificuldades de concentração estão se tornando cada vez mais comuns entre pessoas mais jovens.



Os jovens negros sofrem com a violência policial, o pulão em todo evento, e nem sequer a prefeitura organiza e divulga os dados da violência sobre os jovens negros, que não são atualizados há mais de seis anos. Na última vez, constatou-se que os negros morriam 3,5x mais que os brancos, segundo o Mapa da Violência de 2018.

O número de jovens em situação de rua no centro da cidade escancara a realidade da capital do sudeste com maior percentual de moradores de rua, e a segunda capital do Brasil com tal realidade, ao passo que a prefeitura segue com tentativas de desocupação e impede a moradia nos vários prédios desocupados. A realidade da juventude é a realidade da população trabalhadora manifestada de forma potencializada.

E enquanto isso o meio-ambiente está sendo devastado e parece que o planeta está caindo aos pedaços. Em Belo Horizonte e região, todo dia um novo empreendimento da mineração ameaça as cachoeiras, polui o ar e ameaça a disponibilidade da água, isso tudo em meio às mudanças climáticas, ondas de calor e perspectivas de uma qualidade de vida reduzida em poucos anos.

Essa é a realidade da maior parte dos jovens da cidade. Mas tem uma parte, muito menor, que vive muito diferente. São os jovens bilionários, e os filhos dos donos do capital. Para eles, ser parte da construção da cidade significa estudar, se preparar, se conhecer e se divertir e, no futuro, utilizar seu patrimônio para abrir empresas e investir em empreendimentos. Esse jovem “faz sua parte” ao “dar oportunidades” para o trabalhador. Cabe a nós agradecer por investirem e “abrirem as portas”.

O pior de tudo é que, a juventude pobre é ideologicamente convencida de que não alcançar os êxitos do jovem rico é culpa delas. Projetos como o Novo Ensino Médio (NEM), que também afeta a educação do nosso município, vem para homologar a ideologia do “faça você mesmo”. Lula aprovou o NEM, que vai destruir a escola pública, abrindo brechas para a privatização, e criar um abismo entre a escola dos trabalhadores e a dos filhos dos ricos, aprofundando a desigualdade entre o ensino técnico e o regular. Sob o argumento de encarar o problema do emprego entre os jovens, na verdade adequa a escola ao mercado de trabalho precário, endossando as iniciativas de “transição escola-trabalho” do imperialismo, que na prática transformam o jovem em um trabalhador explorado cada vez mais cedo.

a - O que fazem os outros?

Só há uma opção para quem quer defender o povo trabalhador, e também combater a extrema-direita, os bolsonaristas e fascistas de plantão, que vão disputar nossa prefeitura e também pretendem eleger uma gigantesca bancada de vereadores: ajudar a disseminar essas ideias de crítica ao capitalismo e, como parte disso, crítica a Lula e aos partidos que se dizem defender os trabalhadores, mas o que fazem é acabar mantendo e renovando os setores da burguesia.

As organizações políticas e lideranças que falam que o único possível de ser feito é estar com a esquerda capitalista estão buscando um meio termo para mascarar que estão mudando de lado. Por exemplo, em BH e várias cidades, o PSOL vai sair como vice do PT para a prefeitura. Diante da catástrofe, em que uma posição revolucionária consistiria em chamar os trabalhadores para se auto-organizarem e governar, o lamentável papel do PSOL é o de canalizar tudo para as eleições.

Se ancoram numa compreensão do senso comum, que não encara os partidos do ponto de vista do projeto político que sustentam no capitalismo, e sim como ajuntados de intenções, que podem ser boas ou ruins. Mas, uma vez que se concorda em governar o capitalismo, não há mais volta.

Para ter uma BH mais alfabetizada e com mais educação de qualidade, o que é preciso? A primeira coisa é investimento, nas escolas e universidades, só que para isso precisamos atacar os lucros e interesses da burguesia em relação ao orçamento. No entanto, não apenas isso, porque como precisam de uma educação limitada a servir seus interesses, só investem no que dará retornos para uma cidade que seja prestadora de serviços. Sem mudar nossa desindustrialização, nossa submissão ao imperialismo e à burguesia, não tem como ter uma educação de qualidade para todos. Isso começa por exigir a revogação do NEM, projeto que pretende ampliar as privatizações das escolas e garantir uma mão de obra mais precarizada para a juventude, mais serviçal, menos remunerada, e que não estuda para resolver os problemas da própria população.

A segunda medida que os jovens trabalhadores precisam hoje seria emprego com boa renda. Para conseguirmos isso, o que precisamos fazer? De que maneira seria possível garantir 100% da população empregada, se a burguesia se beneficia do desemprego? Vejamos: se há uma grande massa de desempregados, eles podem rebaixar o salário de todos, e ainda manter na linha quem é empregado, através do assédio e imposição do medo.

Para uma cidade como a nossa, frente à miséria e fome de parte da população, será que não faria sentido criar um jeito em que mais pessoas pudessem estar empregadas e ter renda? Por exemplo, se diminuíssem as horas de trabalho por dia de todos, para empregar mais pessoas, e aumentar os salários de acordo com a inflação. No modo como funciona a sociedade hoje, não há como. Por isso é necessário que a cidade acabe com a escala 6x1, que submete os jovens pobres a uma rotina adoecedora, e empregue o conjunto dos jovens inclusive nos setores de infraestrutura decadentes da cidade, na construção civil, no sistema de saneamento básico, produção de tecnologia, etc.

Portanto, é possível garantir os direitos que precisamos para viver uma vida mais digna e humana? Sim, seria possível. O que nos impede de realizar essas mudanças? A pergunta fundamental não é se é possível fazê-las, mas sim: como fazê-las? Nossa luta por educação pública de qualidade, para ter acesso ao acúmulo científico e tecnológico, assim como a luta por emprego e salário, devem estar ligadas a tirar tudo isso das garras da burguesia, que é quem impede o pleno desenvolvimento de tudo para os trabalhadores.

Outra demanda que precisamos implementar para reverter a crise climática é diminuir as emissões de carbono. E a crise climática afeta mais os setores

pobres, mulheres e negros na cidade. Então se trata de uma medida para defender os explorados e oprimidos. Só que pra fingir responsabilidade, o capitalismo vestiu sua roupagem ecológica. Grandes empresas como a Vale, junto com o governo do estado estão implementando projetos de Mineração que afetam aquíferos, poluem o ambiente, desmatam. E esses efeitos são intrínsecos à mineração, isso quando não causam desastres ecológicos que matam centenas de pessoas, como aconteceu em Brumadinho.

Isso quer dizer que, para ser capaz de levar até o fim as medidas climáticas, seria necessário enfrentar os capitalistas da Vale e estatizá-la sob controle dos trabalhadores, para que de fato a extração de minério não gerasse danos ambientais irreversíveis mesmo a longo prazo, e servisse apenas às necessidades das pessoas, sem o objetivo único de lucro para tantas empresas e pessoas que dividem e especulam as ações da Vale.

Todas as medidas andam juntas. BH é uma cidade forjada sobre rios, pra garantir que as avenidas comportem milhares de carros nas ruas liberando CO2. Parte da solução ambiental também passa por reduzir o uso do transporte individual na cidade, e isso se dá também ampliando um transporte coletivo 100% público e gratuito, que funcione de fato, com mais veículos em melhor qualidade, e com uma linha de metrô que de fato atenda às regiões. A única forma do transporte cumprir sua função, e atender aos jovens que precisam se locomover, é garantindo a tarifa gratuita. Para isso, o transporte não pode servir ao interesse privado, com lucro de milhões e subsidiados pela prefeitura. O transporte precisa ser municipalizado, sob o controle da comunidade, que vai definir diante das próprias necessidades o funcionamento do sistema de locomoção. Cada coisa na cidade precisa ser arrancada da garra da burguesia. Tirar das garras da burguesia significa atacar a propriedade dos ricos, que sufoca não só a produção, mas também o próprio desenvolvimento científico e educacional. A burguesia brasileira, sócia menor do imperialismo, prefere abrir mão de qualquer tipo de autonomia em prol de ganhar alguns trocados a mais do imperialismo. Ou os trabalhadores e da juventude que nada tem a perder a não ser suas correntes, que são os reais beneficiários dessas mudanças e que, juntos, representam uma força capaz de garanti-las, atacam a propriedade da burguesia, ou o mundo continuará girando como é hoje.

b - Programa

Por tudo isso, defendemos:

- Fim da escala 6x1! Divisão do trabalho entre todos os jovens e desempregados de acordo com as necessidades de produção da cidade.
- Pelo fim do Novo Ensino Médio de Lula: Mais investimentos em educação, contra o projeto de privatização das escolas.
- Transporte gratuito para toda a juventude, não só os estudantes do ensino médio.
- A juventude quer direito ao futuro: Pela estatização das empresas de minério que destroem o meio ambiente!
- Fim do encarceramento da juventude negra e periférica.

11 - COMBATE AO RACISMO, AO MACHISMO, À LGBTFOBIA, À XENOFOBIA E À EXPLORAÇÃO.

A luta contra o machismo e todos os tipos de opressões faz parte da luta por uma nova sociedade. É necessário que os governos municipais tenham políticas concretas para a mudança na vida das mulheres trabalhadoras, já que o machismo as ataca seja na educação, na saúde, nas relações pessoais e de emprego. Apesar de uma certa ilusão de que as mulheres estão emancipadas, o que se vê na realidade é que as mulheres continuam ganhando salário menor que o dos homens ocupando o mesmo cargo, sofrem violências cotidianas pelo fato de serem mulheres e sofrem a combinação do machismo junto à exploração.

Sabemos que as eleições não resolvem os problemas da classe trabalhadora, mas não podemos deixar de colocar esse assunto como central em nossas discussões e nas nossas propostas para a cidade. Nesse texto apresentamos pontos que vão ser defendidos por nossos candidatos e candidatas.

a - Emprego e Educação

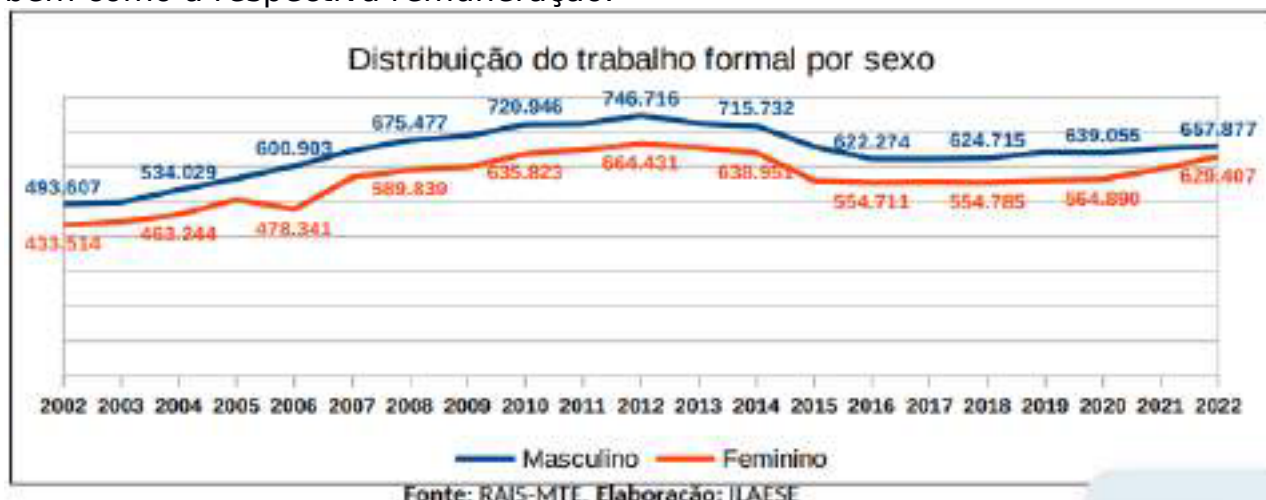
O machismo é expresso nas ocupações e no mercado de trabalho. As mulheres apresentam mais desvantagens na forma de inserção no mercado, na segregação ocupacional e nos rendimentos médios. No quarto trimestre de 2023 a taxa de desemprego entre as mulheres era de 9,2% e a de homens era 6,0%, no caso das mulheres negras o índice de desemprego chegou a 11,1%, segundo a PNAD Contínua. Em Minas Gerais, no primeiro trimestre de 2023, a taxa de desemprego entre as mulheres foi de 8,4% e a dos homens de 5,7%.

Lembramos que muitas empresas, nos períodos de crise, com o objetivo de manter seus lucros, sabem que as mulheres recebem menor salário e estão mais dispostas a aceitarem piores condições de trabalho, para manutenção de suas famílias, já que são muitas as que têm apenas as mulheres com fonte de renda. As empresas também aproveitam a reforma trabalhista para propor contratos temporários e fragilizar as relações trabalhistas, sem garantias.

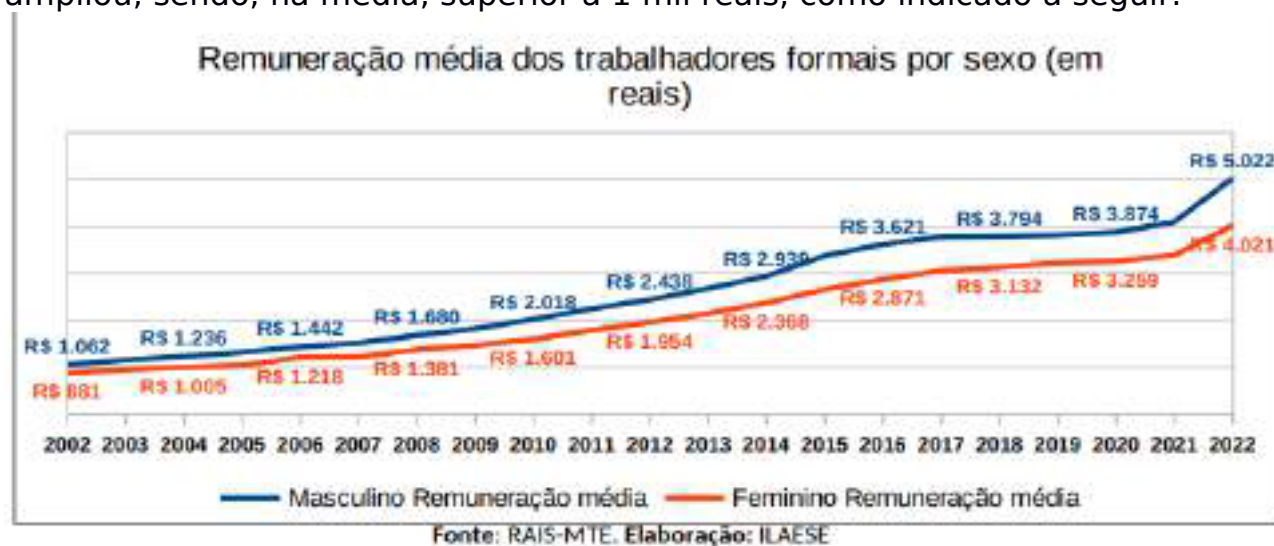
Além do desemprego, as mulheres, em 2023 receberam uma média salarial de R\$ 2.562, enquanto que entre os homens a média foi de R\$ 3.323, ou seja, 22,3% a menos. Todos esses elementos atingem ainda mais as mulheres negras que, em 2023 tiveram como renda média R\$ 1.582,00, um valor 47% menor que a média da população que foi de R\$ 2.982,00, já que as mesmas são muitas vezes chefe de família, sofrem com os empregos mais precarizados, recebem os menores salários e possuem menor índice de escolaridade. Em momentos de crise, as negras são o setor entre as mulheres

que se encontram mais desempregadas ou em empregos altamente rotativos.

Em Belo Horizonte, essa regra não deixa de existir. Nos gráficos a seguir, trazemos um quadro da distribuição do trabalho formal por sexo na cidade, bem como a respectiva remuneração.



Com a mudança de critérios, feita pela RAIS, temos um número muito próximo de trabalhadores do sexo feminino e masculino ao fim de 2022: São 629 mil empregos ocupados pelas mulheres e 657 mil pelos homens. No entanto, a diferença de remuneração entre ambos não reduziu, mas se ampliou, sendo, na média, superior a 1 mil reais, como indicado a seguir:



A Lei 14.611/2023 sancionada ano passado, conhecida como a Lei da Igualdade Salarial, prevê equidade de remuneração para as pessoas independente da raça, sexo, origem, etnia ou idade. Além disso, a Lei prevê a realização de relatórios semestrais com o salários de homens e mulheres, para empresas acima de 100 trabalhadores, e multa para quem não cumprir a Lei. Sem dúvidas a diferença salarial entre homens e mulheres é uma realidade fruto do machismo e da exploração em nossa sociedade. Sabemos que a opressão às mulheres e a necessidade de lucro da burguesia as conduzem para salários mais rebaixados para a mesma função, mas uma Lei não



acompanhada de investimentos, cobranças e fiscalização ficará, infelizmente, apenas no papel. A luta pela real implementação dessa condição de igualdade deve ser cotidiana e de muita mobilização.

A dupla jornada de trabalho afeta diariamente as mulheres, o trabalho doméstico junto a um ou dois empregos as sobrecarregam. Segundo o DIEESE, em 2022, as mulheres dedicaram, em média, 17 horas ao trabalho doméstico, enquanto para os homens esse tempo foi de 11 horas para as mesmas obrigações. A Reforma da Previdência ataca o direito dos trabalhadores e principalmente das mulheres, já que a igualdade da idade de aposentadoria não leva em consideração essa mesma dupla jornada de trabalho.

A redução da jornada para 30 horas semanais, sem a redução de salário, o combate à precarização do trabalho, tanto na iniciativa privada quanto no serviço público, são necessidades para melhorar a vida dos trabalhadores e especialmente das trabalhadoras. Ainda é necessário uma garantia de previdência às donas de casas, já que muitas vezes seu trabalho não é reconhecido.

O tema da educação atinge diretamente as mulheres da cidade. O cuidado com os filhos, em geral, é colocado sobre as mães, mas o cuidado dos mesmos deve ser também responsabilidade do Estado. O Estado precisa garantir, além de Educação, a segurança e a saúde das crianças para que as mães possam trabalhar e se desenvolver profissionalmente. Essa responsabilidade recai sobre as mulheres, que são as mais cobradas por garantir a educação para as crianças e adolescentes, seja para conseguir a matrícula em uma escola quanto na educação em si, já que a maioria dos profissionais da educação são mulheres. As EMEIS existentes em BH são em um número que não atende a demanda das crianças de 0 a 5 anos e muitas vezes, as mães tem que gastar parte de seu salário com creches particulares, ainda mais após a manutenção da grande limitação do ensino integral nas Escolas Municipais, além de redução drástica no número de berçários.

b - Violência

A violência contra a mulher e o seu crescimento nos últimos anos mostra a face mais cruel do machismo em nossa sociedade. Os números no Estado de Minas Gerais são alarmantes, mesmo sendo subnotificados. Segundo o Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais, ocorreram, em 2023, 183 casos de feminicídio no Estado, sendo 14 em Belo Horizonte; 154.742 casos de violência contra a mulher em Minas Gerais, sendo 19.478 em Belo Horizonte. Lembramos que esses são os dados oficiais, não sendo os dados reais, já que muitas mulheres ainda enfrentam a dificuldade de denunciar seus agressores antes de serem mortas. As violências físicas (homicídio, agressões e estupro), psicológicas (ameaça, constrangimento, sequestro e cárcere privado) são exemplos de agressividades cometidas contra as mulheres cotidianamente. A maioria das vítimas são negras, com idade entre 25 e 44 anos de idade. A maioria dos agressores são companheiros ou cônjuges e ex-companheiros e ex-cônjuges, não descartando familiares e parentes.

Belo Horizonte integra a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência

Contra a Mulher com Benvinda - Centro de Apoio à Mulher – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Casa Abrigo Sempre Viva, Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher de Minas Gerais e uma delegacia especializada em violência contra a mulher, além do Centro de Referência Tina Martins. Esses locais são insuficientes para a demanda de violência de gênero na cidade, sendo necessário uma ampliação desses serviços. Além disso, as medidas protetivas, que teoricamente são concedidas em até 48h não são eficazes, já que existem poucos oficiais de justiça para comunicar os agressores.

c - Direitos Reprodutivos, Sexualidade e Aborto

O aborto é uma das maiores causa de mortalidade materna, decorrente da não legalização e descriminalização. Ainda é alto o número de pessoas com útero que morrem vítimas de aborto ilegal por ano no país.

O aborto também é um problema de saúde pública, que atinge principalmente as mulheres trabalhadoras, pois são as que não possuem dinheiro e acesso às clínicas particulares e acabam fazendo o aborto em casa, sem nenhuma segurança ou acompanhamento. Além de ser um problema de gastos com internações causadas por complicações por aborto. Devemos também levar em consideração que homens trans não possuem nenhuma política pública específica na capital para discussão e realização de aborto seguro.

É preciso que Belo Horizonte, que hoje possui cinco hospitais que realizam aborto legal (Maternidade Odete Valadares, Hospital das Clínicas, Odilon Behrens, Julia Kubitschek e Santa Casa) aumente o número desses locais, além de ampliar informações às pessoas com útero sobre esse direito.

É necessário uma campanha ampla pela descriminalização e legalização do aborto. É uma hipocrisia que o aborto aconteça sem que o Estado se responsabilize pelas pessoas com útero. Além disso, é preciso políticas públicas de acolhimento a quem deseja fazer aborto, com orientação psicológica e social, sem criminalização, a fim de reduzir a mortalidade de mulheres e homens trans em grande parte trabalhadoras/es e pobres. A campanha Anticoncepcionais para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer, deve ser colocada nas Unidades de Saúde e discutida com a população.

Na contramão dessa necessidade, o que se viu na cidade de Belo Horizonte foi a aprovação em segundo turno na Câmara Municipal o PL 492/2023, de autoria de Flávia Borja (PP) que apresenta um “censo do aborto”. Um projeto de Lei que, na prática, prevê a perseguição e culpabilização de mulheres e de profissionais de saúde que passam a ser obrigados a lançar dados sobre os abortos na cidade. Mesmo que não se lance a instituição e os nomes dos envolvidos, abre brechas para o rompimento do sigilo entre médicos e pacientes e dados sobre qual o tipo de aborto praticado, se legal ou ilegal, já que se exige a razão específica para o procedimento. Além disso, os dados relacionados à saúde já são coletados pela Secretaria Municipal de Saúde. Esse PL não beneficia em nada as políticas necessárias para a redução



de danos causados pelo aborto inseguro na cidade, pelo contrário, constrange pessoas com útero em situações de ricos em casos de abortamento em procurar Unidades de Saúde. Mesmo o PL 492/2023 sendo barrado pela justiça deve-se ficar atento a qualquer tentativa de projeto de Lei que coloque em risco o direito ao aborto legal.

A assistência familiar deveria ser garantida pelo SUS aos homens e mulheres que queiram ter filhos. Porém, a responsabilidade acaba sendo exclusivamente das pessoas com útero, essa política, e o mau funcionamento dela impactam diretamente. Na sociedade em que vivemos, a sexualidade é tratada quase como um tabu, seja por questões morais, familiares ou religiosas. Reflexo disso se dá principalmente nas mulheres jovens, que não se sentem à vontade para procurar um médico, ou adotar um método contraceptivo, o que acaba resultando em gravidez ou na contração de infecções sexualmente transmissíveis.

d - Combate à LBGTIfobia

Abolir as diversas formas de opressão pressupõe, necessariamente, a construção de uma nova sociedade. Nos marcos do capitalismo, a superexploração da classe trabalhadora é a forma que o sistema encontra para superar crises e manter as taxas de lucro para uma ínfima parcela da população. Nesse cenário, o aprofundamento das opressões gera mais exploração e o mecanismo das opressões caminha lado a lado à superexploração, se revertendo em lucro para grandes empresários e em subemprego, informalidade e desemprego para a classe trabalhadora.

Vivemos em um momento de crise do capitalismo que gera também uma ascensão da direita e extrema direita no mundo, governos liberais na política econômica, mas extremamente conservadores nos costumes, embrenhados de preconceito, discurso de ódio, discriminação e violência, perseguem a população LGBTI+ tendo como agenda o extermínio dessa população. Os tipos de violência sofridos pelos LGBTI+ passa por discriminação no trabalho, com limitações em contratações de emprego e salários mais baixos; em casa, com surras, estupros corretivos e expulsão do lar; nas instituições de ensino, muitas vezes levando ao abandono escolar; nos dispositivos de saúde, que muitas vezes negam atendimento ou minimizam as especificidades da população LGBTI+ e em diversos aspectos da vida, levando muitas vezes a torturas e assassinatos.

O Brasil mantém, há mais de quatorze anos, a vergonhosa marca de país que mais mata e assedia pessoas LGBTI+ no mundo. Segundo o Grupo Gay da Bahia, em 2023, houveram 257 mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, sendo uma morte a cada 34 horas, sendo 127 pessoas travestis e transgêneros, 118 gays, 9 lésbicas e 3 bissexuais, além de 20 suicídios. A maioria das vítimas possuíam a idade entre 19 e 45 anos, e 29,5% morreram em suas casas. Sabemos que a violência contra LGBTI+ ainda é subnotificada, já que muitas vezes não se ligam os homicídios à orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas. Além disso, LGBTI+ negros são 21,39% das vítimas de crimes



violentos, mesmo que em 60% dos casos não se indique qual a raça ou etnia das mesmas. E apesar da extrema direita ter um papel crucial nessa realidade, a LGBTifobia existe nos diversos espectros políticos e deve ser combatida veementemente em nossa sociedade.

A burguesia tenta nos convencer de que é possível superar as opressões sem mudar o sistema de exploração, o que só desorganiza o movimento LGBTI+, apontando saídas individuais, defendendo meritocracia e empreendedorismo, que nada mais são do que táticas burguesas para a manutenção da realidade opressiva, ao responsabilizar os sujeitos por sua condição de explorados e oprimidos. Governos progressistas negligenciam demandas LGBTI+ em troca de acordos de conciliação com a burguesia e com setores reacionários e, por isso, avançam muito pouco na conquista de direitos para essa população e, por vezes, mesmo essas pequenas conquistas são ameaçadas de sofrer retrocessos. Governos que se colocam como aliados às causas LGBTI+ no discurso, se exime de fazer o enfrentamento necessário para um real combate a LGBTfobia e a falta de políticas públicas têm um papel crucial no aprofundamento das opressões.

Em Belo Horizonte, ao menos 3,4% da população com mais de 18 anos se autodeclara gay, lésbica ou bissexual, de acordo com a pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022. Sabe-se que a subnotificação é uma realidade, pois parte considerável da população respondeu não saber ou não querer declarar sua orientação sexual, além de um problema na metodologia, que pode gerar receios nos participantes da pesquisa em tratar de sua orientação sexual com estranhos. Outro problema metodológico é a invisibilização da comunidade trans, não considerada na pesquisa. Os dados da população LGBTI+ são imprescindíveis para pensarmos políticas públicas voltadas à essa população e, portanto, é preciso avançar nesse ponto.

Outro dado extremamente alarmante e também subnotificado é o da violência LGBTifóbica. O estado de Minas Gerais aparece em segundo lugar com mais registros de lesão corporal dolosa contra LGBTI+, no país que mais mata essa população. Dados compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021 e 2022, registram 988 crimes dessa natureza no estado e 4374 em todo país, o que significa que Minas Gerais registrou 22,5% do total do país. O estado é também o terceiro lugar em registros de estupro contra a população LGBTI+, com mais de 13,5% dos registros totais, nesses anos. É urgente a necessidade do combate a violência LGBTifóbica.

Nossa cidade promulgou, em agosto de 2023, uma lei que proíbe o uso da linguagem neutra ou não binária nas escolas da capital mineira e apesar da suspensão pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a promulgação da mesma foi um ataque direto à população LGBTI+ e uma tentativa de invisibilizar e desumanizar essa população. As variadas identidades de gênero e orientações sexuais, deve fazer parte dos programas escolares e serem discutidos de forma laica de modo a reduzir a opressão. Vivenciamos, em Belo Horizonte, um crescimento da centro-direita e direita que ocupam 80% das cadeiras na Câmara e avançam de forma assustadora com políticas extremamente conservadoras que com um discurso falacioso de defesa das famílias e da religião, tentam destruir as famílias e a liberdade



religiosa da população LGBTI+.

e - Combate ao racismo

Um partido revolucionário tem o dever de apresentar um programa de combate ao racismo nas eleições. Foi através da escravidão de africanas e africanos que o capitalismo se estabeleceu e é através da superexploração de negros e negras que os capitalistas também se mantêm no poder.

Tanto a escravidão quanto a superexploração de negros e negras são sustentados pela ideologia do racismo. O racismo tem a função de dividir a classe trabalhadora, fazendo com que negros e não negros não se unam para contra a burguesia para por abaixo seus privilégios.

O Brasil é de maioria negra. No Censo de 2022, pela primeira vez, a porcentagem de pessoas que se autodeclararam negras é superior das que se autodeclararam brancas. Possuímos, no país, 45,3% de pardos, 10,2% de negros e 43,5% brancos. Isso é reflexo da discussão racial em nosso país que permite que mais pessoas se autodeclararam negras e se reconheçam racialmente. Em Belo Horizonte, segundo o Censo de 2022, 42,6% da população se consideram pardos e 13,5% se declaram pretos, enquanto 43,6% se consideram brancos.

A não reparação da escravidão levou a população negra a se localizar nas periferias e cada vez mais a pobreza é empurrada para fora do centro da cidade, fruto da especulação imobiliária e da ausência de espaço a ser construído nas metrópoles. Formou-se assim, regiões periféricas com uma concentração maior de negros/as enquanto os bairros da região centro-sul são formados em sua maioria, pela população branca. Isso traz consequências para as políticas públicas de habitação, saneamento básico, saúde, educação, transporte e mobilidade, além de locais de lazer e diversão. Enquanto nas periferias da cidade, a mobilidade é dificultada pela redução de linhas de ônibus, a política de cultura é deixada à margem, nas regiões mais centrais da cidade esse problema não é tão escancarado.

É necessário pensar uma política para a cidade que abarque as necessidades estruturais mais imediatas e entender que o combate ao racismo também é um elemento importante para se pensar as políticas públicas. Sem essa perspectiva, as diferenças raciais existentes serão mantidas na estruturação da capital.

f - Trabalho e renda

Nas crises do capitalismo os setores mais precários pagam a conta dos ricos. Nos momentos de crise mulheres e negros e negras são os primeiros a perderem o emprego. Além do desemprego um outro fator que demonstra o racismo é a disparidade entre os rendimentos de negros e brancos bem como a maior jornada de trabalho.

Segundo o DIEESE, no segundo trimestre de 2023, 65,1% dos desocupados



eram negros e os negros ganham em média 39,2% a menos que os não negros. As mulheres negras ganham 38,4% a menos que as mulheres não negras, 52,5% a menos que homens não negros e 20,4% a menos que homens negros. Em relação à informalidade, 46,1% da população negra trabalha informalmente. Os negros ocupados trabalharam cerca de 1 hora a mais que os não negros.

Belo Horizonte é uma cidade que vive todos os danos do racismo sobre a população, influenciando no desemprego, empregos precários, na informalidade destinada ao negros e negras na cidade e também na extrema pobreza e na questão da população de rua. A crise econômica escancarada com a pandemia, aumentou o número da população de rua em Belo Horizonte, mostrando que mais uma vez a pobreza tem raça. O Censo Pop Rua, realizado pela Faculdade de Medicina da UFMG, em 2022, totalizou 5.344 pessoas vivendo em situação de rua na capital. Em 8 anos houve um aumento de 192% dessa população.

Não há políticas efetivas pela Prefeitura tanto de emprego e renda quanto de solução real para a questão da população de rua da cidade. Esse fato mostra a prática racista do sistema capitalista, que mantém os oprimidos na super exploração para aumentar seus lucros.

g - Programa

Não defendemos as eleições como uma possibilidade de resolver as opressões em nossa sociedade, pois sabemos que a democracia burguesa não tem esse interesse, mas acreditamos que seja imprescindível o debate e a luta contra as mesmas. Não podemos nos furtar de apresentar um programa que tenha como tema central o combate às opressões e, por isso, as candidaturas do PSTU apresentam propostas que buscam, em última instância, a organização da classe trabalhadora para destruir esse sistema e a construção de uma sociedade socialista onde medidas concretas de combate às opressões poderão ser implementadas.

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais os setores da classe trabalhadora. Desta forma, o racismo, o machismo e a LGBTIfobia, além de dividir a classe, são instrumentalizados para aumentar os lucros do capital, além de significar, para esses setores, uma brutal violência diária por parte da polícia.

Defendemos o combate a toda forma de opressão. Pelo fim do genocídio da juventude negra, regularização das terras quilombolas, garantia de direitos, papéis e fim do preconceito contra imigrantes e pela criminalização da LGBTIfobia.

- É necessário uma política de criação de empregos na cidade que leve em conta as desigualdades oriundas das opressões conjugada com implementação real da legislação que equipara salário, levando em conta a disparidade salarial entre negros e brancos, entre homens e mulheres e a população LGBTI+.
- Garantir a construção de lavanderias e restaurantes públicos para que o trabalho doméstico seja garantido pela cidade e não necessariamente

pelas mulheres, já que a grande maioria do trabalho doméstico recai sobre as mesmas.

- Implementação de políticas públicas reais de combate a violência à mulher. A aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, com mais construções de Casas Abrigo, delegacias especializadas em violência à mulher, Centros Integrados de Atendimento à Mulher para atendimento social, psicológico, médico e jurídico à mulher vítima de violência. Além de preparação mais qualificada dos órgãos de segurança para atendimento à mulher violentada. Junto a essas medidas, ampliação da capacidade de atendimento da capital e julgamento dos casos de violência pelo Poder Judiciário.
- Luta pela legalização e descriminalização do aborto. Contraceptivos gratuitos nas Unidades Básicas de Saúde como DIU, pílula anticoncepcional, pílula do dia seguinte, camisinha feminina e masculina, sem burocracia. Direito à ligadura de trompas realizada pelo SUS, a qualquer mulher que deseje realizá-lo, independente de autorização do parceiro. Ampliação dos dispositivos de saúde para realização de aborto legal, sem constrangimento ou criminalização.
- É preciso educação sexual nas escolas, de forma laica e que auxilie as mulheres e LGBTI+ a compreenderem seu corpo e sua sexualidade, combatendo o preconceito e a discriminação. A violência aos LGBTI+ atinge números exorbitantes na capital, é preciso uma criminalização efetiva e ampliação de Delegacias Especializadas em crimes de LGBTIfobia. Para além dessas medidas, ampliação das casas de abrigo para acolhimento e política habitacional para garantia de moradia à comunidade LGBTI+ vítima de violência. Ampliação e aplicação da Lei do Racismo (Lei n 7.716/1989) que prevê em seu artigo 20 o crime de injúria em casos de ofensa homofóbica ou transfóbica. A saúde LGBTI+ é constantemente relegada, para isso é necessário elaboração de políticas de saúde específicas e criação de dispositivos de saúde especializados. A criação de Conselhos Populares é importante para pensar política e autodefesa da população LGBTI+ .
- A luta contra o racismo deve englobar políticas concretas contra o genocídio contra juventude negra, pela desmilitarização da PM, pelo fim dos autos de resistência, contra a redução da maioridade penal, contra o uso de reconhecimento facial para prisões, pela legalização de todas as drogas e com produção e controle do estado e pela revogação da Lei Anti Drogas (2006).
- Além disso, a implementação de moradia digna para os trabalhadores; contra a criminalização dos movimentos sociais e lutar pela real implementação das leis 10.639 e 11.645.

12 - O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NA CAPITAL.

O Brasil vive um cenário permanente de guerra civil contra pobres, negros, indígenas, LGBTIs e periferias das grandes cidades. No campo, os trabalhadores rurais, sem terras, quilombolas, vêem suas terras serem invadidas, tomadas à força por capangas e arder nas chamas provocadas pelo agronegócio. Para manter esse Estado permanente de terror o Estado arma e forma, braços armados como as PM's, e um verdadeiro exército de jagunços e seguranças privados, para oprimir e garantir seus interesses. Hoje, quanto mais o país se desindustrializa e especializa as forças produtivas na produção de alimentos, mineração, extração de petróleo, mais ataques aos direitos, mais violência e mais mortes.

Não basta somente citar números dos anuários e das manchetes que, ano após ano, somam-se obituários desde nossos antepassados. Nosso passado colonial nunca deixou de existir. A violência contra nosso povo nunca deixou de existir.

A segurança pública no capitalismo está visivelmente na contramão de uma segurança da maioria da população. As secretarias de segurança, as polícias, são braços armados do capital, dos banqueiros, latifundiários e do agronegócio. Esperar que esse Estado e suas instituições promovam uma reforma que vá humanizá-las não passa de uma cruel ilusão.

Dizemos com todas as nossas forças e em nome de todos que sofrem a violência do Estado que devemos dar um basta. É preciso acabar com as polícias militares. Destruir sua hierarquia militar, seus títulos militares, seus porões de formação de torturadores que, nas ruas, batem e matam nossos jovens. É preciso tomar medidas para acabar com essa guerra às drogas nas periferias, enquanto os verdadeiros marginais desfilam com seus carros importados e vivem em suas casas de luxo, com toda mordomia, com seu dinheiro devidamente "lavado" em contas bancárias dos grandes bancos.

É preciso acabar com esse sistema prisional onde 80% dos presos são negros. São monumentos vivos da escravidão. Onde se ataca as consequências da desigualdade enquanto as causas são mantidas e até alimentadas. Viram negócios lucrativos para grandes empresários obterem lucro, como os antigos traficantes de escravos. Todos os governos promovem e são cúmplices de nossos mortos.

A violência policial na cidade de Belo Horizonte tem endereço e é em sua maioria na periferia. É uma das cidades com maior taxa de homicídios na juventude, sendo a oitava cidade que mais matou jovens negros e pobres no país, em 2022. Já em 2017, o Relatório da Comissão Especial de Estudo do Genocídio da Juventude Negra e Pobre, da CMBH, apresentou um índice de mortalidade que assusta: três a cada jovens mortos são negros. As políticas de segurança pública são racistas e perseguem mais negros que brancos no país. A discussão sobre câmeras usadas por policiais, que em certo ponto, reduziram



as ações truculentas das forças de segurança pública, cai agora em uma discussão sobre seu uso contínuo ou não. Não resta dúvidas que as câmeras não estarão ligadas em momentos de violência desproporcional nas periferias da cidade. Além disso, o controle dessas câmeras fica em todos os níveis com a própria polícia, sendo possível burlar as imagens. Um outro elemento da segurança pública que escancara o racismo é o uso do reconhecimento facial. Essa ferramenta é usada para identificar supostos criminosos, mas o que se vê é que 90% das prisões usando essa tecnologia são de pessoas negras, no país. Enquanto a segurança pública se pautar no racismo para atuar, a violência policial e as prisões terão cor e endereço certo no Brasil.

Outra questão que revela o racismo na segurança pública é a política de combate às drogas. A Lei 11.343/2006, conhecida como Lei Antidrogas não serviu em nada para o combate ao tráfico, pelo contrário, serviu para aumentar a população negra carcerária. Essa Lei não define critérios objetivos para separação entre usuário e traficante, e mesmo que a pena seja distinta, depende da autoridade policial definir o que é uma quantidade de tráfico ou uso pessoal. Obviamente a quantidade encontrada com um jovem negro será mais taxada como tráfico do que a mesma quantidade encontrada com um jovem branco, principalmente nas áreas mais nobres da cidade. A PEC 45/23 ainda piora a Lei Antidrogas, já que criminaliza tanto usuários quanto traficantes. Isso significa que qualquer quantidade de drogas encontrada é crime e deve haver pena, mesmo que mais brandas. Essa PEC é um retrocesso pois mais uma vez, os agentes de segurança e os juízes irão definir quem é usuário e quem é traficante e mais uma vez os jovens negros serão os mais acusados.

a - Programa

Defendemos:

- Somos contra a criminalização das lutas, da pobreza e da negritude! Lutar não é crime! Ser pobre não é crime! Ser negro não é crime!
- Para haver segurança, primeiro tem que haver emprego e condições dignas de vida para todos e todas.
- Para que os trabalhadores e o povo pobre das periferias possam se sentir seguros nas cidades, as ruas, as praças, os parques, os becos e as vielas tem que ser retomados, tem de ser alimentados com atividades, com vida, com dinâmica, com gente circulando, convivendo.
- É preciso que as prefeituras garantam iluminação, acesso a wi-fi, infraestrutura de áudio e vídeo para todas as praças e parques (priorizando os localizados nas periferias) e que fomente a realização permanente de atividades culturais, de esporte, lazer e formação inclusive noturnas, dando a estes espaços vida e fortalecendo experiências de socialização entre as pessoas.
- É preciso ainda acabar com a PM, uma polícia militarizada, formada para a guerra e para a repressão pura e simples a toda revolta social. Defendemos uma Polícia Civil Unificada, que seja radicalmente

democratizada, cujos delegados e chefes, além de concursados, sejam eleitos diretamente pela população nas comunidades e nos bairros.

- Defendemos o direito à autodefesa dos trabalhadores nas periferias, nos quilombos, nas aldeias, nas comunidades de pequenos e médios trabalhadores rurais. Estes devem formar suas guardas de defesa, com auxílio e entrega de armas pelo Estado. É preciso que o povo organizado tome para si a defesa de nossas vidas e de nossa terra.
- Contra o uso do reconhecimento facial para identificação de pessoas. Uma política racista, que serve à maior criminalização da população negra.
- Contra a privatização do sistema penitenciário. Privação de liberdade não pode servir à obtenção de lucro para a burguesia.
- Desmilitarizar a Guarda Civil Municipal limitando à segurança de órgãos públicos e do patrimônio municipal.

13 - UM PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO PARA A CULTURA.

Belo Horizonte, BH, Belô, cidade de uma população trabalhadora que produz muita riqueza, que sofre as mazelas do capitalismo; exploração e opressão são os produtos de uma burguesia mesquinha como a classe a que pertence. Cidade de grandes desigualdades sociais e humanas, mas também lugar muito fácil de ver, ouvir, sentir e viver a riqueza das manifestações sociais e culturais.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 215, afirma: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” No entanto, no Brasil e na cidade de Belo Horizonte o direito à cultura é letra morta.

Cultura não é pão e circo! Não é a visão empresarial, que considera Cultura como negócio e/ou mercadoria. Porque Cultura é modo de vida e existência, invenção e criação. Mais do que isso, é vontade de mudar. Existência que se inventa/reinventa/resiste à massificação cotidiana imposta pela reprodução capitalista, pela alienação do trabalho, pela ideologia do vencedor. A cultura se apresenta nas expressões que marcam os acordes da viola, as estrofes do cordel, a rima pesada do rap, o verso fino do poeta. Está na mais íntima expressão das cores nas artes plásticas, nas galerias e museus, como também nos muros/paredes com o grafite. Registra-se em todo Sarau quando reinventa a poética da Cidade. Está presente nos sons apurados da Orquestra Sinfônica, na métrica construída na plasticidade do Corpo de Ballet Clássico, na invenção mágica das imagens do cineasta. Atividade humana, trabalho apurado na matéria prima da sensibilidade, no domínio técnico de uma linguagem. São expressões que saem da vida, de modos de vida e de trabalhos, e somente existem em razão da atividade de milhões e milhões. É o que se cria enquanto se resiste à lógica perversa do Capital, no bom deboche e escracho, na gíria, no riso sarcástico na sofrida melodia do ônibus lotado, do metrô empilhado, do miserável salário e com o xingo do patrão.

As prioridades culturais da Cidade devem ser desenvolvidas com infraestrutura, recursos humanos e orçamentários públicos e orientadas por ampla e permanente discussão nas várias 51 regiões do município através dos Conselhos Populares que possibilitem amplos debates, mapeamento das condições locais, e definições dos eixos prioritários na região, e que deságuem periodicamente em Congresso Municipal de Cultura constituído por representantes escolhidos democraticamente em Assembleias dos Conselhos Populares. Do Congresso Municipal de Cultura serão elaboradas as Diretrizes de um Programa Municipal de Cultura.

As políticas públicas de cultura devem voltar-se centralmente para a constituição de uma perspectiva crítica e ativa dos indivíduos no processo social, político e cultural enquanto protagonistas de transformações políticas,

sociais e culturais. Também precisam ter como princípios a garantia das liberdades de expressão e a defesa da diversidade.

Para isso, as políticas públicas de cultura precisam se articular com as políticas públicas municipais de várias áreas (Educação, Planejamento e Reforma Urbana, Esporte e Lazer, Patrimônio Histórico, Combate às Opressões e Saúde), como também se apoiar exclusivamente nos recursos públicos, de âmbito municipal, estadual e federal.

São os trabalhadores protagonistas centrais dos processos culturais na sociedade, que preservam e recriam continuamente suas identidades sociais, reinventam modos de vida e existência, como também suas expressões artístico-culturais. De acordo com suas forças e conjunturas políticas resistiram coletivamente com suas memórias e tradições de classe à massificação cultural imposta pela indústria cultural e o os meios de comunicação de massa. Cabe ao Governo Socialista dos trabalhadores possibilitar a dinâmica cultural, por meio do estímulo à criação, acesso e fruição e formação às múltiplas expressões de arte e da garantia da manutenção da cultura popular ameaçada pelos processos de gentrificação e mercantilização da tradição.

As prioridades devem ser desenvolvidas através da secretaria municipal de cultura, devendo ser extinta a Fundação Municipal de Cultura, fruto da privatização em 2005 da antiga secretaria. É preciso haver infraestrutura, recursos humanos e orçamentários públicos (estatais) que sejam orientadas por ampla e permanente discussão nas várias regiões do município através de Conselhos Locais de Cultura. Esses conselhos devem realizar amplos debates sobre as demandas locais, mapear as condições locais de produção e reprodução de arte e cultura, e definir os eixos prioritários na região.

a - Diversidade cultural

A garantia da reprodução das diferentes manifestações culturais que existem no interior da cidade é de interesse prioritário das comunidades e famílias detentoras dos saberes necessários à manutenção de reprodução das tradições. Muitas das comunidades tradicionais se vêem ameaçadas pela gentrificação e pelo fetichismo gerado pela indústria do entretenimento sobre suas tradições. Na sociedade capitalista as famílias e comunidades com manifestações culturais tradicionais sofrem com o assédio da especulação imobiliária que tem o interesse na gentrificação 52 (o que destrói os locais de reprodução das tradições) e da indústria do entretenimento (que tem o interesse na fetichização e mercadorização das suas tradições culturais). Tais comunidades não encontram apoio no Estado. É papel do governo socialista dos trabalhadores das as garantias de manutenção e reprodução das manifestações culturais, defendendo tais comunidades das grandes corporações econômicas.

Faz-se necessário um projeto de garantias estatais das condições necessárias aos grupos e comunidades para a sua reprodução cultural. Os indivíduos e grupos sociais devem ter garantidas as condições de preservar e reproduzir suas expressões culturais, respeitando a sua identidade e sua



participação na vida social mais ampla da cidade de forma laica.

b - Planejamento participativo da política cultural do município

Um dos pontos mais importantes para o nosso projeto é ampliar a participação popular e da classe trabalhadora, potencializando as ações e incentivando outras desenvolvidas pela própria sociedade.

Neste sentido, é necessário promover o mapeamento dos sítios e documentos referenciais da cultura, para que a partir daí se possa garantir a instalação de equipamentos culturais (Centros de Cultura, Centros Culturais, Centros de formação artística, ateliers, salas de cinema, laboratórios de cinema e fotografia, bibliotecas, teatros, corais, orquestras, orquestras de percussão, estúdio de gravação, etc.), equipamentos de sociabilidade importante para as atividades em arte e cultura (praças públicas, quadras públicas, parques, etc.) e Centros de Referência em proteção às tradições locais, comunitárias e populares.

c - Emprego e Renda

É preciso que o poder público reconheça como funcionários públicos os produtores e artistas culturais garantindo-lhes a remuneração adequada, condições de trabalho como espaço e instrumentos de trabalho adequado (equipamentos culturais) e direitos trabalhistas assim como os demais trabalhadores. A grande maioria dos produtores culturais e artistas vivem sem nenhuma garantia de renda e trabalho, necessitando de vender seu trabalho sujeitando a arte e a cultura aos interesses do mercado de entretenimento, ou vivem pulando de projeto em projeto sem conseguir dar continuidade a um determinado trabalho criativo. A edificação de equipamentos públicos garantindo as condições de trabalho e o assalariamento dos profissionais via Secretaria de Cultura do Município, garantirá a verdadeira liberdade artística e maior fomento à produção de arte e bens culturais. Acreditamos que a cultura tem que ser política de Estado, neste sentido apresentamos as seguintes propostas:

d - Programa

Defendemos:

- Criação de conselhos populares de cultura diversificados e um conselho municipal geral de cultura;
- Aumento dos recursos financeiros para a área cultural, que devem ser definidos e gestados pelos conselhos populares;
- Identificação das expressões e movimentos culturais na cidade, cadastramento destes movimentos, a fim de garantir a construção de equipamentos culturais necessários para garantir todas as condições de

trabalho e o assalariamento dos profissionais com todas as garantias trabalhistas;

- Construção dos centros de referência em defesa das manifestações culturais de tradição contra a gentrificação e mercantilização das tradições culturais.
- Ampliação e construção de centros culturais na cidade, com uma programação ampliada e diversa.
- Contra a gentrificação do centro da cidade, que expulsa a maioria da população dessa região da capital.
- Preservação e respeito aos artistas e artesãos de rua;
- Garantir que os programas de fomento à produção cultural priorizem a expressão popular negra, indígena, quilombola, periférica e de bairros operários a exemplo dos diversos grupos ligados ao Movimento Hip Hop na capital;
- Desenvolver políticas culturais que priorizem os trabalhadores e a juventude com o objetivo de torná-los protagonistas de ações culturais no espaço da cidade, por meio de constituição de pólos culturais nas regiões periféricas do município;
- A área da Cultura deve ter uma ampliação substancial e fixada no orçamento do município, possibilitando desta maneira a execução de políticas culturais mais amplas voltadas para a classe trabalhadora e a juventude;
- Fim imediato da política de “renúncia fiscal” realizada pela Prefeitura e que isenta empresas e o setor privado por meio de abatimento. Relocalização dos recursos destinados à Lei de Incentivo para o Fundo Municipal de Cultura, garantindo assim o financiamento público dos projetos artísticos e culturais. Chega de recursos orçamentários serem desviados para o enriquecimento de “empresários da cultura” e para o “merchandising” das empresas e instituições financeiras;
- Fomento à produção cultural no município, tendo como eixo central o aporte financeiro público com a definição de leis de fomento setoriais para Cinema, Teatro, Dança, Artes Plásticas e expressões culturais emergentes;
- Desenvolver a ocupação e manutenção de espaços públicos tornando-os efetivamente equipamentos culturais para a produção, criação, discussão e fruição: praças, prédios abandonados e do patrimônio histórico.

Toda liberdade em arte!, já dizia Trotsky. E precisamos caminhar para uma cidade plural que respeite sua diversidade cultural contra o machismo, o racismo, a lgbtfobia e a xenofobia.

“Ela virá!

A Revolução conquistará a todos

O direito não somente ao pão,

Mas também à poesia!

14 - MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO BÁSICO E CAPITALISMO.

O desenvolvimento das forças produtivas possibilitou ao capitalismo aumentar não somente a exploração da classe trabalhadora, mas também o consumo dos recursos naturais. A concentração das fábricas nos centros urbanos aumentou a emissão de poluentes atmosféricos, o consumo das águas, o lançamento de efluentes industriais nos cursos d'água, dentre outros. Além da poluição industrial, a concentração da população nos grandes centros urbanos apresentou com um dos grandes desafios do século XXI, a garantia do saneamento básico para a população. Neste ritmo, não é possível superarmos o capitalismo para iniciarmos uma luta por um meio ambiente verdadeiramente equilibrado, uma vez que esta temática está diretamente relacionada com a sobrevivência, saúde e qualidade de vida da classe trabalhadora.

O movimento ambientalista internacional começou a sua organização somente na década de 1960 e nesse período histórico também surgem os encontros internacionais que apontavam os perigos do desenvolvimentismo do capitalismo. O problema é que por mais que os movimentos questionassem o modelo econômico imposto, vários limites eram identificados porque eles não apresentavam como alternativa a necessidade de superação deste sistema. O capitalismo não só leva a superexploração dos trabalhadores à elementos de barbárie, mas também degrada o meio ambiente de uma forma brutal. Desde o século XIX, com a intensificação da industrialização, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da queima de combustíveis fósseis aumentaram, contribuindo para alterações na composição química da atmosfera e para o aquecimento global. Desde 1750, a concentração de CO₂ na atmosfera aumentou de 278 ppm (partes por milhão) para 427 ppm, em maio de 2024. Como consequência, o ritmo de aumento da temperatura média global foi significativamente maior do que antes. O aquecimento global tem o potencial de aumentar a frequência e a gravidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, secas e incêndios florestais. A ganancia insaciável da burguesia mundial joga a humanidade na barbárie: guerras, mudanças climáticas, pobreza, fome, miséria são algumas das consequências que atingem ainda mais a classe trabalhadora, o povo pobre, negros e mulheres.

No Brasil, o governo Bolsonaro foi um defensor aberto da agressão ao meio ambiente para maximizar os lucros da burguesia. Em 2019 e 2020 o desmatamento na floresta amazônica atingiu os piores índices desde 2008. Mas no Governo Lula, o desmatamento não deixou de ser uma realidade no Brasil. Em 2023, 1.829.597 hectares de vegetação nativa foram desmatados no país e no primeiro trimestre de 2024 foram desmatados 19.600 hectares. Foi criado o Ministério dos Povos Indígenas e retirado do mesmo o poder sobre a

demarcação das terras indígenas. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vem sendo sucateado junto com vários outros mecanismos de resguardo das florestas.

Em Minas Gerais, Romeu Zema (NOVO) prefere manter o lucro das mineradoras e do agronegócio do que manter o meio ambiente sem ataques. Minas Gerais perdeu 166,7 mil hectares de florestas naturais, entre 2019 e 2022, segundo o MapBiomas; além disso, as multas e punições para crimes ambientais foram amenizadas; houve um sucateamento da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e os crimes causados pelas mineradoras são relegados.

Belo Horizonte foi moldada por um planejamento urbanístico já ultrapassado e que não conseguiu resolver os desafios de uma explosão demográfica crescente, típica das grandes metrópoles brasileiras, agravando ainda mais as questões ambientais. A burguesia ao se apoderar das riquezas mundiais, em sua busca insana por lucros e mais lucros, negligencia as mudanças climáticas, a poluição e a degradação dos sistemas naturais. Diante desse cenário, é urgente abordar essa questão de forma efetiva. É essencial considerar as vulnerabilidades ambientais de Belo Horizonte diante das mudanças climáticas ao elaborar políticas públicas para a cidade.

Não podemos esperar que Zema, Lula, os prefeitos burgueses farão algo que vá minimamente amenizar a crise climática, que piora a cada dia. Agora nas eleições, mais promessas serão feitas, mas nenhum partido da ordem burguesa, de direita ou de esquerda, que buscam gerenciar as crises criadas pelo sistema capitalista, pode dar fim a barbárie que nos espera na próxima esquina.

Somente um projeto revolucionário e socialista pode nos livrar dessa destruição dos recursos naturais do planeta imposta pelo capitalismo. Só um projeto socialista, fincado na independência de classe, pode construir as soluções para que a humanidade não atravesse o ponto de não retorno que os cientistas tanto nos avisam.

A luta contra o colapso ambiental precisa ser assumida pela classe trabalhadora e suas organizações. Dos indígenas Muras que lutam contra a mineradora Potássio do Brasil, passando pelas demais etnias que lutam contra garimpeiros e pela demarcação de suas terras; os ribeirinhos que lutam e resistem em meio ao completo abandono; até os operários e operárias e demais trabalhadores(as) da cidade.

A proposta deste documento é apresentar uma discussão sobre como o sistema capitalista apropria da natureza e como este tema está diretamente interligado com a qualidade de vida da classe trabalhadora, destacando as relações e contradições existentes nos marcos das políticas ambientais, da economia e da própria organização das cidades.

a - O problema em nossa cidade

Os mais pobres e desprovidos de direitos frequentemente residem em

imóveis abandonados, em casas precárias à margem de córregos, nas encostas íngremes ou nas ruas. Nesses locais, o Estado geralmente não provê infraestrutura adequada e acesso a serviços públicos essenciais. A mercantilização da apropriação do espaço dita as regras nas cidades, com especuladores e empreendedores imobiliários driblando os planos diretores e transformando a terra urbana em mercadoria, abandonando sua função social em prol da especulação imobiliária e, nesse contexto, Belo Horizonte não é exceção, os diversos partidos que passaram pela administração municipal atuando como representantes dos bilionários atuaram para que a boiada corresse solta. Uma cidade sustentável é algo impossível no capitalismo, mas é preciso que os recursos do município sejam colocados a serviço da melhoria da qualidade de vida da população.

É necessário impor um desenvolvimento econômico em acordo com as necessidades dos trabalhadores e da população e da preservação do meio ambiente. E, para isso, é fundamental enfrentar as grandes empresas para defender o meio ambiente. Significa reestatizar a Vale S.A., para evitar novos crimes ambientais; impor normas para redução da emissão de carbono, com a expropriação das empresas que as rompam; desenvolver fontes limpas de energia, como a eólica e outras, além de ampliar a geração de energia elétrica com preservação ambiental e não com obras monstruosas como Belo Monte. Para o PSTU só é possível dar passos nesse sentido com uma gestão que se apoie em conselhos populares do meio ambiente e geral.

b - Abastecimento de água

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), empresa responsável pelo abastecimento público de Belo Horizonte, explica que aproximadamente 60% das águas que abastecem a capital mineira são provenientes do Sistema da Bacia do Rio das Velhas, localizado no distrito de Bela Fama, município de Nova Lima. Ao contrário do Sistema Paraopeba, composto pelos reservatórios Rio Manso, Serra Azul e Vargem das Flores, o Sistema Rio das Velhas realiza sua captação diretamente na calha do rio, tornando o sistema dependente da vazão do curso d'água. Isso significa que interferências ambientais realizadas à montante desta captação influenciam diretamente na qualidade e quantidade das águas que chegam ao sistema de abastecimento.

Através do cálculo da disponibilidade hídrica foi possível diagnosticar que a maior parte dos cursos d'água, em Minas Gerais, estão em estado de disponibilidade, entretanto, em alguns pontos existe uma sobrecarga do sistema fluvial, ou seja, o limite outorgável está acima do limite aceitável, indicando possíveis áreas de conflitos pelo uso da água. Tal fato deve ser entendido como alerta para o Estado, uma vez que, a legislação estabelece que se deve permanecer 70% da Q710.

Drenagem e manejo de águas pluviais (águas das chuvas)

Belo Horizonte possui sérios problemas com enchentes e deslizamentos. A canalização dos cursos d'água, a impermeabilização dos solos e a diminuição das áreas verdes são os grandes responsáveis por esta realidade. Belo Horizonte realiza a canalização de diversos cursos d'água e os argumentos geralmente são os mesmos, como aumentar as vias de transporte e os loteamentos. Essas medidas, entretanto, ignoram as características naturais dos cursos d'água. O Ribeirão Arrudas, por exemplo, além de ser canalizado, teve suas curvas transformadas em grandes retas, o que aumenta a força e a velocidade das águas. Além do mais, este importante curso d'água ainda está sendo tampado para dar passagem aos veículos da cidade. Em sua maioria, as áreas afetadas pelas enchentes e deslizamentos são as periféricas e a classe trabalhadora é quem mais sofre com essa realidade. Para contornar essa situação, a PBH está construindo bacias de retenção. Essas bacias funcionam como grandes piscinas que acumulam a água e evitam que elas provoquem enchentes. Para vários movimentos ambientalistas essas medidas são paliativas e não colaboram com a construção de uma cidade realmente sustentável.

c - Saneamento básico e limpeza urbana

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), institucionalizou seu **Plano Municipal de Saneamento Básico** (PMSB) por meio da **Lei nº 8.260/01**, de 03 de dezembro de 2001. Esta Lei determina que o PMSB seja quadrienal, avaliado e atualizado a cada dois anos. Sendo assim, já foram elaboradas 9 versões do Plano, entre publicações e atualizações, estando em vigência o PMSB 2020-2023.

a) esgotamento sanitário

A insuficiência do tratamento de esgoto é uma realidade em várias cidades e não é diferente em Belo Horizonte. Na capital, o esgotamento é tratado pelas estações de tratamento de esgoto (ETE). Como é com o abastecimento público das águas, a COPASA é a autarquia responsável pelo tratamento do esgotamento sanitário do Município.

Atualmente Belo Horizonte possui duas ETEs, a ETE Arrudas e a ETE Onça. De acordo com a COPASA: ETE Arrudas: localizada na região de Sabará, é considerada uma das maiores e mais modernas do país, mas apesar de números impressionantes, a realidade do Município é outra, principalmente nas vilas e favelas da cidade. As vilas e favelas de Belo Horizonte não possuem esgotos encanados, isso significa que os efluentes são lançados diretamente nos cursos d'água, deixando a população vulnerável a vários tipos de doenças e problemas de saúde. Certamente houveram avanços com a construção das estações de tratamento de esgoto, mas os investimentos ainda são baixos considerando as necessidades do Município. Interceptores estão sendo instalados com o objetivo de impedir o lançamento do esgotamento sanitário diretamente nos cursos d'água, mas eles estão presentes somente em alguns bairros.

b) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

A Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) é a autarquia municipal responsável pela elaboração, fiscalização e execução de programas e atividades voltadas para a limpeza urbana de Belo Horizonte; presta serviços de coleta domiciliar de lixo, varrição, capina, aterramento de resíduos, coleta seletiva, reciclagem de entulho e compostagem. Apesar da importância deste serviço público, em 2020 a Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou as parcerias privadas para implementação de funções da SLU, possibilitando que haja diferenciação nos serviços da SLU, já que deixam de ser serviços públicos.

d - Mineração e a Serra do Curral e do Gandarela

Em julho de 2024, a mineradora Fleurs retomou a permissão para realizar atividades na Serra do Curral. A empresa atua em área tombada pelo município de Belo Horizonte e a 600 metros do Rio das Velhas, e atua com a anuência da Secretaria de Meio Ambiente Estadual e do Governo Zema. Essa atuação é liberada por meio de TACs(Termos de Ajustamento de Conduta), mas sem licença ambiental completa. Inclusive as solicitações da empresa foram indeferidas. Outro caso é o projeto Apolo, da Vale, na Serra do Gandarela, a apenas 40 km de distância da capital. Esse projeto é um risco hídrico para a capital e região metropolitana, já que a Serra da Gandarela é um dos poucos aquíferos preservados. Ao realizar a mineração nessa localidade o abastecimento da nascente do Rio das Velhas pode ser comprometido.

Esses são exemplos de como as empresas mineradoras mandam e desmandam em nosso estado e de como o governo Zema já passou de ser gerente, para também ser sócio das mineradoras. Não importa para o governo os danos ambientais para a cidade de Belo Horizonte e demais cidades da região metropolitana, desde que o lucro da Fleurs e da Vale esteja garantido. Quando os representantes das mineradoras sentam à mesa não é para negociar como preservar nossa fauna, flora ou nossas águas, mas o silêncio das autoridades diante da exploração selvagem que se propõem para tirar o máximo de riqueza para exportação.

A mineração é uma questão em nosso estado, principalmente com as centenas de barragens existentes e as 67 com problemas, localizadas no quadrilátero ferrífero. A barragem de rejeitos Forquilha III que fica na divisa entre Ouro Preto e Itabirito, em caso de rompimento, os rejeitos cairiam no Rio das Velhas e seguiria até a Estação de Tratamento de Água (ETA) Bela Fama, da Copasa, localizada em Honório Bicalho, distrito de Nova Lima, que abastece 2,4 milhões de pessoas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e 70% da população da capital. A captação de Bela Fama é feita a fio d'água, sem reservatórios e a contaminação do rio poderia inviabilizar totalmente sua operação.

e - Rodoanel

O Rodoanel é um projeto do governo Zema que trará consequências



hídricas, ambientais e sociais em uma extensão de quase 100km e que passará por 13 municípios e cerca de 60 mil pessoas com casas, em cidades, vivendo em Comunidades Tradicionais e que darão lugar para passagem ao “Rodominério”. Sem participação popular para aprovar o projeto do Rodoanel; com processo de licitação feito fora de Minas Gerais; com desapropriações pagas com valores muito inferiores ao justo; sem licença ambiental aprovada antes da licitação; o Rodoanel será construído em Minas Gerais. O rodoanel também afetará o reservatório da Várzea das Flores permitindo que o abastecimento hídrico de Belo Horizonte seja alterado. O governador Romeu Zema mais uma vez está a governar para os ricos burgueses.

f - Áreas verdes

Belo Horizonte possui muitos parques urbanos. Em sua maioria eles foram criados a pedido da própria população. Apesar de sua importância, muitos encontram-se abandonados e sem infraestruturas necessárias para seu bom funcionamento como portaria, banheiros, orientação de uso, manutenção das estruturas físicas e das áreas verdes (jardins), dentre outros.

Os parques urbanos são importantes espaços de socialização das comunidades, possibilitando a prática de atividades físicas e de lazer. Eles também contribuem com a qualidade do ar e com a infiltração das águas das chuvas. Colaboram com a preservação da fauna, principalmente das aves e melhoram a qualidade de vida da população local como um todo.

Em Belo Horizonte o debate envolvendo áreas verdes são polêmicas porque os governos municipais apropriam destes espaços de acordo com os seus interesses, desencadeando conflitos socioambientais, muitas vezes entre a própria comunidade. Um exemplo refere-se às ocupações urbanas. A PBH sempre argumenta que algumas ocupações estão localizadas em áreas de preservação ambiental, próximas à cursos d’água, em áreas verdes importantes para a biodiversidade da cidade. No entanto, quando é para a especulação imobiliária, o discurso muda para o chamado interesse social. A Mata do Planalto talvez seja um dos grandes exemplos desta contradição. Com mais de 30 nascentes e uma riquíssima flora e fauna, a Mata do Planalto está ameaçada de não ser mantida a sua preservação.

A PBH comete crimes ambientais ao conceder licenças para construtoras que visam unicamente o lucro de seus empreendimentos. Este é mais um exemplo de políticas que caminham na contramão de uma cidade realmente sustentável. A especulação imobiliária não possibilita moradia de qualidade para a população de baixa renda, reproduzindo apenas a lógica do sistema capitalista.

g - Programa

Defendemos:

- Garantir que todos os bairros, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso ao abastecimento público das águas, sem

rodízio, racionamento ou aumento da tarifa e garantida pela COPASA 100% estatal.

- Com relação à população é preciso incentivar e valorizar iniciativas populares que visam preservar e conservar as nascentes urbanas; incentivar as captações das águas das chuvas; desenvolver programas de educação ambiental que colaborem com a emancipação humana e não somente reproduza uma economia de consumo que afeta somente a classe trabalhadora mais pauperizada.
- Que a COPASA realize a captação e o tratamento do esgoto sanitário de todas as residências da cidade, independentemente de sua localização geográfica.
- Por uma SLU 100% estatal com ampliação da coleta seletiva para todos os bairros da cidade, valorizando as cooperativas de reciclagem e trabalhadores que realizam informalmente a coleta seletiva nos bairros da cidade.
- Criação de novos parques municipais, estações ecológicas, florestas urbanas, com o apoio da população, com valorização e contratação de novos trabalhadores para todas as unidades de conservação do Município.
- Contra o Rodoanel, que será construído para garantir os lucros das mineradoras e a destruição da vida das pessoas. Por outras alternativas para resolução do transporte intermunicipal da região metropolitana de BH.
- Por um outro modelo de mineração, que não seja baseado na destruição do meio ambiente e da vida das pessoas. Contra a mineração na Serra do Curral e do Gandarela. Pela reparação, aos atingidos, dos crimes da Vale em Bento Gonçalves e Brumadinho. Pela reestatização da Vale.

15 - INTERNACIONAL.

O caráter globalizado da exploração e opressão capitalistas torna necessário um posicionamento operário internacionalista nestas eleições municipais. Chamamos a atenção para dois genocídios em curso neste momento. Na Ucrânia, o governo russo invadiu o país sob a falsa alegação que "a Ucrânia foi uma invenção de Lênin e dos bolcheviques" e de que seu governo é nazista. O verdadeiro objetivo do presidente russo, Vladimir Putin, é roubar as terras e as riquezas da Ucrânia para reconstruir o nefasto império czarista. Para isso, Putin tomou 20% do território ucraniano e bombardeia as cidades ucranianas e sua infraestrutura de energia para obrigar a população a fugir. As forças de extrema direita e neonazista como a AfD alemã apoiam Putin. Infelizmente uma parte das forças de esquerda também. O PSTU se opôs à agressão russa desde o primeiro momento, e se posiciona ao lado da resistência operária ucraniana para derrotar Putin e expulsar as tropas russas de todo o país. Na Palestina ocupada, o Estado de Israel destruiu 70% de todas as edificações na Faixa de Gaza, incluindo hospitais e escolas, além de assassinar mais de 39 mil palestinos em Gaza e na Cisjordânia. O Estado de Israel conta com o apoio direto do imperialismo estadunidense e europeu, e indireto dos imperialismos russo e chinês. A classe trabalhadora palestina conta com a solidariedade internacional vinda da classe trabalhadora e da juventude de todo o mundo, incluindo dos países árabes. O PSTU apoia incondicionalmente a luta palestina pelo cessar-fogo e pelo fim da ocupação israelense. O PSTU entende que não haverá paz no Oriente Médio enquanto existir o Estado de Israel. Por isso defendemos o fim do Estado de Israel, e uma Palestina livre do rio ao mar. O PSTU integra as campanhas de solidariedade à Palestina que exigem do presidente Lula a ruptura das relações econômicas, diplomáticas e militares com o Estado de Israel e com as empresas e instituições israelenses. Em São Paulo, defendemos a ruptura de todos os acordos, convênios e contratos entre a prefeitura e o Estado de Israel e suas empresas.

16 - CONSELHOS POPULARES.

A organização da classe trabalhadora é uma das questões decisivas da atual época de guerras, crises econômicas e revoluções. Desde a Comuna de Paris e, principalmente, das duas revoluções russas (1905 e 1917), a questão dos sovietes, conselhos operários, conselhos populares e outros organismos de luta e poder esteve presente em várias revoluções e situações revolucionárias.

Nos tempos atuais, em todas as lutas importantes, os ativistas também encontram a necessidade de construir ou de elaborar políticas para o surgimento de organismos criados na própria luta que, em nível local ou setorial, assumem aspectos de controle popular. Isso acontece nas ocupações de terras, terrenos urbanos e escolas, na formação de comitês de fábrica.

Apesar de assinalarmos que essa foi uma experiência com características particulares que serão explicadas mais adiante, é importante frisar os aspectos gerais que são comuns a organizações desse tipo.

1. São órgãos de mobilização e luta dos trabalhadores e dos setores populares em defesa de suas reivindicações.

2. A eleição dos representantes é feita de forma democrática em assembleias de base, e estas podem substituir os eleitos a qualquer momento (revogabilidade de mandatos).

3. São organismos da classe trabalhadora e dos setores populares que, para cumprir seus fins, devem ser expressão da independência de classe, isto é, não devem admitir a participação de partidos burgueses, grandes empresários ou políticos que os representem.

4. De acordo com a correlação de forças, nacional e local, podem assumir tarefas que corresponderiam ao aparato do Estado por fora deste.

Os chamados orçamentos participativos, ao contrário da proposta de conselhos populares, é sempre uma política que limita a participação popular e a subordinava ao Estado burguês. Na verdade, por trás de sua aparência democrática e participativa, estes organismos não têm nenhum poder resolutivo sobre as principais decisões políticas das administrações municipais. Estão sempre limitados a discutir iniciativas sobre uma parcela mínima -10%, 5%, 2% - dos orçamentos municipais.

O Conselho será um instrumento de defesa dos interesses da população. Será a base de um verdadeiro governo dos trabalhadores e neste sentido será um organismo que permitirá a participação direta do povo nas decisões da administração.

O Conselho será uma entidade de mobilização dos trabalhadores e do povo em defesa das suas reivindicações e contra seus inimigos. Um Conselho deliberativo

Conselho decide e faz valer a sua vontade (que é a do povo) sobre a própria administração e outros órgãos.

Do Conselho participarão todas as Entidades do Movimento Popular e



Sindical do Município, ou seja, as entidades classistas que representam o povo trabalhador de Belo Horizonte, tais como Associações de Bairro, Sindicatos, Entidades Estudantis, Movimentos de Luta por Moradia, Movimentos de Luta contra as Opressões, Movimentos Populares de Artistas, etc. Todos os membros do Conselho serão eleitos diretamente pela base em Assembleias Populares das entidades que o compõem.

Todos os conselheiros poderão ser substituídos pela comunidade a qualquer momento se não estiverem desempenhando suas funções a contento. Essa substituição se dará da mesma forma que a eleição do conselheiro, isto é, por meio da Assembleia Popular que o elegeu.